



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

SUMÁRIO

1 - RESOLUÇÃO

2 - ATAS

- 2.1 - 78ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 2.2 - 39ª Reunião Especial da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura – Destinada à realização do ciclo de debates “Cooperar 2012 – Ano Internacional das Cooperativas”
- 2.3 - Evento realizado na 74ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura – Destinada à realização do ciclo de debates “Cooperar 2012 – Ano Internacional das Cooperativas”
- 2.4 - Reunião de Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 3.1 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA



RESOLUÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 5.367, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2012

Ratifica o Convênio nº 76/2012, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz –, em 29 de junho de 2012.

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprovou e eu promulgo a seguinte resolução:

Art. 1º – Fica ratificado o Convênio nº 76/2012, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz –, em 29 de junho de 2012, que autoriza o Estado a dispensar o pagamento de créditos tributários de Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS – de responsabilidade da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig.

Art. 2º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 19 de novembro de 2012; 223º da Inconfidência Mineira e 190º da Independência do Brasil.

Dinis Pinheiro, Presidente – Dilzon Melo, 1º-Secretário – Alencar da Silveira Jr., 2º-Secretário.



ATAS

ATA DA 78ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 21/11/2012

Presidência dos Deputados Inácio Franco e Dilzon Melo

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Ofício nº 6/2012 (encaminhando o Projeto de Lei nº 3.587/2012), do Procurador-Geral de Justiça - Propostas de Ação Legislativa nºs 1.673 a 1.867/2012, de autoria popular - Ofícios - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 3.588 a 3.590/2012 – Projeto de Resolução nº 3.591/2012 - Requerimentos nºs 3.825 a 3.832/2012 - Requerimento do Deputado Sargento Rodrigues e outros - Comunicações: Comunicações das Comissões de Administração Pública, de Fiscalização Financeira, de Turismo, de Saúde e de Educação e do Deputado Dilzon Melo - Questão de ordem - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Comunicação da Presidência - Leitura de Comunicações - Despacho de Requerimentos: Requerimento do Deputado Sargento Rodrigues e outros; deferimento - 2ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Inexistência de quórum especial para votação de projeto de lei complementar - Discussão e Votação de Proposições: Prosseguimento da discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 3.557/2012; encerramento



da discussão; requerimento do Deputado Sávio Souza Cruz; deferimento; votação do projeto, salvo destaque; aprovação; votação do art. 1º; rejeição - Prosseguimento da discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 771/2011; questão de ordem; encerramento da discussão; votação do projeto; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.598/2011; encerramento da discussão; aprovação na forma do vencido em 1º turno; verificação de votação; inexistência de quórum para votação; anulação da votação; questão de ordem; existência de quórum para votação; renovação da votação; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.036/2011; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.089/2011; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.117/2011; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.549/2011; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.551/2011; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.818/2012; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.848/2012; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.011/2012; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.071/2012; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.085/2012; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.213/2012; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.253/2011; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.004/2012; aprovação na forma do Substitutivo nº 1; declaração de voto - Questão de ordem - Encerramento - Ordem do Dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Inácio Franco - Paulo Guedes - Dilzon Melo - Alencar da Silveira Jr. - Jayro Lessa - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Bráulio Braz - Bruno Siqueira - Carlos Henrique - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Celinho do Sintrocetel - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Délio Malheiros - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Durval Ângelo - Fabiano Tolentino - Fábio Cherem - Fred Costa - Gilberto Abramo - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Perrella - Gustavo Valadares - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - Ivair Nogueira - João Leite - João Vítor Xavier - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Marques Abreu - Neider Moreira - Paulo Lamac - Pinduca Ferreira - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Ulysses Gomes - Vanderlei Miranda - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Dilzon Melo) - Às 14 horas, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- O Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2º-Secretário “ad hoc”, procede à leitura da ata da reunião anterior.

O Sr. Presidente - Em discussão, a ata. Com a palavra, para discutir, o Deputado André Quintão.

O Deputado André Quintão – Sr. Presidente, felizmente, na ata não constam algumas intervenções – e particularmente uma que refuto e lamento, porque partiu de um Deputado, futuro Vice-Prefeito da minha cidade e que eu respeito muito - relacionadas a ilações, calúnias e injúrias contra o PT. Eu não poderia deixar de estar aqui, até porque sou filiado desde 1985 ao PT, partido que combateu a ditadura no País; ofereceu ao País o Presidente da República operário; ofereceu-lhe a primeira mulher Presidenta da República, que, juntamente com os partidos aliados, transformou a nossa economia, as nossas políticas públicas sociais, o nosso processo redistributivo de renda; trata-se de um partido que tem na cor vermelha e na estrela os seus distintivos hoje mais reconhecidos e admirados pelo povo brasileiro. O PT é o partido que tem a maior admiração do povo brasileiro e, como qualquer outra instituição, conta erros, mas muito mais acertos. Felizmente, no caso do PT, os acertos são muito maiores que os erros cometidos em todas as instituições. Queria, de maneira bem serena mas firme, dizer que o PT, nesta Casa, não admitirá afirmações, injúrias, calúnias, difamação ou qualquer tipo de associação a práticas que o nosso partido e, principalmente, as Deputadas e os Deputados do partido que compõem esta Casa nunca realizaram. Queria dizer também que as críticas, as questões relacionadas às políticas públicas, por aqueles que almejam ter algum nível de responsabilidade na cidade, devem ser entendidas como um recado da população. Não é justo as pessoas que morrem em decorrência de enchente, não é justo as pessoas que perdem recurso com o seu comércio, não é justo as pessoas que têm seus carros estragados pelos alagamentos serem ironizadas pelo gestor maior da nossa cidade. Prefeito não é babá. O cidadão quer Prefeito eficiente, ele não precisa de babá. O cidadão não está na fase do ensino infantil. Sinceramente, se aqueles políticos, as pessoas que querem e se dizem representantes do povo, não têm o mínimo de sensibilidade para compartilhar da crítica política irônica - ironia é uma coisa, injúria é outra -, acho que não estão à altura de representar o povo mineiro ou o povo de Belo Horizonte. A ironia fina faz parte da política. Injúria e calúnia no futebol significam perder a esportiva, mas isso não faz parte, principalmente quando ofendem um partido político que tem representação nesta Casa e nunca utilizou desse expediente para ataques pessoais, caluniosos e injuriosos contra qualquer outro partido. Podemos ter críticas e divergências políticas, pois faz parte da democracia. A divergência é o DNA da democracia. Se não houvesse divergência, não haveria partidos políticos, eleições e disputa. Faço questão de registrar que, atendendo a um pedido do Líder do Governo, Deputado Bonifácio Mourão - eu estava inscrito por 15 minutos para tratar também desse assunto -, vou abrir mão do meu tempo para podermos agilizar a pauta de votação. Eu não estava aqui, estava em uma negociação de comissões do PPAG, mas refuto o que foi dito. Aliás, registro que isso partiu de um Deputado por

quem tenho o maior respeito e a quem respeitei muito durante a campanha. Mas a crítica política não pode ser respondida com injúria, difamação e calúnia contra partido ou integrantes desse partido nesta Casa. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Não havendo retificação a ser feita, dou a ata por aprovada.

Correspondência

- O Deputado Carlos Pimenta, 1º-Secretário “ad hoc”, lê a seguinte correspondência:

“OFÍCIO Nº 6/2012*”

Belo Horizonte, 21 de novembro de 2012.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Encaminho a Vossa Excelência, nos termos do art. 66, § 2º, c/c o art. 122, inciso I, da Constituição do Estado de Minas Gerais e do art. 18, incisos VIII e XV, da Lei Complementar nº 34, de 12 de setembro de 1994, para deliberação dessa egrégia Assembleia Legislativa, o presente Projeto de Lei, que dispõe sobre a criação de cargos no âmbito do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

A proposição visa criar 2 (dois) cargos de Assessor Administrativo do PGJ, padrão MP-83; 2 (dois) cargos de Assessor II, padrão MP-67; e 20 (vinte) cargos de Assessor I, padrão MP-59, que se destinam à criação do núcleo de negociação de conflitos ambientais no âmbito do Ministério Público, bem como ao exercício de atribuições de assessoramento nas promotorias de justiça instaladas em Comarcas localizadas na região do Norte de Minas e nas promotorias de justiça instaladas nas Comarcas sedes de municípios com baixo índice de desenvolvimento humano no nosso Estado.

De igual forma, diante do atual aumento das demandas institucionais, será necessária, na área administrativa, a criação de 1 (um) cargo de Superintendente, padrão MP-83, 3 (três) cargos de Coordenador II, padrão MP-75, 1 (um) cargo de Coordenador I, padrão MP-71, 1 (um) cargo de Assessor IV, padrão MP-73, e 2 (dois) cargos de Assessor III, padrão MP-70.

Cumprir registrar que, neste ano de 2012, a Procuradoria-Geral de Justiça, com recursos de convênio celebrado com o Banco Mundial, efetivou a contratação de consultoria técnica especializada para a realização de diagnósticos institucionais e elaboração de planos estratégicos de ação visando à reestruturação organizacional das mencionadas promotorias de justiça, que foram selecionadas considerando-se a premente necessidade de se priorizar a atenção do Ministério Público para as regiões menos desenvolvidas do Estado, visando ao fortalecimento da atuação institucional direcionada à diminuição das desigualdades sociais e promoção de justiça social, por meio da estruturação da Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais - CIMOS - e suas regionais.

Como resultado apresentado nos planos estratégicos, a consultoria recomendou a ampliação do quadro de assessoramento dos órgãos de execução avaliados, com o fito de melhor cumprimento das atribuições constitucionais ministeriais.

Diante desse cenário, a proposição justifica-se pela necessidade de se prover o núcleo de negociação de conflitos ambientais e as promotorias de justiça instaladas nas Comarcas localizadas na região do Norte de Minas e nas Comarcas sedes de municípios com baixo índice de desenvolvimento humano no nosso Estado com o número adequado de servidores, visando a resguardar a produtividade e celeridade da atuação ministerial, com vistas à satisfação do interesse público e à resolução extrajudicial dos conflitos ambientais.

Importante consignar que a proposta obedece aos limites de despesas com pessoal dispostos no art. 20, inciso II, alínea “d”, e no art. 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Na oportunidade, reitero-lhe sinceros votos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,

Alceu José Torres Marques, Procurador-Geral de Justiça.

PROJETO DE LEI Nº

Projeção de Impacto Orçamentário-Financeiro Criação de Novos Cargos Efetivos e Comissionados

IMPACTO 2013

Cargos	Padrão	Quant.	Custos Mensais – R\$ 1,00				Projeção Anual	IMPACTO NA LRF (%)	
			Remuneração	Patronal	Total/Unit	Total/geral		Acréscimo	Acumulado
Assessor Administrativo PGJ	MP-83	2	11.932	2.506	14.437	28.874	384.896	0,0009%	1,5928%
Assessor IV	MP-73	1	8.634	1.813	10.447	10.447	139.262	0,0003%	
Assessor III	MP-70	2	7.843	1.647	9.490	18.980	252.999	0,0006%	
Assessor II	MP-67	2	7.124	1.496	8.620	17.240	229.815	0,0006%	
Assessor I	MP-59	20	5.598	1.176	6.774	135.477	1.805.904	0,0044%	
Subtotal => Recrutamento Amplo e Limitado							384.896	0,0009%	
Superintendente	MP-83	1	11.932	2.625	14.557	14.557	194.039	0,0005%	
Coordenador II	MP-75	3	9.205	2.025	11.231	33.692	449.114	0,0011%	
Coordenador I	MP-71	1	8.098	1.782	9.880	9.880	131.698	0,0003%	



Subtotal => Cargo em Comissão - Efetivo	774.850	0,0019%	
TOTAL	1.159.746	0,0028%	

RCL => Estimativa 2012	R\$ 38.380.725.776,00	
RCL => Estimativa 2013 – Crescimento de 7,5%	R\$ 41.259.280.210,28	
Participação Atual na RCL	Publicado no Diário Oficial em	1,59%
Participação Atual na RCL	com Criação de Novos Cargos...	1,5928%

Nota: Os efeitos orçamentários e financeiros SOMENTE se iniciarão no próximo exercício (2013), desde que:

- => haja disponibilidade orçamentária aprovada na LOA 2013, ou autorização legislativa de crédito suplementar específica
- => a PGJ esteja enquadrada nos limites impostos na LRF e que o aumento de despesa não comprometa tal limite.

Marcelo Nicolau de Jesus, Diretoria de Orçamento.

PROJETO DE LEI Nº 3.587/2012

Dispõe sobre a criação de cargos no âmbito do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

Art. 1º - Ficam criados no Quadro Específico de Provimento em Comissão do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado, constante no Anexo III da Lei nº 16.180, de 16 de junho de 2006:

- I - 1 (um) cargo de Superintendente, padrão MP-83;
- II - 3 (três) cargos de Coordenador II, padrão MP-75;
- III - 1 (um) cargo de Coordenador I, padrão MP-71;
- IV - 2 (dois) cargos de Assessor Administrativo do PGJ, padrão MP-83;
- V - 1 (um) cargo de Assessor IV, padrão MP-73;
- VI - 2 (dois) cargos de Assessor III, padrão MP-70;
- VII - 2 (dois) cargos de Assessor II, padrão MP-67;
- VIII - 20 (vinte) cargos de Assessor I, padrão MP-59.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias consignadas ao Ministério Público, observado o disposto na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO

(a que se refere o art. 1º da Lei nº, de de)

“ANEXO III

(a que se refere o art. 3º da Lei nº 16.180, de 16 de junho de 2006)

Quadro Específico de Provimento em Comissão

A - Grupo de Direção

Denominação	Nº de Cargos	Padrão
Diretor-Geral	1	MP-92
Superintendente	10	MP-83
Coordenador III	3	MP-83
Coordenador II	39	MP-75
Coordenador I	29	MP-71

B - Grupo de Assessoramento

Denominação	Nº de Cargos	Padrão
Assessor Especial	2	MP-92
Assessor Especial Administrativo	1	MP-92
Assessor Especial Financeiro	1	MP-92



Assessor Administrativo do PGJ	4	MP-83
Assessor de Gabinete	4	MP-75
Assessor IV	7	MP-73
Assessor III	12	MP-70
Assessor II	54	MP-67
Assessor I	47	MP-59

C - Grupo de Supervisão

Denominação	Nº de Cargos	Padrão
Assessor Administrativo II	46	MP-44
Assessor Administrativo I	20	MP-28**

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

* - Publicado de acordo com o texto original.

PROPOSTAS DE AÇÃO LEGISLATIVA NºS 1.673 A 1.867/2012

- As Propostas de Ação Legislativa nºs 1.673 a 1.867/2012 foram publicadas na edição anterior.

OFÍCIOS

Da Sra. Fernanda de Siqueira Neves, Subsecretária de Gestão de Pessoas da Secretaria de Planejamento, solicitando alteração da tabela que menciona, constante no Projeto de Lei nº 3.500/2012. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 3.500/2012.)

Da Sra. Renata Vilhena, Secretária de Planejamento, informando que o Projeto de Lei nº 3.527/2012 não gera impacto financeiro para o erário. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 3.527/2012.)

Da Sra. Renata Vilhena, Secretária de Planejamento, informando o impacto financeiro que o Projeto de Lei nº 3.500/2012 terá nos exercícios de 2012, 2013 e 2014 e indicando as fontes que custearão as referidas despesas. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 3.500/2012.)

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - A Presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 3.588/2012

Declara de utilidade pública o Centro de Apoio às Entidades Comunitárias e Sociais – Caecs –, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Centro de Apoio as Entidades Comunitárias e Sociais - Caecs -, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 21 de novembro de 2012.

Gilberto Abramo

Justificação: O Centro de Apoio as Entidades Comunitárias e Sociais - Caecs - foi fundado em 25/5/1987 como entidade filantrópica, beneficente e sem fins lucrativos e tem como objetivo promover o desenvolvimento socioeconômico e cultural do País.

Os membros de sua diretoria são pessoas reconhecidamente idôneas e não são remunerados pelo exercício de suas funções. Desde a sua fundação, vem cumprindo fielmente suas finalidades estatutárias, prestando relevantes serviços à comunidade.

Isto posto, espera com o título de utilidade pública firmar parcerias com órgãos do Estado para as finalidades propostas.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.589/2012

Declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária Yochanan, com sede no Município de São João del-Rei.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária Yochanan, com sede no Município de São João del-Rei.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 21 de novembro de 2012.

Rogério Correia

Justificação: A Associação Comunitária Yochanan, constituída em 31 de agosto de 2000 e registrada em 14 de fevereiro de 2001, é uma entidade civil de utilidade pública, sem fins lucrativos, com sede e foro no Município de São João del-Rei e prazo de duração indeterminado. Tem por objetivos sociais, entre outros, gerir escolas, cursos livres e entidades educacionais ou assistenciais que se baseiam nos princípios da antroposofia, com o objetivo de promover o harmonioso desenvolvimento humano; prestar serviços nas áreas de saúde, assistência farmacêutica, educação, artes, cultura, lazer e agricultura, mediante celebração de convênios e contratos com entes públicos ou privados; prestar assistência aos menos favorecidos com os recursos da medicina antroposófica.

O processo objetivando a declaração de utilidade pública da referida entidade encontra-se legalmente amparado, estando obedecidas as exigências contidas na Lei nº 12.972 de 27/7/98.

Por essas razões, espero contar com o apoio dos nobres pares.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Saúde, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.590/2012

Dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Santa Cruz do Escalvado o trecho de rodovia que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica desafetado o bem público constituído pelo trecho compreendido entre os Km 19 + 000 (trecho da Rua Amaro Ribeiro Gomes) e 17 + 330 da Rodovia AMG-1705, com extensão total de aproximadamente 1.670m (mil seiscentos e setenta metros).

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Santa Cruz do Escalvado a área de que trata o art. 1º.

Parágrafo único - A área a que se refere o “caput” deste artigo integrará o perímetro urbano do Município de Santa Cruz do Escalvado e destina-se à instalação de via urbana.

Art. 3º - O trecho de rodovia objeto da doação de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, no prazo de cinco anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 2º.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 21 de novembro de 2012.

Dinis Pinheiro

Justificação: Submetemos à apreciação desta Casa Legislativa este projeto de lei que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Santa Cruz do Escalvado o trecho de rodovia que especifica.

Justifica-se o pedido pelo grande interesse desse Município no referido trecho, tendo em vista a expectativa de urbanização e crescimento da cidade.

Diante do exposto, pedimos o apoio e a compreensão dos nobres pares para a aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Transporte e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 3.591/2012

Ratifica regime especial de tributação concedido ao setor de armazéns gerais, nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - Fica ratificada a concessão de regime especial de tributação ao contribuinte mineiro do setor de armazéns gerais, nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, em virtude de benefícios ou incentivos fiscais ou financeiro-fiscais concedidos por outros Estados, conforme exposição de motivos encaminhada por meio da Mensagem nº 294/2012.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 21 de novembro de 2012.

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

- Publicado, vai o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira para deliberação, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 18.

REQUERIMENTOS

Nº 3.825/2012, do Deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o ex-Deputado Federal João Magno por sua absolvição na Ação Penal 470, julgada pelo STF. (- À Comissão de Administração Pública.)

Nº 3.826/2012, do Deputado Duarte Bechir, em que solicita seja encaminhada ao Congresso Nacional manifestação de apoio à Emenda nº 23, apresentada pelo Senador Francisco Dorneles à Medida Provisória nº 579, de 11/9/2012, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária e dá outras providências. (- À Comissão de Minas e Energia.)

Nº 3.827/2012, do Deputado Carlos Henrique, em que solicita seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pedido de providências para a instalação de equipamentos de ginástica na Praça Cândido Portinari, localizada entre as Avenidas Lasar Segal e Otávio Tarquino de Souza, no Bairro Tupi. (- À Comissão de Esporte.)



Nº 3.828/2012, do Deputado Carlos Henrique, em que solicita seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pedido de providências para o asfaltamento da Rua Três Bicas, nas proximidades do nº 193, no Bairro Fernão Dias. (- À Comissão de Transporte.

Nº 3.829/2012, da Deputada Liza Prado, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais pela brilhante iniciativa de realizar o mutirão "Direito a ter pai", no próximo dia 7 de dezembro. (- À Comissão de Direitos Humanos.)

Nº 3.830/2012, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado às Comissões de Segurança Pública das Assembleias Legislativas da Federação pedido de providências para a divulgação da foto do Sr. Célio Henrique da Silva, conhecido como Celinho do Metrô, desaparecido em Betim, no último dia 4 de outubro.

Nº 3.831/2012, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso aos policiais militares lotados na 1ª Companhia de Missões Especiais que participaram da operação que culminou na prisão de um traficante e na apreensão de drogas e arma no Bairro Ipiranga, no Município de Ibirité.

Nº 3.832/2012, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso aos policiais civis lotados na 1ª Delegacia Especializada de Investigação a Furtos e Roubos de Veículos que atuaram na operação que culminou na prisão de um homem envolvido em desmanche e clonagem de veículos roubados na Via do Minério, na região do Barreiro, nesta Capital.

- É também encaminhado à Mesa requerimento do Deputado Sargento Rodrigues e outros.

Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações das Comissões de Administração Pública, de Fiscalização Financeira, de Turismo, de Saúde e de Educação e do Deputado Dilzon Melo.

Questão de Ordem

O Deputado Sávio Souza Cruz - Na condição de Líder do PMDB, quero apresentar, em nome da bancada e do partido, a nossa solidariedade às palavras do Deputado André Quintão, já que não comungamos dessa tese de tentativa de demonização de qualquer agremiação. A correção no trato da coisa pública, a ética, o comportamento republicano são atributos pessoais, e, em todas as legendas, há quem os cumpre e há quem não os cumpre. Portanto, não é razoável, democrático nem republicano nem contribui para o aperfeiçoamento político do País que se queiram simplificar as questões demonizando uma ou outra agremiação e tratando-a de forma desrespeitosa, agressiva, ofensiva e pouco responsável, como assistimos, infelizmente, na reunião da manhã. Reitero a solidariedade do PMDB às considerações do Deputado André Quintão em defesa do seu partido, que foi, de forma genérica, a meu juízo, atacado na reunião da manhã. Muito obrigado.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente (Deputado Inácio Franco) - Não havendo oradores inscritos, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Comunicação da Presidência

A Presidência informa ao Plenário que foram recebidos e aprovados, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 9, os Requerimentos nºs 3.830 a 3.832/2012, da Comissão de Segurança Pública. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões de Administração Pública – aprovação, na 23ª Reunião Ordinária, em 20/11/2012, dos Requerimentos nºs 3.745/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 3.771/2012, do Deputado Celinho do Sinttrocel, 3.777/2012, do Deputado Rômulo Veneroso, e 3.781/2012, do Deputado Duarte Bechir; de Fiscalização Financeira – aprovação, na 23ª Reunião Extraordinária, em 20/11/2012, do Projeto de Resolução nº 3.528/2012, da Comissão de Fiscalização Financeira; de Turismo – aprovação, na 19ª Reunião Ordinária, em 20/11/2012, do Projeto de Lei nº 3.480/2012, do Deputado Antônio Carlos Arantes, e do Requerimento nº 3.768/2012, do Deputado Hélio Gomes; de Saúde – aprovação, na 28ª Reunião Ordinária, em 21/11/2012, do Projeto de Lei nº 3.090/2012, do Deputado Carlos Mosconi; e de Educação – aprovação, na 21ª Reunião Ordinária, em 21/11/2012, dos Projetos de Lei nºs 2.976/2012, do Deputado Deiró Marra, 3.430/2012, do Deputado Antônio Carlos Arantes, e 3.438, 3.439 e 3.473/2012, do Governador do Estado, e dos Requerimentos nºs 3.786 e 3.787/2012, da Comissão de Participação Popular (Ciente. Publique-se.).

Despacho de Requerimentos

O Sr. Presidente – Requerimento do Deputado Sargento Rodrigues e outros em que solicitam a retirada de tramitação da Proposta de Emenda à Constituição nº 19/2011. A Presidência defere o requerimento de conformidade com o inciso VIII do art. 232 do Regimento Interno.

2ª Fase

O Sr. Presidente - Esgotada a matéria destinada a esta fase, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta desta reunião os Projetos de Lei nºs 612 e 760/2011, apreciados na extraordinária realizada hoje, pela manhã.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, que não há quórum especial para votação de projeto de lei complementar, mas quórum que há para a apreciação das demais matérias constantes na pauta. Prosseguimento da discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 3.557/2012, da Mesa da Assembleia, que altera o inciso I do "caput" do art. 6º da Resolução nº 5.365, de 31/7/2012, que altera a Resolução nº 5.214, de 23/12/2003, e a Resolução nº 5.347, de 19/12/2011, que dispõem sobre o Sistema de Carreira dos Servidores da Secretaria da Assembleia Legislativa, e dá outras providências. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do projeto. Continua em discussão o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Vem à Mesa requerimento do Deputado Sávio Souza Cruz em que solicita a votação destacada do art. 1º do projeto. A Presidência defere o requerimento, de conformidade com o inciso XVII do art. 232 do Regimento Interno. Em votação o projeto, salvo destaque. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, o art. 1º. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitado. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Resolução nº 3.557/2012, exceto o art. 1º. À Mesa da Assembleia.

Prosseguimento da discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 771/2011, do Deputado Ivair Nogueira, que dispõe sobre a transferência de domínio, do Estado para o Município de Carmópolis de Minas, de trecho da Rodovia MG-270. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Continua em discussão o projeto. Não há outros oradores inscritos.

Questão de Ordem

O Deputado Gilberto Abramo - Sr. Presidente, no início da discussão do Projeto de Lei nº 771/2011, disse que faria questão de ler na tribuna todos os projetos na íntegra. Abri mão do Projeto de Lei nº 3.557/2012, a pedido do Líder do Governo, e os minutos que me faltam seriam insuficientes. Então, abro mão, apenas dando esse esclarecimento de que faço questão que os projetos sejam lidos, bem como o parecer de redação final.

O Sr. Presidente – Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 771/2011 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.598/2011, do Deputado Gustavo Corrêa, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Jacinto o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O Deputado Gilberto Abramo – Verificação.

O Sr. Presidente – É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. A Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem seus lugares e informa que terá computada a presença, para efeito de quórum, o Deputado que permanecer em Plenário e não registrar o seu voto.

- Proceder-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram 23 Deputados. Portanto, não há quórum para votação. A Presidência a torna sem efeito.

Questão de Ordem

O Deputado Gilberto Abramo – Sr. Presidente, eu iria solicitar uma recomposição de quórum, mas deixo de fazê-lo. Se possível, gostaria que o projeto fosse novamente colocado em votação.

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a existência de quórum para votação. A Presidência vai renovar a votação do projeto. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.598/2011 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.036/2011, da Deputada Rosângela Reis, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Timóteo o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.036/2011 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.089/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.089/2011 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.117/2011, da Deputada Rosângela Reis, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Antônio Dias o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.117/2011 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.549/2011, do Deputado Sebastião Costa, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Francisco do Glória o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.549/2011 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.



Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.551/2011, do Deputado Zé Maia, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Açucena o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.818/2012, do Deputado Antônio Carlos Arantes, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Guaranésia o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.818/2012 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.848/2012, do Deputado Hely Tarquínio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Gotardo o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.011/2012, do Deputado Dinis Pinheiro, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Sem-Peixe o trecho que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 3.011/2012 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.071/2012, do Deputado Bosco, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Serra do Salitre o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 3.071/2012 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.085/2012, do Deputado Romel Anízio, que autoriza o Município de Iturama a alienar imóvel doado pelo Estado por meio da Lei nº 19.995, de 29/12/2011. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 3.085/2012 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.213/2012, do Deputado Delvito Alves, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica ao Município de Unaí. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 3.213/2012 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.253/2011, do Deputado Antônio Júlio, que dá nova redação ao parágrafo único do art. 1º da Lei nº 16.896, de 2/8/2007, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pará de Minas os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 2.253/2011 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.004/2012, do Deputado Sargento Rodrigues, que altera o inciso I do art. 6º da Lei nº 20.010, de 5/1/2012, que dispõe sobre o sistema de ensino da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 3.004/2012 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Administração Pública.

Declaração de Voto

O Deputado Sargento Rodrigues - O projeto que votamos vem apenas corrigir uma falha, ocorrida no ano passado, no processo de votação da educação básica da Polícia Militar. As unidades do Colégio Tiradentes sempre pertenceram, desde a sua criação, aos dependentes dos policiais militares e dos bombeiros militares. Mas, por um pequeno descuido, mesmo deste Deputado, cometemos um equívoco e aprovamos um projeto que incluía apenas os dependentes dos policiais militares. Então, o que estamos fazendo hoje, com este projeto que teve o amparo imediato do governo, é uma correção, porque com ele voltam os dependentes dos bombeiros militares a ter o mesmo direito de frequentar o Colégio Tiradentes. É bom que isso seja feito na forma da lei, porque com o tempo os comandos vão mudando, e isso poderia fazer com que, mais à frente, os bombeiros acabassem sem acesso às unidades do Colégio Tiradentes. Mas, agora, com o que aprovamos em 1º turno, voltamos à forma original, com os dependentes dos bombeiros militares e dos policiais militares tendo a mesma prioridade de ingresso nas unidades do Colégio Tiradentes.



Questão de Ordem

O Deputado Sargento Rodrigues - Após a votação do Projeto nº 3.004/2012, de minha autoria, aprovado por unanimidade pelos Deputados presentes, detectamos, Sr. Presidente, que o Plenário se esvaziou e já não há quórum para a continuação dos trabalhos, muito menos, para votação. Portanto, peço o encerramento de plano da reunião.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a especial de amanhã, dia 22, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada foi publicada na edição do dia 22/11/2012.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 39ª REUNIÃO ESPECIAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 6/11/2012

Presidência dos Deputados Dinis Pinheiro, Antônio Carlos Arantes e Anselmo José Domingos

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Composição da Mesa - Registro de presença - Execução do Hino Nacional - Palavras do Sr. Presidente - Palavras da Deputada Liza Prado - Palavras da Deputada Luzia Ferreira - Palavras do Deputado Duílio de Castro - Esclarecimentos sobre a dinâmica dos trabalhos - Exibição de vídeo - Palavras do Sr. Ronaldo Scucato - Registro de presença - Palavras do Sr. Helton Freitas - Palavras do Sr. João Carlos Leite - Palavras do Sr. Inocêncio Magela de Oliveira - Palavras do Sr. Márcio Olívio Villefort Pereira - Registro de presença - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Dinis Pinheiro - Alencar da Silveira Jr. - Adelmo Carneiro Leão - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Bosco - Bruno Siqueira - Carlos Henrique - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Duílio de Castro - Glaycon Franco - Liza Prado - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Rômulo Viegas - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Ulysses Gomes.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Dinis Pinheiro) - Às 9h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Anselmo José Domingos, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião à realização do ciclo de debates "Cooperar 2012 – Ano internacional das cooperativas", com os seguintes objetivos: comemorar o ano de 2012, declarado pela ONU como o Ano Internacional das Cooperativas; apresentar e divulgar o cooperativismo e suas possibilidades; identificar os desafios enfrentados e os sucessos obtidos pelos diversos ramos do cooperativismo; e apresentar sugestões para o fortalecimento do cooperativismo.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Deputados Antônio Carlos Arantes, Presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo de Minas Gerais – Frencoop-MG –; Anselmo José Domingos, 1º-Vice-Presidente da Frente Parlamentar de Cooperativismo - Frencoop-MG –; e Duílio de Castro; as Exmas. Sras. Deputadas Liza Prado e Luzia Ferreira; e os Exmos. Srs. Raphael Andrade, Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico de Belo Horizonte; Ronaldo Scucato, Presidente do Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais – Sistema Ocemg –; Helton Freitas, Diretor-Presidente da Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico – Unimed-BH –; João Carlos Leite, Presidente da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de São Roque de Minas – Sicoob Saromcredi –; Inocêncio Magela de Oliveira, Diretor da Dialética Fenômenos Organizacionais; e Márcio Olívio Villefort Pereira, Diretor Administrativo e de Desenvolvimento da Central das Cooperativas de Economia e Crédito de Minas Gerais – Sicoob Central Cerecme –, representando o Diretor-Presidente, Sr. Luiz Gonzaga Viana Lage.

Registro de Presença

O locutor - Gostaríamos de registrar a presença dos Exmos. Srs. Marcelo Lana, Presidente da Emater; Getúlio Gontijo, representando o Instituto Estadual de Florestas - IEF; e de alunos do 3º período do curso de Direito da PUC Minas e do curso de Pedagogia da Uemg, que nos visitam e participam do programa Educação para a Cidadania, iniciativa da Escola do Legislativo da Assembleia Legislativa de Minas Gerais com o seu programa Visita Orientada. Gostaríamos de registrar, ainda, a presença do Exmo. Sr. Cristiano Félix Silva, Presidente da Cooperativa de Crédito dos Funcionários da Assembleia Legislativa de Minas Gerais – Cofal.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos todos a ouvir o Hino Nacional, que será cantado pelo Coral da Assembleia, sob a regência do maestro Guilherme Bragança e com o acompanhamento do pianista Antônio Carlos de Magalhães.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Sr. Presidente

Exmo. Sr. Deputado Antônio Carlos Arantes, dileto amigo, Presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo de Minas Gerais, que com muito talento exerce mais essa missão no Parlamento mineiro; Exmo. Sr. Deputado Anselmo José Domingos, fraterno amigo,



que enriquece a Casa com sua presença, com seus atributos; quero saudar, com muita alegria e entusiasmo, a presença feminina da mulher guerreira, combatente e iluminada, Deputada Liza Prado; Exmo. Sr. Secretário de Desenvolvimento Econômico de Belo Horizonte, amigo Raphael Andrade - seja muito bem-vindo à Casa do povo; Sr. Presidente do Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais, Dr. Ronaldo - seja muito bem-vindo; Sr. Diretor-Presidente da Unimed-BH, amigo Helton Freitas - é um prazer reencontrá-lo; Sr. João Carlos Leite, Presidente do Sicoob; Sr. Inocêncio Magela, Diretor da Dialética Fenômenos Organizacionais; Sr. Márcio Olívio Villefort Pereira, membro suplente do Conselho Diretor da Ocemg; quero saudar a Deputada Luzia Ferreira, que se faz presente; o Deputado Bosco, esse permanente obreiro da educação; senhoras e senhores representantes de associações e cooperativas; imprensa aqui presente.

Cooperar é unir esforços para alcançar um objetivo partilhado. É olhar para o outro, compreender suas aspirações e necessidades, identificar-se com elas e agir de forma solidária. Assumir uma postura cooperativa é atitude nobre e louvável, principalmente nesses tempos agitados em que vivemos, nos quais, infelizmente, prevalecem o individualismo e a rivalidade. Quando a cooperação transcende o plano pessoal e se transforma em movimento social, funciona como poderoso mecanismo de inclusão e de redução da pobreza. É isso - e nada melhor do que o testemunho dos Deputados e das Deputadas - que a Assembleia tem feito incansavelmente: procurado, de todas as formas, reduzir, ou melhor, excluir a pobreza do nosso cenário.

Foi exatamente o poder de transformação do associativismo que levou a Organização das Nações Unidas - ONU - a declarar 2012 o Ano Internacional das Cooperativas. Compreendendo que a ação das cooperativas agrícolas é fundamental para a garantia da segurança alimentar, especialmente nos países em desenvolvimento, a ONU decidiu mobilizar governos e entidades da sociedade civil de todo o mundo para que adotem medidas para auxiliar e fomentar o associativismo. O foco são as associações de pequenos agricultores, que muito têm contribuído para a melhoria das condições de vida no campo, ampliando o acesso à terra, ao crédito e aos mercados e possibilitando a negociação de preços mais justos para sementes, equipamentos e fertilizantes. No entanto, o associativismo não se restringe às atividades agrícolas, desempenhando papel decisivo em todos os setores da economia.

Em 2010, pequenas e grandes cooperativas, juntas, empregavam mais de 100 milhões de pessoas no mundo - 20% a mais que as empresas multinacionais. Esses números evidenciam a grande expansão do movimento iniciado em 1844 por tecelões ingleses, unidos na Sociedade dos Equitativos Pioneiros de Rochdale, com o objetivo de criar alternativas de trabalho em uma época em que a máquina a vapor tomava o lugar dos operários nas fábricas. A experiência bem-sucedida dos ingleses rapidamente ganhou o mundo, chegando ao Brasil no final do século XIX. Desde então, tem reiteradamente demonstrado sua capacidade de adaptação, tornando-se particularmente forte nos momentos de crise econômica, como a dos anos 30, quando o País se viu confrontado com a grande depressão e a crise do café.

Hoje as mais de 6 mil cooperativas brasileiras respondem por parte importante de toda a riqueza produzida no País, congregando milhões de associados. Têm grande peso, além das já mencionadas cooperativas de pequenos produtores, as associações de consumo, de crédito e de infraestrutura e tantas outras. As associações de consumidores trabalham para que os cooperados possam comprar alimentos, roupas ou medicamentos de boa qualidade por preços acessíveis. As entidades de crédito, unindo as economias dos cooperados, concedem empréstimos em condições e taxas mais favoráveis que as normalmente praticadas no mercado. As cooperativas de infraestrutura, por sua vez, ofertam aos cooperados serviços aos quais eles normalmente não teriam acesso, como eletrificação e telefonia rural ou limpeza pública. Essas iniciativas tão diferentes, Srs. Deputados, senhores visitantes, têm em comum seu caráter democrático, igualitário e autônomo. Por estarem sustentadas pelos pilares da liberdade e do voluntarismo, são capazes de defender com êxito os interesses dos cooperados. Ademais, estão seriamente comprometidas com o desenvolvimento das comunidades em que surgiram, funcionando como agentes do desenvolvimento sustentável e da educação.

Ciente do grande potencial transformador do cooperativismo, a Assembleia de Minas tem dado especial ênfase às questões ligadas ao tema, principalmente por meio das atividades da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo. Produzimos também significativa legislação relacionada à matéria, de que é exemplo a lei que institui a Bolsa Reciclagem, que concede incentivos financeiros a catadores de materiais recicláveis, uma medida inovadora não somente no Parlamento mineiro, mas também no Estado de Minas Gerais. Esperamos que esse exemplo louvável seja seguido por outros Estados brasileiros. Empenhada em consolidar-se como ponto de convergência do poder público e da sociedade na discussão de estratégias para o desenvolvimento do Estado, esta Casa julgou oportuno promover este ciclo de debates, motivada pelo Ano Internacional das Cooperativas. O evento é ocasião propícia para a apresentação e a divulgação do cooperativismo, a identificação dos desafios e dos êxitos de seus diferentes ramos e a apresentação de sugestões para o seu aprimoramento.

Temos o privilégio de ser conduzidos nos debates por palestrantes experientes, que vivenciam efetivamente a realidade do associativismo, seja por meio de seu trabalho em cooperativas, seja por meio de sua atuação no poder público. Agradeço a cada um deles o interesse em partilhar seus conhecimentos, favorecendo, assim, a evolução do cooperativismo. Agradeço também a cada participante a sua presença, contribuindo para o enriquecimento das discussões.

Tenho a certeza de que este encontro, norteado pela lição de força, solidariedade e cidadania do associativismo, será um sucesso e alcançará todos os seus objetivos. Mãos à obra! Vamos juntos continuar a construir um Estado cada dia melhor, com a força do associativismo. Um ótimo dia aos senhores e às senhoras!

Palavras da Deputada Liza Prado

Bom dia a todas e a todos! Cumprimento os presentes na pessoa do Deputado Dinis Pinheiro, nosso querido e grande Presidente, que faz com que as portas da Assembleia estejam todos os dias abertas, para recebermos propostas e melhorarmos, a fim de que esta Casa seja realmente a voz dos nossos cidadãos e cidadãs e defenda os seus direitos. Na pessoa do meu querido Presidente da Comissão de Agropecuária, de que faço parte, cumprimento todos os nossos colegas Deputados, como o Deputado Anselmo José Domingos.



Esta manhã é muito importante, pois estão presentes homens e mulheres que sabem da importância de discutirmos cooperativa no prisma de que tem um papel fundamental no sistema de alimentação do nosso mundo. Tenho certeza de que tanto os japoneses quanto os holandeses já podem copiar os nossos exemplos. Antes, eles eram referência nessa área, mas, hoje, o Brasil está com as suas cooperativas cada vez mais compartilhadas e organizadas financeira e administrativamente e com os seus gestores preparados, o que faz diferença.

Desejo a todos muito sucesso e que estejam sempre procurando aprimorar, para realmente podermos combater a pobreza e enfrentar os grandes oligopólios. Não apenas como membro da Frente Parlamentar do Cooperativismo, mas também como membro da Comissão de Agropecuária, desejo a todos um bom dia e um bom trabalho. Tenho certeza de que vocês estão aprimorando-se, e quem ganha com isso são todos os cooperados, pois, com péssimos gestores, quebram-se as cooperativas. E quem se aprimora constantemente está trabalhando com outras cooperativas com as quais também podem fazer negócios.

No Brasil e em Minas Gerais, há ainda muito espaço para a organização do nosso povo. Por exemplo, os produtores da agricultura familiar, em nosso Estado, ainda não conseguem vender os seus produtos por não estarem organizados em cooperativas. Há a lei federal que diz que devem ser comprados 30% dos produtos “in natura” da agricultura familiar, mas esses produtores ainda não conseguem vender porque não estão organizados. Creio que poderemos encontrar aqui outras cooperativas, para conversar e apresentar propostas, a fim de fazermos com que este país realmente combata a pobreza e distribua riquezas. Podem contar sempre com esta Deputada. Muito obrigada.

Palavras da Deputada Luzia Ferreira

Bom dia a todos! Gostaria de cumprimentar a Mesa na pessoa do nosso Presidente Deputado Dinis Pinheiro e, na pessoa do Deputado Antônio Carlos Arantes, Presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo, cumprimento os demais presentes.

Sempre digo que o cooperativismo é uma forma mais racional, mais democrática e mais justa do ponto de vista da organização social e econômica; é uma organização mais horizontalizada. E, numa sociedade em que há tanta desigualdade de distribuição e de apropriação da riqueza produzida por todos nós nas atividades econômicas, o cooperativismo é, vamos dizer assim, aquele nosso sonho de organização social em que todos podem beneficiar-se igualmente do produto do trabalho.

Apesar de ser um segmento importante no Brasil, o cooperativismo ainda está em crescimento. Talvez por isso, por esse sonho que todos partilhamos de mais igualdade nas relações econômicas, ele cresce e tem espaço para crescer em outros diferentes segmentos. Como disse o Presidente, na nossa tradição no Brasil, o cooperativismo está mais vinculado à área agropecuária, mas temos exemplos significativos como o da Unimed – aliás, encontra-se na Mesa o Dr. Helton -, cuja cooperativa é muito bem-sucedida no atendimento médico.

Saúdo todos vocês que, no dia a dia, contribuem para que as cooperativas, o movimento cooperativista ganhe espaço na sociedade e seja um sucesso. Vejo aqui meu amigo Geraldo Magela, lutador por esse movimento. Quero dizer que a minha participação como Vereadora teve muito a ver com as provocações que ele me fazia: “Luzia, levante essa bandeira. Adira ao movimento. Ajude-nos.” Aliás, como Vereadora, apresentei um projeto de lei que permite que as cooperativas de Belo Horizonte possam participar de licitações públicas. Portanto, também caminhamos nesse sentido em que vocês, que militam no movimento cooperativista, ajudam a construir uma nova forma de organização social. Estaremos juntos, aqui na Assembleia, como parlamentar, e usaremos este espaço, ajudando a divulgar, a melhorar a legislação e a apoiá-los nesse caminho que pode levar a mais justiça e mais igualdade. Queremos que vocês ajudem a construir uma sociedade melhor. Boa sorte! Muito obrigada.

Palavras do Deputado Duilio de Castro

Bom dia a todos! Na pessoa do nosso Presidente Deputado Dinis Pinheiro e na do Deputado Antônio Carlos Arantes, Presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo, cumprimento todos os presentes. É um prazer estar aqui com vocês hoje e mostrar a importância deste debate. Nos últimos anos, temos visto o Brasil avançar muito no sistema de cooperativismo. Com certeza, é um caminho para baixar custos e apoiar os pequenos produtores.

Quando falamos em cooperativismo, vemos exemplos no leite, no transporte, na agricultura. Hoje o Brasil parte para o caminho da união, principalmente por meio das cooperativas, que, muitas vezes, fomentam a economia do País. Meu gabinete está à disposição desta Comissão. Tenho certeza de que esta Casa está de portas abertas para avançar no que for preciso quanto à legislação. Mas o mais importante é nos conscientizarmos de que, se unirmos forças, com certeza, no Brasil, que é um país rico, tem território e água, poderá haver uma melhor economia e uma melhor divisão de renda. Esse é o caminho. O cooperativismo dá esse exemplo.

Tive a oportunidade, em Sete Lagoas, de ser o autor do projeto que criou o transporte alternativo, que é um caminho para fazer divisão de rendas. Hoje, vemos que ele se transformou em uma cooperativa e gerou emprego para mais de 500 pessoas. Isso fez uma grande diferença no transporte de Sete Lagoas. Sou exemplo e testemunha da diferença que o cooperativismo faz na vida das pessoas. Precisamos dividir a riqueza para que todos tenham condições de ter uma vida melhor. É o que esperamos. Este debate nos irá enriquecer muito. Queremos que avance para alcançarmos melhores condições e mais divisão de renda para o nosso país. Obrigado, desejo a todos um evento proveitoso e que cresçamos com o debate.

O Sr. Presidente – Muito bem, Deputado Duilio. A Presidência agradece às autoridades a participação na abertura do ciclo de debates e neste instante passa a Presidência dos trabalhos ao querido e fraterno colega Deputado Antônio Carlos Arantes.

Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos

O Sr. Presidente (Deputado Antônio Carlos Arantes) – Bom dia a todos, cumprimento os integrantes da Mesa e demais autoridades presentes. Esclarecemos que, após as exposições, abriremos espaço para apresentação de questões ou sugestões presenciais, por escrito ou oralmente, e de outras enviadas pelo formulário do “Participe Agora”, disponível pela internet no portal da Assembleia Legislativa.

Para melhor organizarmos nosso debate, ainda durante as falas dos expositores os participantes poderão encaminhar suas questões ou sugestões por escrito, no formulário próprio que está sendo distribuído pela equipe de apoio. Os que desejarem fazer sua



intervenção oralmente devem especificar isso no formulário, devendo, para registro, entregar o conteúdo da intervenção também por escrito.

Informamos que os telespectadores da TV Assembleia também poderão participar. Basta acessar o portal da Assembleia Legislativa – www.almg.gov.br -, abrir a página do ciclo de debates, preencher o formulário de participação e enviar sua contribuição.

Exibição de Vídeo

O Sr. Presidente - Assistiremos a um vídeo elaborado pelo Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais – Sistema Ocemg -, em comemoração do Ano Internacional das Cooperativas.

- Procede-se à exibição do vídeo.

O Sr. Presidente – Gostaria de passar a palavra ao Sr. Ronaldo Scucato, Presidente da Ocemg, e aproveitar para agradecer a V. Exa. a grande parceria, por intermédio da sua pessoa e desta Assembleia. Somos grandes parceiros. Graças a essa parceria, a Assembleia tem conseguido avançar muito. Por meio da Frente Parlamentar do Cooperativismo, composta por mais de 50 Deputados, quero apresentar-lhe o nosso agradecimento também por ter aceitado organizar e promover conosco o Dia Internacional do Cooperativismo nesta Casa. Muito obrigado. Com a palavra, o Sr. Ronaldo Scucato.

Palavras do Sr. Ronaldo Scucato

Bom dia a todos. Coube-me a honra de ser o primeiro a me pronunciar sobre a parte técnica deste ciclo de debates. Quero agradecer à Assembleia Legislativa, na pessoa do Deputado Dinis Pinheiro, seu Presidente, que nos brindou com excelente palestra, e à Mesa. Quero fazer agradecimento especial ao Deputado Antônio Carlos Arantes, parceiro de todas as horas, Presidente da nossa frente parlamentar, e ao Deputado Anselmo José Domingos, seu Vice-Presidente. Aproveito para saudar os coordenadores deste ciclo de debates, os assessores e os funcionários da Assembleia. Cumprimento ainda os Deputados da Frencoop, as demais autoridades, os conselheiros e o superintendente do Sistema Ocemg-Sescoop, os gerentes e os funcionários do nosso sistema, os amigos cooperativistas que aqui estão, a Mesa, os Deputados que se pronunciaram. Cumprimento as autoridades, todos os companheiros cooperativistas que já se pronunciaram, os funcionários do nosso sistema e os presentes.

Senhoras e senhores, para falar sobre cooperativismo é preciso departamentalizar. Na parte da tarde vamos ter o pronunciamento do nosso líder maior, Dr. Márcio Alves de Freitas, que naturalmente vai-lhes dar todas as informações sobre o cooperativismo em nível internacional e nacional. Portanto, vou-me ater a dados exclusivamente mineiros e fazer algumas reflexões a respeito do sistema, entre aspas, cooperativo. Costumo afirmar, caríssimo Deputado, que não somos bandoleiros, mas ainda somos um bando de gente tentando exercer a cooperação. Ainda temos um longo caminho a percorrer para atingirmos o sistema. Temos problemas internos no cooperativismo. Além de todos os benefícios que ele traz para a sociedade, poderia fazer muito mais se fôssemos realmente consistentes.

Gosto de começar minha fala com uma frase tipicamente mineira, de um médico, escritor e um homem que se antecipou na história, que sentiu a chegada da globalização. Estou falando do embaixador, médico, escritor e humanista Guimarães Rosa. Ele disse que a nossa cabeça é uma só e que as coisas que há e que estão para ver são demais, muitas muito diferentes, por isso temos de abrir a cabeça para o total. O total é a globalização. As cooperativas estão definitivamente inseridas dentro da globalização. Se não estiverem, pegarão o bonde do atraso, o estribo do retrocesso. Por isso agradecemos a oportunidade de falar alguma coisa sobre cooperação, de onde ela veio, por onde passou, onde está e o que se pretende com ela.

Precisamos afirmar, mais uma vez, em nível mundial, que é preciso manter a natureza cooperativa. Todos sabemos que as cooperativas estão no mercado fazendo negócios. É importante que se diga isso porque elas não são sociedades beneficentes, muito menos filantrópicas. As cooperativas são sociedades de negócios e, como tais, têm de dar resultado positivo. A lei nos impede de falar em lucro, mas a verdade é que tudo que se fala como retorno e resultado positivo nada mais é que o verdadeiro lucro. Precisamos do lucro para atingirmos nosso objetivo, que é o social, a realização do social, por meio da eficiência econômica. Não se constrói um paraíso social em cima de uma ruína econômica. Por isso precisamos da eficiência cooperativa, mas também de cuidado para não tirarmos o humano do primeiro plano do sistema cooperativo.

Um pouco mais à frente, vamos ver como fica essa questão. Precisamos de uma ampla pesquisa em nível mundial, regional e até local para avaliarmos o caminho percorrido pelo cooperativismo e trazer à tona, em segundo lugar, os desafios e os questionamentos para o porvir do cooperativismo. Se os modelos de negócios cooperativistas vão estar compatíveis com a natureza cooperativista, mais à frente veremos algo sobre isso.

Temos de fazer um resgate histórico. A cooperação sempre existiu. O ser humano precisou cooperar para sobreviver, para caçar, para pescar, para produzir, para se alimentar. E tivemos exemplos importantes, os “mirs”, exemplos seculares na Rússia de camponeses que se organizaram de forma cooperativa.; tivemos os “frutières”, na França, no século XII, 800 anos passados, que tratavam de cooperativa de laticínios. Portanto, a França, historicamente, continua liderando a fabricação de laticínios, de queijos, porque tem uma experiência quase milenar.

Os artéis, na Rússia - fui surpreendido recentemente com um material trazido da Rússia por uma equipe de médicos que visitaram uma sociedade cooperativa em Moscou. Trouxeram a documentação de um cooperativa constituída 13 anos antes da famosa experiência histórica de Rochdale. A Ocemg conseguiu a tradução não só da ata, como do estatuto dessa cooperativa que precedeu os pioneiros utópicos de Rochdale. Essa tradução está na Ocemg à disposição de todos os interessados.

Os zadrugos iugoslavas, com tecnologia fantástica de produção agrária. Depois se expandiram por todo o leste europeu, para a Bulgária, para a Romênia, para a Ucrânia; os “ejidos”, no México, e as próprias missões no Sul do Brasil. Esse é o resgate histórico. Se o cooperativismo tem 160 anos com Rochdale, ele é milenar com experiências levadas a efeito lá atrás. É importante que se diga isso porque temos de manter o passado vivo.

Vou até antecipar a fala de George Fauquet, médico francês. Nos anos 1900, ele disse que quando o movimento corta o cordão umbilical com suas utopias, sonhos e ilusões, esse movimento regride.

E essa é uma frase importante. Por que é importante? Porque a utopia é importante. Ser utópico não é ser atrasado, é ser adiantado. Para que serve a utopia? A utopia serve para avançar. E Fauquet foi um cooperativista que vivia intensamente o cooperativismo. E é o que precisamos fazer com o cooperativismo atual, porque viver, meus amigos, é uma coisa rara. A maioria das pessoas meramente existe, submersa na rotina diária. O cooperativismo tem de sair dessa mesmice da rotina e viver intensamente a filosofia, a ideologia e a operacionalidade.

E aí o registro histórico de pioneiros de Rochdale. Estive lá na semana passada, com o museu todo remodelado: o respeito pelo passado. A maioria das pessoas acha que o passado é simplesmente o álbum de retratos que você joga no fundo do baú e deixa amarelar; não respeita o passado, vai cometer e repetir os mesmos erros no futuro. Rochdale lutou contra a exclusão social. Vinte e oito tecelões, uma mulher no meio, a má alimentação, o alimento fraudado, perspectiva de vida de no máximo 30 anos, mulheres e crianças com jornadas de trabalho de 16 horas, salários injustos, situação difícil. Os pioneiros não tinham crédito. Economizaram 1 libra cada um, durante um ano, para formar o primeiro estoque de um armazém que só tinha farinha de trigo, aveia, manteiga, açúcar, velas e nada mais. Em Rochdale eles não tinham crédito. Olhem o que faz a cooperação: andavam milhas com o carrinho de mão, iam buscar suprimentos em Manchester para abastecer o armazém. Com um ano, já tinham mil cooperados e, com cinco anos, tinham aberto mais de 15 lojas em todo o Reino Unido. Esta é a força, é o desenvolvimento, é a qualidade de vida, é o bem-estar do ser humano através da cooperação.

Mas isso não caiu do céu. O cooperativismo teve precursores. William King foi um médico que propugnava pelo cooperativismo de consumo, alimentação de qualidade, peso certo. Charles Fourier, com as suas falanges fauqueristas, as suas colônias, os serviços coletivos; Philippe Buchez, empreendimento sem o Estado. Já naquela época, antes de Rochdale, dos 28 tecelões, Philippe Buchez dizia: "Vamos trabalhar sem precisar da muleta pública". E Roberto Rodrigues costuma dizer, anedoticamente, que é bom o Estado tomar conta da segurança, da educação etc., mas que deixe o negócio de lado. A gente pode até namorar, passear de mãos dadas com o Estado pra lá e pra cá na calçada, mas não ir pra cama com o Estado porque, se o fizer, você se corrompe.

Portanto, o cooperativismo da sociedade privada, autenticamente privada.

Pierre Proudhon. As cooperativas de crédito deveriam ter o busto de Pierre Proudhon. Ele é o patrono do cooperativismo de crédito. É o homem que lutou contra o agiota, contra a usura, pelo acesso ao crédito, e pouca gente sabe disso. Proudhon, como anarquista, lutava contra essas coisas e facilitava o financiamento, o crédito para a sociedade em geral através de cooperativa.

Louis Blanc já defendia a intervenção do Estado na formação de cooperativas, porque ele era Ministro da França.

Schulze-Delitzsch e Raiffeisen. Esses dois constituíram um sistema fantástico de crédito. Raiffeisen, de inspiração mais rural, e Schulze-Delitzsch, de inspiração urbana, que fez o primeiro código cooperativo da Alemanha. Luigi Luzzatti seguiu os passos em Milão, na Itália, a cidade mais assalariada da península, e constituiu o que hoje é um banco cooperativo italiano.

Por final, nas Américas, Alphonse Desjardins - o grande sistema de crédito canadense, milhões de pessoas, um complexo fortíssimo. E aí vem um parêntese. Esse homem, que constituiu a primeira cooperativa em Antigonish, no litoral da Nova Escócia, conseguiu elevar a pesca canadense à segunda condição de pesca do mundo, perdendo apenas para a japonesa. Tudo isso através de financiamentos cooperativos. Mas há um aspecto importante. Desjardins morreu em 1920. Sua esposa, Dorimène, continuou o trabalho dele. Em 1925 houve uma possível derrocada do cooperativismo financeiro do Canadá e Dorimène conseguiu, com reuniões em Montreal e Toronto, segurar o sistema, e hoje é o grande sistema canadense de crédito. Em 2002 ela foi considerada pelo governo canadense heroína nacional. É o papel da mulher no cooperativismo.

Esse sistema canadense chegou ao conhecimento de um empresário cristão norte-americano de nome Edward Filene, que foi ao Canadá buscar as técnicas desse cooperativismo e a implantou nos Estados Unidos, fazendo com que este país chegasse à hegemonia da produção de grãos através da eletrificação rural financiada por cooperativas de crédito, as famosas Cuna Mutual, que posteriormente têm em Wisconsin, Madison, nos Estados Unidos, o Conselho Mundial das Cooperativas de Crédito.

Com todo o sucesso de Rochdale no Reino Unido, ele saltou para a Europa continental. Lá houve um homem chamado Charles Gide, economista, escritor, humanista, historiador, que instituiu uma faculdade em Nimes, na França, para abrigar estudantes de cooperativismo de todo o mundo.

Esse homem tinha um plano de três etapas em que ele propugnava que o consumidor, no setor terciário da economia, deveria se organizar, amealhar recurso, e retrocedendo na escala dos setores econômicos, voltar ao segundo setor onde se transforma, onde se agrega valor, onde se armazena, onde se transporta, e constituir cooperativas no segundo setor até conseguir recurso suficiente para chegar ao setor primário da produção. Poucas cooperativas, com exceção das escandinavas, conseguiram esse processo proposto por Charles Gide.

E o mais importante é que há um estudo da FAO para países emergentes ou em desenvolvimento que fala que de um processo econômico considerado 100%, 67% ficam no setor secundário da economia, onde estão as transnacionais, não as multinacionais, onde estão aqueles grupos cujos interesses estão acima dos interesses das nações. Então, 67% retornam ao setor secundário da economia; 22% ficam no setor terciário, onde consumimos; e apenas 11% retornam ao setor primário da economia. Essa é a razão do êxodo rural. No final da minha fala vamos ver por que precisamos motivar o setor primário da economia através de cooperativas de produção.

A cooperativa, como todos sabem, é uma associação autônoma de pessoas, com regime democrático, etc. Mas, na verdade, cooperativa autêntica é aquela que faz bem, que atende bem e que gasta bem. Essa é a definição primária e definitiva de uma cooperativa. E a cooperativa fala sempre em princípios. Por que princípios de cooperativa? O que interessa são os valores que rebocam aos princípios. Os valores de democracia, igualdade, equidade, solidariedade, honestidade e transparência. Costumo repetir a frase do Cardeal De Gondi, Bispo de Retz, há 400 anos, que falava sobre o momento em que os que mandam perdem a vergonha e os que obedecem perdem o respeito.

É por isso que precisamos realçar os valores do cooperativismo - honestidade e transparência -, e a importância de termos lideranças autênticas. Estamos enfrentando crises de liderança não só no mundo, mas também no cooperativismo. Na estrutura de representação



do cooperativismo temos a aliança cooperativa, instituída em 1895, em Londres, passando depois para Genebra e seguindo atualmente para Bruxelas. Temos a Aliança Cooperativa das Américas, a OCB, as organizações estaduais, o Sescoop, braço de capacitação, as frentes parlamentares nacional e estadual, as cooperativas singulares e a base de tudo, que é o associado.

Vamos ver os dados estatísticos do cooperativismo. Ninguém gosta disso, mas é a base do desenvolvimento. São 760 cooperativas no Estado de Minas Gerais. O Roberto Rodrigues disse que não acredita nisso. Com orgulho revelou aos senhores que são 760 cooperativas adimplentes e regulares. Não temos inadimplência, e é a única organização do Brasil com irregularidade zero.

Temos quase 37 mil empregados no Sistema Ocemg. É um dado importante. Temos 1.200.000 cooperados nas nossas 760 cooperativas e tivemos um movimento financeiro de R\$27.000.000.000,00 durante o ano de 2011, um crescimento de 24% em relação ao ano de 2010. A participação feminina é de 17,5%, são 44 mulheres Presidentes. Dos Presidentes e Diretores, 62% têm curso superior e pós-graduação. Dos empregados, 35% têm curso superior e pós-graduação. São 7,2% a nossa participação no Produto Interno Bruto.

PIB não significa FIB; Produto Interno Bruto não significa Felicidade Interna Bruta, como diz o Prof. Hirata, da Universidade de St. Gallen, na Suíça, parodiando o reino de Butão. Hoje PIB não é mais indicador de bem-estar nem de qualidade de vida. O País pode ter um excelente PIB, mas também ter regiões madrastras para o seu próprio povo. Foram R\$1.300.000.000,00 de tributos e de aplicação em lazer e meio ambiente, sendo R\$1.200.000.000,00 de tributos pagos ao governo. E as exportações, US\$884.000.000,00.

Essa é a contribuição do cooperativismo em Minas Gerais. Tivemos uma movimentação econômica de R\$27.000.000.000,00. E vocês podem verificar, pela seta vermelha, que, praticamente no ano da crise internacional, tivemos um resultado parelho, mas, depois, crescemos durante todos os anos. A participação dos ramos na movimentação econômica: 52% do agropecuário, 26% do crédito, 16% da saúde - praticamente esses três ramos significam 96% da movimentação econômica do cooperativismo em Minas Gerais. E os principais produtos são o café e o leite. O café, com uma participação de 57%, e o leite, 36% na economia mineira através de cooperativas.

Evolução das exportações: tivemos, nos anos de 2003 a 2012, um crescimento de 1.073% das exportações, o que significa mais produtividade, melhor qualidade e mais agressividade para exportar nos nichos e mercados internacionais. A média do salário do cooperativismo mineiro também é bem mais alta que a média dos salários no Estado. E onde existe cooperativa, o indicador de desenvolvimento humano é bem superior ao das cidades em que não há cooperativas, e também a média do IDH no Estado de Minas.

No ramo crédito, temos a divisão, quase 50 a 50 entre Municípios que têm e não têm cooperativas. O percentual de Municípios com cooperativas de crédito é 52%, e, em 446 Municípios, as cooperativas de crédito estão presentes.

São 203 cooperativas de crédito, com 667 postos de atendimento. O Papa Bento XVI costuma dizer que as cooperativas de crédito representam gente trabalhando para gente. Essa é uma frase importante em suas homilias.

No ramo de saúde, temos a participação expressiva da Unimed, com 57%. Posteriormente, meu dileto amigo Presidente da Unimed-BH dará informações mais precisas sobre o sistema. Além disso, temos a Uniodonto, com 12%, e as demais entidades completam o queijo, com 31%. O ramo do transporte também vem crescendo muito com diversas categorias. Posteriormente, todos receberão as informações econômicas e sociais do cooperativismo mineiro e poderão verificar todos esses dados estatísticos. Isso acontecerá no dia 30, quando será realizado o Seminário de Responsabilidade Social.

Agora vem a sustentabilidade, que envolve os aspectos econômico, social e ambiental e também as propostas e tendências. Precisamos de uma nova visão e de coragem, com as novas lideranças que estamos tentando formar, já que há uma carência delas no sistema. Precisamos da profissionalização da gestão e da direção e também da intercooperação, que, na verdade, é uma falácia. Precisamos intercooperar, pois os ramos, em geral, não se entendem. Além disso, as cooperativas precisam cuidar da agregação de valor.

Reflexões: repensar o cooperativismo por meio de uma ampla pesquisa e avaliar o passado e os desafios para o futuro; provocar mudanças, sempre tendo o humano em primeiro plano; agir com responsabilidade social, hoje mencionada por todo o mundo, mas que, na verdade, começou com o cooperativismo - o marco legal foi em 1844, em Rochdale -; e promover a inclusão social, Produto Interno Bruto - PIB -, Felicidade Interna Bruta - FIB - e IDH - Indicador de Desenvolvimento Humano.

Lerei a frase que o Papa Bento XVI mandou para o José Graziano Silva, Diretor da FAO, entidade da ONU que trata da alimentação e agricultura no mundo. Disse o Papa: "É indispensável que os poderes, em nível nacional e internacional, predisponham os instrumentos necessários, legislativos e de financiamento, para que, nas zonas rurais, as cooperativas possam ser instrumentos eficazes para produção agrícola, segurança alimentar, mudança social e um amplo melhoramento das condições de vida. Em um mundo que busca ações apropriadas para superar as dificuldades derivadas da crise econômica e para dar à globalização um significado autenticamente humano, a experiência com cooperativas representa bem a economia a serviço das pessoas."

Terminando, volto ao Charles Gide, que disse: "O cooperativismo é a suprema esperança daqueles que sabem que há uma questão social a resolver e uma revolução a evitar". Portanto, como diz Roberto Rodrigues, "o cooperativismo é o caminho para a democracia e a paz".

Sr. Presidente da Frencoop, Deputado Anselmo Domingos, e demais componentes da Mesa, senhores e senhoras, muito obrigado pela atenção dispensada. Bom dia! Bom trabalho para todos.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra e agradece a presença da Exma. Sra. Profa. Marlene Catarina de Oliveira Lopes Melo, Diretora-Geral da Faculdade Novos Horizontes, que está promovendo o curso de cooperativismo em sua faculdade; dos Exmos. Srs. e Sras. Marcelo Lana, da Emater; Geraldo Magela, da Ocemg; Leonardo e Ivan, do Sicoob de São Gonçalo do Sapucaí; Luiz Carlos Diogo, Presidente do Sicoob Nossocrédito, da nossa querida São Sebastião do Paraíso; Renato Nunes, nosso amigo Presidente da Coopa, cooperativa de leite em Patrocínio; Clóvis Correa, Presidente da Cooperativa Agrícola Alto Rio Grande; Getúlio Gontijo, da



Secretaria de Meio Ambiente; Edmundo Dantés Patrocínio, do Sicoob Credjus; Márcio Olívio Villefort Pereira, Diretor Presidente da Sicoob Centro-Oeste - daqui a pouco, ele vai falar conosco -; Irone Martins Sampaio, Presidente da Cooperativa Nacional de Apicultura - Conap -; João Marques Pereira Neto, Vice-Presidente da Cooperativa Agropecuária Vale do Rio Doce; Marco Túlio Borgatti, gerente técnico da Ocemg; Luís Edmundo Noronha Teixeira, Presidente da Federação Nacional de Cooperativas Médicas; Sra. Márcia Aparecida Monteiro, gerente comercial do Sicoob Nossacoop; Antônio Edison Fernandes de Andrade, Diretor de Relações Institucionais do Sicoob Crediserv; Olímpio Gonçalves Pimenta, do Conselho Fiscal do Sicoob Credjus; Luiz Antônio, assessor jurídico do Sistema Ocemg; Paulo Francez, Diretor da Crediriodoce; William Wagner da Silva, Presidente da Federação Unipropas; Sra. Maria Goretti Cota Martins, Presidente da Copremon; Edivaldo Ribeiro Holman, Presidente Executivo da Unipropas; Haroldo Costa Daldegan, do Sicoob Credesp; Paulo Acorroni, do Conselho Administrativo da Cofal; Carlos Fabiano Braga, do Coopeventos; José Ailton Junqueira de Carvalho, Presidente da Coopifor; Paulo César de Araújo Rangel, da Unimed de São João del-Rei; Colifeu Andrade Silva, Vice-Presidente da Itambé; Geraldo Martins Alves, Superintendente Financeiro e de Negócios da Sicoob Central Cecremge; Paulo Roberto Guerra, Diretor-Presidente da Sicoob Copesita; Márcio Antônio Laine, Diretor-Presidente do Sicoob Credesp de Bom Despacho; Ronaldo Tavares Gontijo, Diretor Financeiro do Sicoob Credesp de Bom Despacho; Vicente Ferreira Malachias, Diretor do Sicoob Credesp; Raphael Andrade, Superintendente Econômico da Prefeitura de Belo Horizonte; Dr. Heli Penido, ex-Presidente da Crediminas; Eugênio, do Sindicato Rural de Pará de Minas; Everton Alves Pereira, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de Minas; Geraldo Vasconcelos, Diretor-Presidente do Sicoob Acicredi de Guaxupé; Rui Gonçalves Leite, Diretor de Desenvolvimento e Negócios da Coopemata; Lúcio Antônio de Souza, da Cofal; Flávio Matias da Costa, da Consult; Guilherme Olinto Alves Lima Resende, Presidente do Ciemg e da Cooperativa Rio Doce; Míriam Fernandes Amaral, pesquisadora da Faculdade Novos Horizontes; Cenyldes Moura Vieira, Diretor-Presidente da Cooperativa Agropecuária de Uberlândia; José Jacinto Júnior, do Conselho de Administração da Calu; e Alessandro Henrique de Sousa, Diretor Administrativo da Coind.

Palavras do Sr. Helton Freitas

Caros companheiros e colegas, bom dia a todos! Agradeço à organização deste seminário a oportunidade de falar aos colegas de cooperativismo que reencontro aqui. É sempre bom poder reencontrar todos em um ambiente tão representativo e significativo como este. Cumprimento ao Sr. Ronaldo Scucato, que, pela sua gestão diante da Ocemg-Sescoop, tem conseguido colocar o cooperativismo mineiro e nacional em fóruns como este da nossa Assembleia Legislativa. Agradeço penhoradamente ao Deputado Antônio Carlos Arantes, que pensou, concebeu e estruturou este evento e que hoje nos recebe aqui. Agradeço ao Anselmo José Domingos. Falei com ele que pensava que o pai dele havia sido cooperado da Unimed-BH, e ele me falou que ele ainda é cooperado e que os seus dois irmãos também o são. Isso é muito significativo, porque representa o cooperativismo no ambiente familiar, especialmente com essa questão paterna como exemplo de vida.

Vou falar um pouco do sistema Unimed, mas mais especificamente sobre a Unimed-BH. Pela exiguidade do tempo, tive que fazer um recorte na minha fala para focar essa experiência junto à cooperativa de trabalho médico do Sistema Unimed, que é a Unimed de Belo Horizonte. Para começar, gostaria de dizer que o cooperativismo faz parte da minha vida há um quarto de século. Não sou nenhum Ronaldo Scucato, mas já percorri uma trajetória: passei pelos ramos do consumo, do crédito, do trabalho na Unimed, que são as cooperativas de saúde que não são do Sistema Unimed, e, finalmente, essa experiência vinculada à Unimed-BH, que já soma 15 anos aproximadamente, tempo em que estou de alguma forma associado ao Sistema Unimed. Essa experiência é muito relevante, porque a Unimed-BH é uma cooperativa estruturada, de grande porte, e nela tive a oportunidade de colocar em prática uma série de princípios e premissas nos quais acredito de maneira penhorada.

Dizendo rapidamente, a Unimed é um sistema de cooperativas médicas que está presente em todo o País. Temos uma confederação, que é a Unimed do Brasil, com cerca de 360 cooperativas singulares, que respondem por mais de 18 milhões de clientes das cooperativas Unimed, de um total de 48 milhões de usuários de saúde suplementar no Brasil. Portanto, mais de um terço do setor saúde suplementar no Brasil está vinculado às cooperativas do sistema Unimed.

No nosso Estado temos uma federação. A federação do Estado de Minas Gerais é seguramente uma das principais do Sistema Unimed e conta com 62 cooperativas singulares. O Estado de Minas Gerais tem um dos sistemas de cooperativas Unimed mais homogêneos. Em todas as regiões do Estado há cooperativas fortes atuando e atendendo aos seus próprios clientes e aos das outras, no que chamamos de intercâmbio, que nada mais é que um sistema de cooperação entre cooperativas do mesmo gênero, da mesma espécie.

Somos todas Unimed, mas atendemos os clientes umas das outras, o que imprime essa dimensão nacional ao sistema Unimed. Quando o Fluminense caminha celeremente para ser campeão nacional e leva a marca Unimed no peito, está levando o patrocínio da Unimed para o Rio de Janeiro. Mas, na verdade, todos nós, de alguma forma, nos beneficiamos por esta marca estar sendo exposta nacionalmente, de maneira tão intensa e tão significativa.

A Unimed Belo Horizonte é, seguramente, uma das principais cooperativas do País hoje. E destaca-se não só pelo porte, como também pela forma de organização de seu quadro social, pela forma de organização dos seus serviços e pelos resultados que apresenta em sua gestão.

Ronaldo Scucato falou com muita propriedade sobre a questão dos princípios e dos valores do cooperativismo. A outra questão que ele também abordou, e é nesse ponto que vou focar mais, é o caráter empresarial das cooperativas. A primeira vez que ouvi essa frase foi pela boca do Ronaldo: “Não existe paraíso social construído sobre ruína econômica”. Então, é fundamental tratarmos a cooperativa como empresa e buscarmos atingir resultados, a partir dos quais teremos condição de fazer valer os princípios e valores do cooperativismo, porque, evidentemente, temos resultados positivos a partilhar com nosso quadro social.



Hoje a Unimed Belo Horizonte tem 5.200 sócios e 1.130.000 pessoas associadas. Temos a honra de ser o plano de saúde da Assembleia Legislativa do nosso Estado, o que é muito relevante, muito significativo para nós, da cooperativa Unimed. Anualmente, apenas em Belo Horizonte a Unimed realiza mais de 6.500.000 consultas e 130 mil internações.

A partir do Município de Belo Horizonte, a Unimed BH tem conseguido avançar de maneira muito significativa e já é referência nacional na aglutinação, que o Ronaldo incentiva e sobre o que sempre fala. Por fim, conforme falarei um pouco mais adiante, conseguimos aglutinar em uma única cooperativa a Unimed Belo Horizonte, que é a principal, e todas as cooperativas Unimed da Região Metropolitana. Então, hoje há quatro cooperativas Unimed na Região Metropolitana de Belo Horizonte, com uma única operadora, a Unimed Belo Horizonte. Seguramente, isso não seria possível se não contássemos com o incentivo da Ocemg, que reafirma a importância de se buscar a aglutinação na forma de uma escala operacional maior.

Esse é o início da nossa cooperativa, em 1971. O Prof. Hilton Rocha, um dos grandes nomes da medicina brasileira da sua época, é o cooperado número um da Unimed Belo Horizonte. Naquele momento, os médicos depositaram seu prestígio pessoal na Unimed. Certamente, o Prof. Hilton Rocha não precisaria de uma cooperativa para bem conduzir sua atividade profissional, mesmo porque era outra época. Mas ele cooperou com a Unimed Belo Horizonte, emprestando seu prestígio para que a cooperativa tivesse um desenvolvimento maior.

Esses são marcos importantes da cooperativa, de 1971 até 2011, quando a Unimed atinge 40 anos de história, 40 anos de existência, com uma carteira de 1 milhão de clientes.

Houve uma feliz coincidência: ao completar 40 anos, a Unimed também atingiu a marca de 1 milhão de clientes, com grande destaque no Índice de Desempenho da Saúde Suplementar - IDSS -, controlado pela nossa agência reguladora. A Unimed obteve notas máximas nesse índice, conforme mostrarei adiante.

A Cooperativa da Unimed surge naturalmente como uma cooperativa de trabalho médico, mas, pela natureza do mercado em que se inseriu, tornou-se também uma operadora de plano de saúde, regulamentada a partir de 1998, pela Lei nº 9.656. Um pouco mais adiante, a Unimed, por necessidade e circunstâncias, também tornou-se gestora de um amplo sistema de saúde, de uma ampla rede assistencial, que envolve não somente os serviços próprios da cooperativa, mas também toda uma rede assistencial.

O grande desafio é fazer com que todas essas unidades operem de maneira integrada, para que consigamos fazer com que os consultórios dos médicos, os hospitais da Unimed, os hospitais credenciados e os outros serviços tenham uma atuação sinérgica nessa rede, que, em última análise, dá suporte a todas as operações de caráter assistencial que a Unimed promove aos seus clientes.

Falarei um pouco sobre a estrutura da Unimed-BH. Neste momento, ela tem 190 consultórios médicos, onde os seus cooperados trabalham, quase 400 leitos hospitalares, 18 ambulâncias e uma série de cooperados que já atuam diretamente nos serviços da cooperativa.

Esses são os nossos serviços. O nosso serviço de ambulância é bastante conhecido, pois circula muito pela cidade. Temos o serviço de atenção domiciliar, para atender aos pacientes nos próprios domicílios. Há situações específicas em que essa é a melhor forma de cuidado que podemos propiciar aos nossos clientes. Dispomos de unidades ambulatoriais, chamadas núcleos, onde os nossos cooperados atendem aos clientes da nossa rede. Temos três unidades mais complexas, que também são unidades ambulatoriais, as quais são centros de promoção da saúde.

Vamos dar algumas notícias em relação à ampliação dessa estratégia. Em Contagem, a Unimed tinha uma presença tímida, mas, quando a cidade investiu em um serviço próprio e instalou uma estrutura com a cara da Unimed, passou a ter um avanço importante no mercado da cidade e região. Então, passamos a ter uma unidade de referência extremamente bem-estruturada, que conta com centro de radiologia e exames, que podem ser feitos nessa unidade. O nosso primeiro hospital, que é maternidade, fica no Bairro Grajaú, com o qual, de certa forma, aprendemos a gerir esse ser complexo, que é a gestão hospitalar. Em 2010, inauguramos o Hospital Unimed - HU -, que é o maior hospital de urgência e emergência do nosso Estado, localizado na Praça Floriano Peixoto, com grande relevância operacional para os nossos clientes. O hospital de Betim está hoje listado aqui, pois a Unimed-BH se aglutinou à Unimed de Betim, que era uma operadora da nossa região. O trabalho foi longo e intenso, com muitas conversações. Por fim, chegamos a um bom acordo. Os cooperados de BH souberam entender a importância desse passo. Em uma assembleia no Palácio das Artes, os cooperados de Betim votaram unanimemente pela aglutinação com a Unimed-BH. Na ocasião, contamos com a presença do Dr. Ronaldo Scucato e mostramos que seguimos uma linha, que tem sido compreendida pelos nossos cooperados.

Além disso, a Unimed tem investido muito em infraestrutura. Quando falamos em caráter empresarial, não podemos nos esquecer de que toda empresa tem de dispor de uma estrutura patrimonial de capital robusta. A Unimed adotou uma série de estratégias para que parte daquilo que gera de resultado permaneça na sociedade.

Ao fazer isso, naturalmente, vai-se robustecendo, ganhando uma força maior, exatamente para ir ocupando espaços significativos nesse mercado. De 2005 a 2011 a Unimed distribuiu resultados, dinheiro aos seus cooperados no final do ano e também capitalizou uma parte desses recursos. Conseguimos gerar resultado, colocar dinheiro no bolso e no capital social do cooperado, fazendo, portanto, o crescimento das cooperativas. Essas curvas mostram exatamente isso, um patrimônio líquido de R\$532.000,00 em 2011, que, basicamente, é feito a partir da incorporação de resultados. Ou seja, a cooperativa foi capaz de gerar resultados e, ao incorporá-los, seja aos seus fundos, seja ao capital social dos seus sócios, passou a ter uma estrutura patrimonial muito mais robusta, condição "sine qua non" para quem quer operar plano de saúde no Brasil. Hoje não dá para pensar em uma operadora de plano de saúde com o porte de 1.130.000 clientes que não tenha uma estrutura patrimonial sólida e faça isso de uma forma ou de outra. Algumas cooperativas da Unimed têm tido grande dificuldade de ter esse volume financeiro para fazer frente às reservas que são exigidas pelo órgão regulador. Temos feito isso porque começamos muito antes, e essa estratégia adotada pela cooperativa tem sido muito positiva.

Sempre enxergamos o sócio nessas três dimensões: ele é sócio da Unimed; é cliente, porque usa o plano da Unimed; e também presta serviços à cooperativa. Nessas três dimensões, separamos quatro áreas em que entendemos a cooperativa tem de atuar de forma muito clara. A primeira delas é proteger o trabalho médico, proteger o mercado de trabalho dos seus cooperados; a segunda é a participação econômica, que é inerente ao ser cooperativo - o cooperado participa economicamente da cooperativa -; a terceira é a



participação política e o desenvolvimento cooperativista. Tivemos de ajustar a nossa agenda porque hoje, na parte da tarde, teremos o encontro de cooperados da Unimed no Minascentro. Trazemos palestrantes nacionais, às vezes internacionais, para falar a nossos cooperados sobre temas que não dizem respeito à medicina, coisas que precisam saber e que, normalmente, não vão encontrar em congressos médicos. Essa é uma forma de desenvolver o nosso quadro social. Hoje, uma terça-feira, à tarde teremos a presença de, aproximadamente, 1.200, 1.500 cooperados. Isso é, realmente, muito relativo e significativo; por fim, a quarta são os programas de proteção social. À medida que a cooperativa se tornou importante economicamente na vida do cooperado, entendemos que ela também tem de pensar na proteção social dos seus médicos. Então, na Unimed temos a assistência médica; um seguro de vida, que chamamos Pró-Família; e, mais recentemente, a previdência dos médicos cooperados.

Aqui vemos o fechamento de 2011, em que vemos que não só já tínhamos uma carteira muito significativa, mas um crescimento consistente ao longo do tempo. Como fizemos crescer a carteira, naturalmente cresceu também a nossa receita. No ano passado, a receita da Unimed passou de R\$2.000.000.000,00. A produção médica, ou seja, os valores que pagamos diretamente aos médicos pela produção também são muito significativos e crescentes, exatamente porque a cooperativa tem tido êxito em angariar clientes.

Despesas administrativas. A Unimed Belo Horizonte tem um nível de eficiência administrativa dos mais elevados do País de todas as operadoras de saúde. Esse é o nosso grande diferencial.

Com 8,6% de despesa administrativa, estamos exatamente nos menores índices de todas as operadoras nacionais, o que aumenta muito a competitividade da nossa cooperativa. Como disse anteriormente, só para mostrar dois dados, comprovo que, ao mesmo tempo em que pagamos sobras aos cooperados, colocamos dinheiro no capital social e no patrimônio da cooperativa. Em 2005, começamos com R\$17.000.000,00 no bolso do cooperado e R\$8.400.000,00 no capital social. Em 2009, houve a crise: pagamos R\$37.000.000,00 aos cooperados, como distribuição de sobras, e retivemos R\$46.000.000,00 no patrimônio da cooperativa. Em 2011, pagamos R\$40.000.000,00 aos cooperados e outros R\$16.000.000,00 foram para o capital da cooperativa.

Isso nos permitiu criar uma previdência para os nossos cooperados. Hoje, esta Presidência tem cerca de R\$260.000.000,00 depositados no fundo da Petros, da Petrobras, em nome de nossos sócios, ou seja, são recursos que a cooperativa gerou e depositou em fundo externo. Anualmente, fora o que pagamos na produção dos médicos, distribuimos recursos da ordem de R\$150.000.000,00 todos os anos em previdência, planos de saúde, outros programas de seguro e aporte no capital social. São recursos que o cooperado recebe da cooperativa e que não estão vinculados à produção de consultas e de exames.

Ali estão as nossas assembleias, que contam com aproximadamente 3 mil cooperados, ou seja, o cooperado atribui valor à cooperativa a ponto de, num determinado dia, em geral duas vezes por ano, ir a uma assembleia no Minascentro. Anualmente, fazemos pesquisa com o Instituto Datafolha. Cooperados e clientes têm uma visão muito positiva sobre a cooperativa.

Até o momento, falei sobre o que construímos. Falando rapidamente sobre o futuro, como parte dos empreendimentos em curso, estamos planejando 370 novos leitos e 550 leitos hospitalares. Hoje, há uma grande deficiência de leitos hospitalares em nossa cidade. Construí-los é a necessidade primeira de quem opera planos na Capital. Temos uma estratégia de distribuir nossos serviços ao longo da cidade. Em fevereiro, inauguraremos o serviço na Avenida Pedro I, pois é importante, relevante.

Trata-se de um instituto de ensino e pesquisa e de um centro de consultórios médicos consorciados feitos pela cooperativa. Teremos 150 consultórios médicos e um instituto de ensino e pesquisa na Rua Inconfidentes. Sabemos que a construção trouxe muitos transtornos, mas foi por uma boa causa, pois ali teremos mais um forte pilar do cooperativismo mineiro não apenas pelos consultórios, mas principalmente pelo instituto.

Atrás da Câmara Municipal de Belo Horizonte, na Avenida Churchill, próximo ao nosso hospital, outra unidade laboratorial está em construção. Estamos finalizando o processo de fundação. Já começamos a obra. O Hospital Unimed já tem um projeto para mais que duplicar. Temos um hospital de 250 leitos e um projeto de ampliação de mais de 320 leitos, portanto teremos um hospital de grande porte.

Aquele é um projeto de construção de um hospital no Barreiro, já concluído e aprovado pela Lei da Copa. Entretanto, em função da equidade do tempo - a Prefeitura levou dois anos para aprová-lo e restou 1 ano e 10 meses para construí-lo -, declinamos do projeto e estamos aguardando uma nova legislação para que possamos reaprová-lo.

Essa é uma unidade administrativa ambulatorial, sem destinação específica.

No futuro, queremos recebê-los todos na Unimed, nessa nova sede. O projeto foi aprovado, e devemos construir nos próximos cinco ou seis anos, ou seja, a Unimed está projetada e planejada para os próximos cinco ou seis anos, o que é muito importante.

Para finalizar, depois disso tudo, como somos vistos pelo órgão que nos controla, a Agência Nacional de Saúde Suplementar? A Unimed pontua verde em todos os quesitos avaliados pela agência, o que é um grande destaque. A operadora, além de conduzir a parte cooperativista, estratégica e expansionista, apresenta-se como saudável, saneada junto ao órgão regulador.

Era essa a minha mensagem. Gostaria muito de agradecer essa oportunidade, em meu nome e em nome da Unimed-BH. Muito obrigado a todos. Bom dia.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Sr. Helton Freitas. Com a palavra, o Sr. João Carlos Leite, Presidente da Cooperativa de Crédito Rural de São Roque de Minas - Saromcred. Esse homem é um exemplo de cooperativismo no Brasil. São Roque é uma cidade pequena, mas tem um Município grande. Para implantar uma cooperativa-modelo numa cidade pequena, é preciso ser muito bom de serviço. Era um lugar pobre, mas hoje é uma cidade e um Município ricos. O cooperativismo foi fundamental. Acho que o Prefeito Nilzo fez uma grande transformação na cidade. Com a palavra, o Sr. João Carlos Leite.

Palavras do Sr. João Carlos Leite

Bom-dia a todos. Cumprimento o Deputado Antônio Carlos Arantes, em cuja pessoa saúdo toda a Mesa. É uma honra sair da Serra da Canastra e vir à Assembleia Legislativa para relatar a experiência dessa grande metrópole, São Roque de Minas, hoje em franco crescimento, com seus 3.700 habitantes. Para nós, é uma honra muito grande estarmos aqui.

Como é muita coisa, vou tentar resumir 21 anos de experiência no cooperativismo de crédito. Todo mundo fala que o cooperativismo de crédito é um agente de desenvolvimento econômico e social, de distribuição de renda, de geração de empregos e de felicidade. Acho que São Roque de Minas é esse modelo.

Para entendermos um pouco dessa história, nos seus 2.102km² viviam cerca de 10 mil habitantes. Em 1990, essa população caiu para 6.300 habitantes. Por que aconteceu isso? O povo foi embora porque não havia emprego. Em São Roque, não há hospital até hoje. Não havia estrada, escola, telefonia, energia e não se produzia nada. O que era produzido em São Roque? Havia a pecuária leiteira. Havia pequenos produtores de queijo da Serra da Canastra, grande atividade econômica e financeira, que advinha da pecuária leiteira. A agricultura era de subsistência. Para piorar, o que produzíamos não era suficiente para o consumo da pequena população. Isso fez com que o povo fosse embora. Aos quatro anos, meu pai retirou-me da zona rural; fui estudar em Bambuí. Formei-me em Agronomia na Universidade Federal de Lavras, em 1987. Trabalhei um ano em Belo Horizonte. Em 1989, voltei para São Roque. Queria trabalhar lá. Meu pai me disse que eu estava ficando louco, que não havia nada para eu fazer ali. Ele me disse o seguinte: “Eu o fiz doutor, por isso tem de ficar em Belo Horizonte”. Senti que o meu mundo era lá e teimei com meu pai. Voltei e montei uma loja agropecuária.

Como pequeno empresário, abri minha primeira conta na extinta MinasCaixa. Perguntei ao Gerente se havia crédito para eu investir. Ele me disse que não, que a MinasCaixa só captava poupança. Que bom, ela captava recursos e os trazia para Belo Horizonte. Ficávamos ali sem nada. Mas foi bom.

Peguei dinheiro emprestado com os agiotas e montei minha loja. Peguei meu primeiro talão de cheques como empresário e me casei em 1990. Se estava bom ou ruim, não sei; só sei que estava feliz em São Roque. Eu olhava a região, via tanta riqueza que Deus havia colocado ali e não entendia por que havia tanta pobreza. Aquilo me incomodava. Estava lá começando a minha vida e, em uma bela segunda-feira, às 10 horas da manhã, todos chegaram, como era comum em todas as segunda-feiras. O pessoal veio da zona rural: os aposentados, os funcionários públicos, os produtores rurais, os queijeiros, aquelas pessoas que movimentavam a economia dos Municípios à porta da MinasCaixa. E lá havia uma cartolina branca afixada com os seguintes dizeres: “Liquidada pelo Banco Central do Brasil”. Isso causou um alvoroço. Muitos perguntavam: “Cadê o dinheiro? Cadê a poupança?”. “Sumiu, acabou, foi embora”. Perguntaram: “Que dia vai abrir novamente?”. “Não vai mais; liquidou, morreu, acabou”.

São Roque, que já não tinha nada, entrou em uma depressão violenta. As pessoas diziam que iriam embora, que era para todos irem embora, juntar seus cacós e ir embora. Alguém perguntou: “Você vai vender suas coisas para quem?”. Não havia quem comprasse o patrimônio que existia ali para as pessoas se mudarem de São Roque. Então, juntamos um grupo de pessoas, de comerciantes, pois fomos todos à falência, e pressionamos o Prefeito, que ligou para um Deputado daqui e marcaram uma reunião com o Superintendente do Banco do Brasil. Viemos pedir agência de um banco para São Roque de Minas. Mas ouvimos do Banco do Brasil, do Bradesco e de outros bancos que São Roque de Minas não era uma praça bancária. E aí? Fazer o quê? Mudar de São Roque de Minas foi o que sobrou para nós. Alguém falou: “Vamos constituir uma cooperativa de crédito?”. Então, resolvemos fazer isso. Falei demais e, como pinto novo em terreiro de galo velho não pode cantar, apenas piar, eu piei demais. Fui lá tentar contribuir com os caciques políticos e vi algo interessante: o PMDB estava de um lado e o PFL, do outro, coisa inédita, porque eles não se misturavam em São Roque de Minas. A classe política e econômica da cidade estava toda ali reunida, e eu lá tentando me ajeitar no meio daquele público. Acabei falando demais e saí de lá como Presidente da Cooperativa de Crédito Rural de São Roque de Minas. Daí, montamos um processo e o levamos para o Banco Central. Esperamos a aprovação do Banco Central, constituímos o quadro de funcionários e precisávamos treiná-los. Mas onde? Treinamos nas cooperativas vizinhas. Fomos para Medeiros aprender. Fui aprender a ser Presidente. O Wilson, que era mecânico, virou gerente. O Robson, que era dono de um boteco, virou contador. Ele nunca havia visto um plano contábil na vida dele; aprendeu contabilidade no porrete, no cacete - e olhem que são 21 anos de cooperativa e nunca recebemos uma carta do Banco Central por algum deslize na contabilidade. Pegamos um para ser caixa, outro ali, e montamos um grupo para treinar e aprender a tocar a cooperativa.

O que queríamos com essa cooperativa? Dignidade, só isso. Tentamos trazer para São Roque aquilo que havíamos perdido. Às 10 horas da manhã, toda a população de São Roque estava na Praça Padre Alberico, em Piumhi. Levamos toda a nossa economia para Piumhi, mas queríamos trazer de volta os serviços bancários, para que o povo pudesse voltar para dentro da sua comunidade e começar a movimentar seus recursos. Não vou nem dizer para vocês as dificuldades que enfrentamos, senão teria de ficar aqui duas horas falando a esse respeito. Só vale dizer que, no dia 28/10/91, em frente à Prefeitura, pois o prefeito cedeu 24m² e um banheirinho para nós, inauguramos a nossa cooperativa. Colocávamos o cofre em frente ao vaso sanitário. Então, a tesoureira tinha de se sentar no vaso para abrir o cofre. Mas, naquele dia, inauguramos a cooperativa, às 10 horas da manhã, um calor enorme de 30°. Todos falaram, agradeceram e tal. Quando eu estava falando, olhei para trás, e o computador estava pegando fogo, porque a energia de São Roque de Minas não movimentava o primeiro computador, um Pentium 186 que começou a funcionar lá. Não vou nem falar o resto para vocês.

O fato é que começamos a receber na segunda-feira os cooperados, que depositaram seu dinheiro na cooperativa. Isso aconteceu na segunda-feira, na terça-feira, nas semanas seguintes, nos anos seguintes, e nunca mais paramos. Em três anos, a cooperativa de crédito resgatou tudo aquilo que o Município havia perdido em movimentação financeira; principalmente, resgatamos a nossa capacidade de pensar que éramos autossuficientes para gerir o nosso destino; resgatamos a nossa autoestima. A cooperativa, então, foi crescendo.

Até 1994, as cooperativas, o sistema financeiro auferia parte de suas receitas, de suas sobras que advinham do “spread” inflacionário. Em 1994, com o Plano Real, isso acabou, e não havia mais cooperados para buscarmos em São Roque nem havia mais ativo financeiro. Esse foi um momento crítico para nós. Descobrimos que só tínhamos uma alternativa: investir no cooperado com o pouco que havíamos constituído de poupança interna para que ele produzisse. Como diz o meu conselheiro, o meu doutor, analfabeto de escola, mas PHD da escola da vida: “Cumpadi, só tem um jeito de crescer: é nós prantando. Se nós prantar, nós colhe; colhendo nós vende; vendendo, nós deposita, e o banquinho cresce”. Ou seja, a cooperativa cresce.

A Saromcredi entende que, como cooperativa, tem de reinvestir no seu quadro de cooperados, para que tenham lucro e nós tenhamos sobra. A cooperativa investe na produção de milho. Éramos insuficientes nessa produção; 50 mil vacas se alimentavam de



ração, e 60% do que se encontra nos sacos de ração são milho, e milho todo importado. Por que não produzir esse milho? Produzamos esse ativo financeiro aqui. Hoje, São Roque é autossuficiente em milho e ainda conseguimos exportá-lo, gerando a entrada de ativo financeiro na formação da nossa poupança interna.

Em 1991, 1992, tínhamos 300 mil pés de café, colhíamos 3 mil sacas de café, era uma cafeicultura de subsistência, de fundo de horta. Hoje temos mais de 15 milhões de pés de café, colhemos 100 mil sacas de café a um preço médio de R\$400,00 a saca. Imaginem o que significa esse volume de dinheiro para um Município, com 6.800 habitantes, em franco crescimento!

Investimos na pecuária, na genética e, dessa forma, a cooperativa achou o seu caminho de desenvolvimento. Quanto mais investimos no cooperado, mais sobras a cooperativa tem. E víamos a enorme miséria, pobreza e desorganização social existentes. Com a cooperativa agropecuária quebrada, falida e com 28 títulos protestados, nós nela intervimos, mudamos a gestão e, hoje, temos uma cooperativa que comercializará 60, 70 mil sacas de café, que tinha 5, 6 funcionários e, hoje, tem 50. Restabelecemos o sindicato rural, que estava falido; fizemos parceria com o Senar, para levar tecnologia aos nossos produtores. E a cooperativa vai, de certa forma, organizar e fortalecer outras instituições.

Naquela época, não podíamos ter conta jurídica, e o empresariado, os pequenos comércios começavam a se movimentar, reclamando da falta de apoio. Então, criamos a Associação Comercial de São Roque de Minas, que fez parceria com o Sebrae, cujos consultores levaram tecnologia para o nosso comércio, que precisava acompanhar o ritmo do setor primário.

Havia um problema grave de educação básica em São Roque de Minas, e constituímos a Cooperativa Educacional de São Roque de Minas, que é custeada pelos recursos dos pais de alunos e pela cooperativa de crédito. Constituímos o provedor de internet e, hoje, temos mais de mil cooperados na zona rural e na zona urbana. O governo está falando em fazer inclusão digital, e todas as escolas rurais multisseriadas de São Roque têm internet e banda larga de graça.

A cooperativa foi crescendo, ajustando-se ao crescimento da sociedade, e a sociedade, espelhando-se na cooperativa para empreender, para gerar negócio. Esse foi o caminho, o foco, e é assim que entendemos o papel da cooperativa em São Roque de Minas. Tudo isso gerou resultados e ações; mudamos o conceito, o modo de viver de São Roque de Minas, que hoje é uma cidade empreendedora, que tem sede de crescimento e se encontra em plena expansão.

Vou tentar cumprir o meu tempo e apresentar resumidamente alguns dados, para que, diante dessas fotos e informações, os senhores percebam o caminho que trilhamos para o desenvolvimento.

Aquela era a São Roque dos anos 90; essa é a São Roque de 2012. Vê-se ali a sede da cooperativa - Agência Matriz de São Roque e Centro Administrativo. Começamos com 24m², evoluímos para 80m², 180m², 360m² e hoje estamos com 1.400m². Nós nos preocupamos em respeitar as normas ambientais e também com a qualidade no trabalho. Esse prédio se chama Casa da Solidariedade Financeira e conta com sala, cozinha, etc. Os cooperados se sentam naquele local, fazem seus "catiras" em dois ambientes, vão para a cozinha, tomam café. Quer dizer, somos uma comunidade, uma família; interagimos dentro dessa casa e quisemos levar esse aspecto para o projeto arquitetônico.

A Saromcredi se expandiu. Depois de nos organizarmos em São Roque de Minas, o Município de Vargem Bonita, com 2 mil habitantes e sem agente financeiro, solicitou-nos que fôssemos para lá. A economia do Município registrava o garimpo de diamante do Rio São Francisco. Esse garimpo foi fechado, e o Município só não fechou também porque o Prefeito não colocou a chave na porta da Prefeitura - o resto foi a zero. Fomos para lá, abrimos um PA e começamos um trabalho de organização e desenvolvimento dessa comunidade. Inauguramos a sede em setembro deste ano, no Município que, hoje, conta com pouco mais de 2 mil habitantes, sendo 1.500 na zona urbana. Imaginem o povo chorando de alegria com a inauguração dessa sede! Mudou a cara da cidade, mudou o pensamento do seu povo, e a Saromcredi se sente orgulhosa por ter levado felicidade para a comunidade de Vargem Bonita. São 250m² de construção, com respeito e dignidade a esse povo.

Hoje nossas agências estão em mais seis Municípios. Já estamos construindo a segunda sede do Município de Pratinha, nesses mesmos moldes. É um Município de 3 mil habitantes, mas que também não possuía um agente bancário que desse dignidade ao seu povo. Já compramos terrenos em outros dois Municípios - termina uma construção, começa outra, e por aí vai.

Está registrada ali a evolução dos depósitos da cooperativa. Mostramos a partir de 1994, porque nem sei que moeda era antes. Estamos próximos a 45 milhões em depósitos. Pergunto: o que é isso? É parte da poupança interna que gerimos e gerenciamos na Serra da Canastra. Está aqui, para mim, o maior valor do cooperativismo de crédito: justificar o desenvolvimento econômico e social. O sistema financeiro brasileiro é um modelo dos mais conceituados e eficientes do mundo, porém dos mais concentradores, pois tira a riqueza dos São Roques de Minas da vida e a traz para os grandes centros. E nós, pequenos Municípios, continuamos, ano após ano, entrando em regime falimentar.

Vê-se ali a evolução do patrimônio: fechamos o mês de outubro com mais de R\$16.000.000,00 de patrimônio. Pergunto: se tivesse ido para São Roque o Banco do Brasil, o Itaú, o Bradesco, seja lá que agente financeiro bancário fosse, haveria essa situação? Jamais. A evolução desse patrimônio é que dá sustentabilidade para a alavancagem dos negócios que realizamos hoje. O patrimônio nada mais é que a outra metade da poupança interna que gerimos e gerenciamos na Serra da Canastra. Isso tem crescido num percentual bastante satisfatório.

Fechamos outubro com mais de R\$60.000.000,00 em operações de crédito e deveremos fechar o ano com mais de R\$70.000.000,00 porque estão chegando mais R\$5.000.000,00 de café. Em novembro e dezembro começam as operações de CPR e, com certeza, teremos até R\$80.000.000,00 em operações de crédito. Vocês imaginem a capacidade de "alavancagem" que temos hoje. Vale ressaltar que o índice de inadimplência é menos de 0,5%, o que mostra a adesão do nosso cooperado. Temos problemas, é claro, todos têm. Mas a cooperativa, quando vê um associado com problema de inadimplência, procura a pessoa e cria um plano de resgate para esse cooperado. Em mais de 20 anos, não temos 10 operações ajuizadas. Esse dado é significativo, e é isso que faz com que as cooperativas de crédito entendam que, quanto mais elas aumentam a capacidade de geração de poupança interna, mais operações de crédito vamos fazer, mais empregos e mais negócios teremos, e a riqueza de São Roque entra em ritmo de PIB chinês.



Vemos um gráfico mostrando os ativos, os passivos e o capital de giro, mas o que interessa é o volume financeiro total, que fechou outubro com R\$86.000.000,00. A nossa expectativa é fechar com mais de R\$90.000.000,00. Imaginem o ritmo de crescimento de 20% a 30% ao ano. Neste ano vamos crescer 30%, o que é um crescimento astronômico. Às vezes falo à minha diretoria que tenha calma para não dar tanto resultado. Precisamos gerar sobras, mas nem tanto. Para ganhar muito, o cooperado paga a conta. Então, temos de pensar como Presidente do conselho que tem a incumbência de elaborar as ações estratégicas, e a diretoria, de fazer dar resultado. Eles querem resultado, e nós queremos a satisfação do nosso cooperado.

Fechamos outubro com 12.428 cooperados em sete Municípios em torno da Canastra. Já disse que temos a agricultura, a pecuária de corte, a pecuária leiteira como principais atividades econômicas. Em cima desse setor primário fazemos várias ações para aumentar a nossa poupança interna. Temos uma diversidade econômica, e a fruticultura está em franca expansão. Temos projetos voltados para o futuro. A Saromcredi sempre pensou no futuro, porque o presente e o passado sempre foram pobres. Então, só nos resta sonhar com o futuro. E, para sonhar com o futuro, temos de planejar a longo prazo, e a Saromcredi tem várias ações que geram desenvolvimento sustentável.

Quanto ao projeto Queijo Minas Artesanal, se hoje o Brasil vai ter uma legislação dos produtos agropecuários, acho que a Saromcredi é um dos grandes atores desse processo. Até outro dia era proibido produzir queijo de lei cru no Brasil, só se podia importar. Por que importar pode e produzir para a sociedade não pode? Era o grande questionamento. E a Saromcredi tem como uma das suas grandes ações estratégicas valorizar o queijo da Serra da Canastra. Vocês podem perguntar o que a cooperativa tem a ver com isso se o negócio dela é dinheiro. Sim, o negócio é dinheiro, mas o dinheiro advém do queijo. E aí existe um cálculo matemático simples para tirar qualquer dúvida, que é produzir mais de 70t de queijo por semana, vendido a R\$8,00 ou R\$9,00 o quilo. Os produtores que se enquadraram no projeto do IMA, do governo de Minas, com tantas entidades que são nossas parceiras, esses produtores que já qualificaram seus queijos, estão vendendo a R\$20,00, R\$25,00 o quilo. Imaginem se duplicarmos o valor desse queijo para o produtor. Irei triplicar a movimentação financeira dentro da cooperativa porque, como único agente financeiro, somos capazes de emitir moeda, chamada moeda escritural, em função da alta rotatividade desses recursos dentro do Município.

Então, a cooperativa de crédito tem a qualificação do queijo artesanal da Serra da Canastra dentro do seu planejamento estratégico, porque isso gera receita.

Outro dia recebi um consultor de São Paulo que queria fechar um contrato conosco. Ele perguntou o preço ideal para o queijo-canastra. E eu lhe disse que não sabia. Ele falou: “Nem eu, que sou especialista”. Então temos uma joia rara. Fechou-se o garimpo de diamante no São Francisco, mas teremos agora o diamante do queijo-canastra para a nossa economia.

Projeto de educação cooperativista. Temos já a cooperativa educacional. Conseguimos criar um modelo de desenvolvimento de educação cooperativista para os filhos dos cooperados. Descobrimos que temos um problema sério: dos 1.200 alunos de São Roque de Minas, temos somente 120, 130 alunos. Quer dizer, estamos tentando formar lideranças novas dentro de uma escola que, além de oferecer o ensino pedagógico normal, também oferece educação cooperativista e empreendedora, mas isso é insuficiente. Agora vamos criar, dentro das escolas municipais e estaduais, as cooperativas de alunos, para levar a educação cooperativista e empreendedora a esses jovens. Não queremos 100 alunos, queremos todos os alunos, os 1.200 alunos de São Roque de Minas. E, com certeza, esse projeto será reproduzido nos outros Municípios, que receberão educação empreendedora e cooperativista. Precisamos criar os futuros empreendedores e os futuros gestores. Temos um problema sério de gente em São Roque hoje. No passado, tínhamos gente, mas faltava serviço. Hoje falta gente para trabalhar em São Roque. E pior: sem qualificação. A cooperativa pensa lá na frente. Temos uma meta que, com certeza, terá de ser cumprida, por isso sabemos da necessidade de investirmos na educação para atingirmos essa meta.

São Roque também tem um potencial turístico. E a Saromcredi nunca se furtou a ajudar a desenvolver essa indústria do turismo. Temos a nascente do Rio São Francisco, o Parque Nacional da Serra da Canastra. Não poderia deixar de fazer isso, porque preciso aumentar meu fluxo financeiro e minha poupança interna: convido todos a conhecerem a Serra da Canastra. E quem já conhece deve voltar, gastar, consumir bastante, porque, no outro dia, o dinheiro de vocês estará na cooperativa de crédito, e vocês estarão ajudando no aumento da poupança interna nossa.

A nossa meta está aí. O nosso futuro está aqui. É um sonho? É. Mas queremos, a Saromcredi, atingir em 2031, da mesma forma que a Unimed atingiu em 40 anos, R\$1.000.000.000,00 de ativos. Vocês podem falar que estou louco, mas louco já sou desde o dia em que aceitei entrar nesse negócio. Crescemos mais de 20% ao ano. São R\$90.000.000,00 a 14%, 15% ao ano. Então, daqui a 19 anos, São Roque terá R\$1.000.000.000,00 de ativos financeiros. Não me perguntem como daremos sustentabilidade para isso porque não sei. Mas que queremos chegar, queremos.

Para terminar - espero ter cumprido meu horário -, em vez de mudar de São Roque de Minas, resolvemos mudar São Roque de Minas. Terminei com essa frase da D. Renilda para dizer aos senhores e a esta Casa que, se o Estado de Minas quiser ser o segundo - porque superar São Paulo é praticamente impossível, embora esse pudesse ser um sonho de Minas Gerais - sem levar o cooperativismo de crédito aos 853 Municípios mineiros, vamos continuar tendo bolsões de pobreza. Tem que se olhar a questão do desenvolvimento local, da capacidade de geração de poupança interna local e essa poupança ser reinvestida. Banco só fica em cidade pequena enquanto ela estiver produzindo ativo financeiro. No dia em que parar de produzir por um motivo qualquer, como se diz em São Roque, eles “juntam a trouxa e picam a mula”. São Roque já foi essa cidade. Já tivemos lá o Mercantil, o Bradesco, o Comind, a MinasCaixa.

Deixaria esse recado para esta Casa: olhe o cooperativismo de crédito como, se não a única, a maior alternativa para eliminar as desigualdades que existem dentro do Estado de Minas Gerais. Muito obrigado aos senhores.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de “slides”.

O Sr. Presidente - Obrigado, João Carlos Leite. Queria agradecer ao Tarcísio Rabelo, Presidente da Copercam e de mais de 20 cooperativas da região de Varginha; ao José Alves, secretário executivo da empresa Uptime; e ao Evaldo, da cooperativa dos transportes.



Agora, passarei a Presidência ao meu amigo e companheiro, 1º-Vice-Presidente da Frente Parlamentar de Cooperativismo, nossa Frencoop, Deputado atuante, Anselmo José Domingos, que presidirá nosso ciclo de debates.

O Sr. Presidente (Deputado Anselmo José Domingos) - Bom dia a todos, ao amigo e companheiro da Assembleia Legislativa Deputado Antônio Carlos Arantes e a cada um de vocês, cooperativistas que participam deste movimento tão importante.

Dando sequência aos trabalhos, informamos aos participantes que as apresentações dos palestrantes estarão disponíveis, após o evento, na página do ciclo de debates, no portal da Assembleia Legislativa, na internet. Lembramos que os telespectadores da TV Assembleia também poderão participar dos debates, bastando acessar o referido portal – www.almg.gov.br –, abrir a página do ciclo de debates, preencher o formulário de participação e enviar sua contribuição.

Com a palavra, o Diretor da Dialética Fenômenos Organizacionais, Inocêncio Magela de Oliveira, para sua exposição sobre o tema “Educação para o cooperativismo: a importância de se investir na formação”.

Palavras do Sr. Inocêncio Magela de Oliveira

Cumprimento a todos na pessoa do Deputado Anselmo José Domingos e convido-os a responder meus cumprimentos para valer. Bom dia, pessoal!

A plateia - Bom dia!

O Sr. Inocêncio Magela de Oliveira - Ficou meio fraco, vamos tentar mais uma vez: bom dia, meus amigos!

A plateia – Bom dia!

O Sr. Inocêncio Magela de Oliveira – Acredito que bastaria aqui a apresentação do Dr. Helton e a do Joãozinho para explicar a necessidade da educação cooperativista. Reparem as transformações pelas quais uma pequena comunidade passou e a grandeza da nossa Unimed da Grande BH. Reparem o que somos capazes de fazer, nós, que nos vestimos desses valores e crenças.

O Joãozinho passou por cima de um detalhe, pois sua modéstia não lhe permitiu evidenciá-lo: a cooperativa educacional é dirigida por sua esposa, Maria José, que é voluntária, ou seja, faz o trabalho sem receber honorários. Pediria um aplauso para ela, que está ausente.

Doravante, serei célere em minhas palavras, pois o tempo urge. Educação para o cooperativismo: a importância de se investir na formação.

É importante lembrar que o homem não nasce humano. Não temos a possibilidade de fazer uma demonstração disso, mas temos evidências e exemplos do passado que confirmam isso.

O homem também não nasce social. Ele se socializa, se humaniza pelo processo comunitário em que vive. Os costumes, os comportamentos e valores eram antigamente repassados na informalidade do cotidiano, como ainda ocorre em pequenas comunidades nossas. Na espontaneidade, no dia a dia, o pai, ainda que no seu pouco conhecimento, repassava aquilo que ele acreditava de valor para sua comunidade, para sua família. Mas houve um determinado momento em que passamos da informalidade para a intencionalidade. E, quando falamos em educação, estamos falando em intencionalidade.

Voltando um pouco às origens, vale a pena lembrar como essa palavra chamada educação se formou. “Education” vem do latim, e houve uma alteração na formatação. A palavra vem de “educare”. “Educare” é uma palavra do latim vulgar, ou seja, do latim do povão. Mas essa palavra vem de “educere”, que é do latim clássico, o que significa “ex-ducere”. “Ex” significa “para fora”, e “ducere” significa “conduzir”, “comandar”. Assim sendo, fica conduzir-se para fora. Esse é o significado: expor-se para o mundo, explicitar-se.

Reparem os senhores que, quando tratamos de educação, mais do que um treinamento, um adestramento, falamos de um processo de formação pessoal que coloca as pessoas de si para fora. Então, na etimologia, na sua origem, educação é sinônimo de libertação. A pessoa que permanece embutida para dentro de si mesma, as pessoas mais tímidas, mais introspectivas têm menos possibilidades de ocupar espaço no mundo.

Educação é também um processo reflexivo. Ela não se dá promovida de fora para dentro. É um processo de elaboração pessoal dentro das minhas entranhas, aqui dentro da minha intimidade, aqui dentro daquilo que há de mais íntimo em mim mesmo. Por outro lado, é um processo também socializante. À medida que me introduzo em uma determinada sociedade e à medida que os valores sociais são internalizados por mim, eu entro em um processo de socialização. Portanto, a melhor maneira de traduzirmos educação é como um processo de libertação.

O Dr. Ronaldo Scucato, com muita frequência, se refere a um autor, que não tenho aqui disponível, para dizer que quem não valoriza a educação desconhece o prejuízo da ignorância. Está certo o Dr. Ronaldo Scucato. Temos uma pessoa, o Dr. Paulo Régulus Freire, já falecido, lamentavelmente, que tem as seguintes expressões: “Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho, as pessoas libertam-se em comunhão”.

Reparem que essa palavra comum – “união” – vem carregadinha de outras decorrências, tais como cooperação e solidariedade, palavras que antecipam os princípios do cooperativismo, a exemplo do que acabou de falar o Dr. Ronaldo Scucato. As pessoas libertam-se em cooperação, em comunhão, em ajuda mútua, em reciprocidade. A ajuda que ocorre unilateralmente é caridade, não é cooperação. E não será cooperativismo.

A missão educativa, portanto, consiste em fazer cultura. O que é fazer cultura? É interiorizar valores novos, é descongelar a tradição, sobretudo aquela que se encontra em processo de obsolescência; priorizar a justiça e buscar o bem; promover o bem-estar das pessoas. Essa é a missão educativa. Ela tem um lado da socialização. Educar é um processo de inclusão social e cultural. Tem o lado da personalização. Educar pode ser compreendido como descobrir-se junto ao grupo a que se pertence. É aqui que encontro minha identidade.

Reparem que quando prestigiamos um evento como este, percebemos muitas pessoas conhecidas, muitas pessoas que se conhecem. Ao observar esta plateia, passamos a ter uma visão de comunidade. Não é uma plateia de cinema, onde as pessoas estão juntas, com o mesmo objetivo, mas cada qual para si, nem sempre Deus para todos.



Eis uma grande questão. É legítimo educar as pessoas? É legítimo eu pretender entrar na vida das pessoas, fazer com que elas sofram, padeçam da minha influência em uma determinada direção? Normalmente, os educadores têm mais argumentos, têm mais eloquência para fazer com que o aprendiz interiorize esses valores. O aprendiz pode ter algumas fragilidades e aceitar algumas coisas com certa gratuidade. É legítimo educar meus próprios filhos? É legítimo intervir na história das pessoas? Educar é aculturar, é introduzir alguém em determinada cultura.

Cultura é a totalidade dos produtos do ser humano. É a automatização do agir. Ninguém para para pensar em que idioma estamos falando. Está automatizado. Ninguém para para pensar se Deus existe ou se Deus não existe, embora alguns critiquem essa crença. Algumas coisas estão automatizadas, e faço sem muito esforço porque a cultura é um instrumento de sobrevivência. Através da linguagem, da memória coletiva, absorvo determinada cultura. E cada cultura tem seus regulamentos de convivência.

Vocês devem estar acompanhando as notícias dos pais paquistaneses que mataram a própria filha porque pretendia estudar. Ela estava insistindo em estudar.

Reparem no seguinte: de repente, há algo bom, mas que também é condicionante. Trata-se de uma legitimação social. Educar é aculturar, e cultura é isso que acabamos de ver. Mas disso decorre outra questão fundamental: quando falamos em educar, falamos em ensinar, e, normalmente, isso implica aprender. O educador ensina algo ou ensina a aprender algo? Se pudessemos perguntar aos colegas presentes de qual professora ou professor têm a melhor lembrança, veremos que é muito pouco provável que tenham aprendido a gostar de alguma ciência ou disciplina com professores que rejeitavam. Há uma grande identificação entre o conteúdo do saber e aquele que ensina. O que o educador pode fazer para o aprendiz? Estimular para aprender; incentivar a valorizar algo; gerar condições para que aprenda, para que se desenvolva e para que acredite; orientar; refletir sobre algo com o aprendiz; e colocar-se como exemplo, com toda a certeza.

O que se encontra no início? O jardim ou o jardineiro? “É o jardineiro”, diz Rubem Alves. Havendo um jardineiro, mais cedo ou mais tarde, um jardim aparecerá, mas, havendo um jardim sem jardineiro, mais cedo ou mais tarde, ele desaparecerá. O que é um jardineiro, afinal de contas? Ele é uma pessoa cujo pensamento está cheio de jardins. O que faz um povo são os pensamentos daqueles que o compõem.

Em Minas Gerais, o que tem ocorrido certamente não chega com gratuidade: haverá pessoas. Permitam-me, mais uma vez, citar e homenagear a nossa liderança maior, o Dr. Ronaldo Scucato, que está capitaneando mobilizações, incentivos e iniciativas de educação cooperativista em nosso Estado.

Ninguém pode, pelo outro, experimentar. Você pode relatar experiências, mas, com isso, o outro não está experimentando. Ninguém pode pensar pelo outro; ninguém pode descobrir pelo outro; ninguém pode assimilar, crescer, desenvolver-se, participar, modificar e fazer opções pelo outro; mas muitos educadores acreditam que são capazes de fazer isso. E há a questão da metodologia, da ideologia educativa. Alguns podem trabalhar com a filosofia do condicionamento, e outros tantos, com a ideologia, a filosofia de promover o outro, de tornar o outro sujeito. O grande desafio da educação é criar no indivíduo o desejo de aprender, pois, dali para a frente, ele é autônomo.

Os seres humanos não são acabados, predestinados e determinados, embora muitas religiões acreditem no contrário.

Os seres humanos são criadores de respostas, inventores de soluções, construtores da realidade, artesãos da pessoalidade e atores da própria história ou - quem sabe - até da história coletiva. Temos visto algumas pessoas que mudam. Um exemplo é o João Carlos Leite, que esteve nesta tribuna ainda há pouco; pessoa que inspirou tantas outras a mudar a sua comunidade. É pela educação que se consolida uma cultura; é pela ética que se filtram costumes, tradições, princípios e valores de uma cultura que lhe dão legitimidade. Como disse, culturas do Oriente Próximo e do Oriente Médio nem sempre estão em conformidade com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que é universal; são costumes filtrados pela ética, mais que pela moral. Pela moral, cada país legitima o seu comportamento, mas a ética estuda a validade daquela moral. É pela educação e pela cultura que se cristalizam valores de sustentabilidade.

A educação para o cooperativismo compreende o ato de inserir as pessoas num contexto de valores. Valores da cooperação são os valores do cooperativismo: adesão voluntária e livre; gestão democrática; participação econômica dos membros; autonomia e independência; educação, formação e informação – é preciso ter consciência que educação não é ainda formação e formação não é informação; informação não é formação, que não é educação propriamente dita -; intercooperação, que é a cooperação de uma cooperativa com outra; e interesse pela comunidade. É impressionante como o caso de São Roque de Minas fala quanto uma cooperativa se derrama para dentro da sua comunidade e, no momento em que a sua comunidade se desenvolve, a cooperativa pode usufruir esse desenvolvimento.

Um movimento nascido na Inglaterra chamado Transition Towns, ou seja, mudanças na cidade pequena: foi isso que o Joãozinho experimentou. O princípio doutrinário cooperativista emergente é a sustentabilidade, e sustentabilidade se dá, aliás, pela educação de uma comunidade.

Como frisou o Dr. Ronaldo Scucato, o número de associados em Minas Gerais é de 1.232.000, e o número de empregados, 36 mil. Temos trabalhado com estratégias de educação presencial, educação a distância, meios gráficos físicos e virtuais. Como é possível dar conta de tal população? Se nos dividirmos em turmas com apenas 30 pessoas em iniciativas presenciais, teríamos 41 mil turmas. Pela estratégia do EaD, há a cultura não consolidada. Encontramos dificuldades na educação a distância, porque ainda não temos cultura nem disciplina para nos autogerir na autoaprendizagem. A nossa população não dispõe de todos os meios.

Se existe a disponibilidade, não há habilidade suficiente para trabalhar com eles. O meio universalmente amigável à vasta população é o televisivo. São técnicas diferentes para os diferentes públicos. A nossa capacidade televisiva nos poderá conduzir até lá. Por enquanto, continuamos atuando com estratégias praticáveis junto aos públicos conselheiros, diretores, gerentes, contadores, colaboradores, delegados, cooperados adultos e jovens por meio da Ocemg, da Crediminas, da Cecremge, da Unicred e da Fundação Unimed, além da própria Unimed e outras iniciativas do Sebrae. Entretanto, isso ainda é insuficiente para darmos conta dessa



totalidade. O ano internacional, conforme Ban Ki-moon, Secretário da ONU, é para mobilizar os governos para que apoiem iniciativas como as de hoje, para que o cooperativismo tenha muito mais frutificação na realidade mundial e no caso brasileiro.

Obrigado pela oportunidade, Deputados Antônio Carlos Arantes e Anselmo José Domingos.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de “slides”.

O Sr. Presidente - Obrigado pela exposição. Com a palavra, o Sr. Márcio Olívio Villefort Pereira, Diretor Administrativo e de Desenvolvimento da Central das Cooperativas de Economia e Crédito de Minas Gerais - Sicoob Central Cecremge -, para falar sobre o tema “Educação para o cooperativismo, a importância de se investir na formação”.

Palavras do Sr. Márcio Olívio Villefort Pereira

Cumprimento os Deputados Anselmo José Domingos e Antônio Carlos Arantes, parabéns-os pelo evento e, na pessoa deles, cumprimento os demais componentes da Mesa e da plateia. Já é praticamente boa tarde. Amigo igual ao Luiz Gonzaga eu não preciso, Dr. Ronaldo. Falar depois do Dr. Ronaldo Scucato, Helton Freitas, Joãozinho e Prof. Inocêncio é uma brincadeira comigo. Tentarei cumprir minha missão. Segundo o Comandante do Bope, missão dada é missão cumprida. Represento o Presidente Luiz Gonzaga Viana Lage, que, por compromissos assumidos anteriormente, não está presente.

Falarei sobre o programa de capacitação desenvolvido pela Cecremge. Antes de entrar no mérito, registro que todo o nosso programa de educação tem o apoio incondicional do Sistema Ocemg, cujo Presidente é o Dr. Ronaldo Scucato. A Central foi criada em 1984 por um grupo de idealistas e sob a liderança do Presidente Luiz Gonzaga e funcionava em um porão na Rua dos Otoni. Era um porão, e os móveis foram adquiridos em um topa-tudo, dadas as dificuldades. No início, eram seis funcionários. Hoje temos mais de 80 funcionários e um ativo de mais de R\$1.000.000.000,00.

O objetivo da criação da Central foi a otimização de recursos tanto financeiros como humanos. Atualmente somos 74 cooperativas filiadas, 250 pontos de atendimento e mais de 320 mil associados. O nosso sistema Sicoob conta hoje com mais de 2 milhões de associados, é a sexta maior rede em pontos de atendimento. Qual é a visão da nossa Central? Como queremos que as cooperativas nos vejam? Ser referencial de excelência para o sistema cooperativista de crédito. Por isso os nossos valores são pautados na transparência, no comprometimento, no respeito, acima de tudo; na ética, na equidade e - não poderia deixar de ser diferente - na capacitação profissional continuada.

Entendemos que a educação é a base de toda a organização. Educação e cooperativismo são práticas sociais, frutos da cultura, da sociabilidade e do relacionamento humano. Quando falamos em educação, não podemos nos esquecer do quinto princípio do cooperativismo, citado pelo Prof. Inocêncio: educação, formação e informação. Nessa perspectiva, a aprendizagem é um processo cooperativo, e a cooperação se torna um permanente processo de aprendizagem. Investimento e capacitação geram resultados. Algumas empresas e pessoas dizem que não vão gastar, ter despesa com treinamento e capacitação. Nós, da Central, não medimos esforços para investir em educação. Entendemos que não se trata de despesa, mas de investimento. Trabalhamos com pessoas. De nada adianta ter um sistema moderno, de última geração, se não houver pessoas capacitadas para manuseá-lo.

Vou falar um pouco sobre os nossos programas de treinamento: treinamentos técnicos, programas de capacitação, MBA, gestão de cooperativas de crédito, programa Terceira Dimensão, capacitação avançada e gestão de cooperativa. Os treinamentos técnicos são voltados para a equipe operacional, para os nossos funcionários. É oferecido treinamento específico na área em que o funcionário atua. Como exemplo, podemos citar grafoscopia, prevenção, formação de operadores, lavagem de dinheiro. Para vocês terem ideia, em 2011 foram promovidos 34 cursos, compostos por 91 turmas, totalizando 1.193 horas-aulas e a participação de 2.148 alunos. Dividindo esse número por 74 cooperativas, verificaremos que há número expressivo de funcionários capacitados pelo nosso programa.

O Sicoob Central Cecremge, em 2007, em parceria com a DialétiKa Fenômenos Organizacionais, aqui representada pelo nosso Prof. Inocêncio, criou o programa de capacitação, cujo conceito é a capacitação continuada, realizada em dois anos. Foi criada em 1997. No início eram três anos. Reformulamos esse treinamento e o passamos para dois níveis: 1 e 2.

O programa é dividido em dois grupos: Programa de Educação Continuada para Diretores - Prodir - e Programa de Educação Continuada para Gerentes - Proger. O resultado dos programas de capacitação foi de 1.808 pessoas, de 2007 a 2012. Dividido, isso dá um número expressivo de participantes capacitados. O Prodir, é voltado para os dirigentes e conselheiros das cooperativas filiadas ao Sicoob Central Cecremge, enquanto o Proger é voltado para os gerentes, dirigentes e contadores das cooperativas e visa oferecer aos participantes a oportunidade de obterem conhecimento.

O MBA é feito para gestão de cooperativas. Criado em 2010, em parceria com a Faculdade Novos Horizontes, tem como público-alvo dirigentes, conselheiros e contadores que concluíram o programa de capacitação. A pessoa tem de passar pelo programa de capacitação para ter o direito de fazer o curso de pós-graduação. Ele possui uma carga de 368 horas-aula, sendo 120 horas aproveitadas do programa de capacitação. As disciplinas são rigorosamente selecionadas e trabalhadas em sala de aula. Gosto desse programa. Ao final da capacitação continuada, vimos a interação, a profissionalização, o relacionamento que esse grupo criou. Hoje, sem sombra de dúvida, gosto de dizer que a Cecremge, o programa de treinamento, tornou-se uma grande família. A troca de informação, a riqueza e os encontros dentro da sala de aula são muito importantes. O mais importante é que o programa é reconhecido pelo MEC. A pessoa se forma no MBA, e estamos formando professores para multiplicar conhecimentos.

Os resultados do programa de pós-graduação, MBA, são específicos na gestão de cooperativas de crédito. Em 2010, formaram e receberam diplomas de pós-graduação 59 pessoas; em 2011, 45 pessoas; e, em 2012, estão propensas a formar 45 pessoas. Um total de 147 alunos já concluíram pós-graduação em cooperativas de crédito. Isso dá dois dirigentes por cada cooperativa. Quando estávamos finalizando o MBA, alunos e dirigentes de cooperativas me perguntaram como daríamos continuidade a esse trabalho. Essa união, a integração desse grupo de pessoas que vêm se capacitar em nosso centro de treinamento não pode ser perdida. Não podemos perder essa oportunidade, essa troca de experiências.



Numa rápida iniciativa da Central, que buscou a Dialética novamente como parceira, foi criado o programa Terceira Dimensão, que é uma capacitação avançada em gestão de cooperativas. O público-alvo são as pessoas que concluíram o MBA em gestão de cooperativas. O programa é dividido em duas fases: a nacional e a internacional. A fase nacional tem uma carga de 80 horas e 5 módulos e foi encerrada em dezembro. Para a fase internacional, já estamos programando uma visita a cooperativas da Europa. Isso está previsto para maio de 2013. O conceito do programa é ser uma capacitação continuada, realizada em dois anos. Foi criada para ser dada em três anos, em 1997, mas reformulamos e passamos o treinamento para dois níveis, nível 1 e nível 2, ou seja, dois anos.

O objetivo do programa é oferecer aos participantes a oportunidade de aprofundar a aprendizagem, resgatar conceitos e valores aprendidos nos programas de capacitação e no MBA. Atualmente, neste primeiro ano, 48 pessoas participam do programa. Eles concluíram o MBA.

Além desses treinamentos promovidos pela Central Cecremge, ainda realizamos encontros de Presidentes, seminários e miniseminários. Não poderia deixar de mencionar os treinamentos promovidos pela Ocemg-Sescoop para os três ramos do cooperativismo. As cooperativas da Central, os funcionários, os dirigentes, enfim, todos participam efetivamente dos treinamentos promovidos pela Ocemg. E também há os treinamentos promovidos pela nossa Confederação. Promovemos alguns treinamentos a distância, através da Educenet.

Era isso, o que tinha a dizer. Era minha vontade e do Presidente Luiz Gonzaga estar aqui, pois ele tem o dom da palavra. Vocês me desculpem alguma coisa. Mais uma vez, gostaria de agradecer à Casa e parabenizá-la por este evento de que estamos participando hoje. Muito obrigado a todos. Estou à disposição.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de “slides”.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Sr. Márcio, por sua exposição. Registramos a presença dos Exmos. Srs. Eng. Matusalém Dias Santana, da Cooperativa de Consumo dos Empregados da Usiminas - Consul -; e Antônio Dias da Silva, Diretor-Presidente da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais - Coopsef.

Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - Neste instante, daremos início aos debates. Solicitamos àqueles que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, dispensada a formalidade das saudações pessoais. Pedimos também que entreguem antes sua contribuição por escrito à assessoria. Cada participante disporá de até 2 minutos para fazer a sua intervenção. Lembramos que a leitura e a apresentação oral de questionamentos aos expositores serão feitas de acordo com o volume de inscrições recebidas. Estamos recebendo as perguntas por escrito, as quais serão distribuídas aos expositores, que as responderão. Chamaremos um por um dos que desejam fazer a sua intervenção oralmente.

Debates

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Sr. Ivan Lemos, da Sicoob Credivass, que dirigirá uma pergunta ao Dr. Ronaldo.

O Sr. Ivan Lemos Brandão - Meu nome é Ivan Lemos Brandão, sou Presidente da Sicoob Credivass, de São Gonçalo, no Sul de Minas, e Conselheiro da Crediminas. Dr. Ronaldo, gostaria de saber como o senhor enxerga o futuro das cooperativas de crédito no Brasil.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Ivan. Após todas as perguntas feitas, os expositores as responderão. Com a palavra, o Sr. José Ramos dos Santos, da Sicoob Cofal.

O Sr. José Ramos - Minha pergunta é dirigida ao representante de São Roque de Minas. Gostaria de nomear os ramos do cooperativismo: consumo, crédito educacional, especial, habitacional, infraestrutura, mineral, produção, saúde e trabalho, transporte, turismo e lazer. Isso é importante para fazer uma inter-relação com um dos princípios cooperativistas, a intercooperação. No que se refere ao princípio da intercooperação, que é a cooperação entre cooperativas, em relação aos 13 ramos do cooperativismo, o que é possível melhorar?

O Sr. Presidente - Obrigado, José Ramos. Agora chamaremos uma menina, a Teresa Raquel, da Coopen-BH, cuja pergunta será dirigida ao Sr. João Carlos Leite.

A Sra. Teresa Raquel - Boa tarde. Adorei o “menina”, obrigada. Meu nome é Teresa Raquel, sou do conselho fiscal da Cooperativa de Ensino de Belo Horizonte, e minha pergunta tem a ver com o que o José Ramos disse, pois vemos que São Roque é um exemplo da intercooperação. Queria ouvir sugestões do Carlos para sabermos como praticar melhor a intercooperação numa cidade como Belo Horizonte. Obrigada.

O Sr. Presidente - Passaremos a palavra aos expositores para que respondam as perguntas feitas oralmente e por escrito. Com a palavra, Ronaldo Scucato.

O Sr. Ronaldo Scucato - São três perguntas, uma do Ronaldo Tavares Gontijo: “Que conselho ou sugestão o senhor daria hoje ao dirigente de cooperativa de crédito?” Conselho, não dou nenhum; sugestão, talvez. Faço um alerta: é perigoso e proibido brincar com a boa-fé das pessoas. Dirigente de cooperativa de crédito tem de ter uma consciência muito forte para não prejudicar o futuro promissor do cooperativismo de crédito.

E já respondo ao Ivan, meu dileto amigo. O futuro do cooperativismo de crédito é promissor porque ele está inserido em todos os ramos do cooperativismo, e tem de passar dos seus 2%, digamos assim, de participação no mercado financeiro para uma participação maior, como o Credit Agricole, na França; o Dejardins, no Canadá; os bancos cooperativos da Holanda, da Bélgica e da Itália, que são os movimentos cooperativos financeiros que representam a segunda entidade financeira nos países onde se encontram. Esse é o futuro para o cooperativismo de crédito brasileiro.

E a pergunta: Quais são as principais ações para superar o desafio de transformar o cooperativismo de um bando em um time, agindo de forma integrada? Esse é um longo caminho. A primeira coisa a fazer é deixarmos de ser acanhados, modestos, sermos mais humildes, aplicarmos mais a educação. Precisamos formar lideranças autênticas de cooperativismo, respeitar as nossas origens. O



mundo, como um todo, está sem bússola, sem norte, e o cooperativismo dá senso a essa desorientação. Precisamos ter lideranças autênticas que nos conduzam para um time de águias, a fim de deixarmos de ser um bando para ser um sistema. É essa a resposta.

O Sr. Presidente - Gostaria de passar a palavra ao Prof. Inocêncio e, se não houver mais nenhuma pergunta, solicito-lhe que faça também as suas considerações finais.

O Sr. Inocêncio Magela de Oliveira - Creio eu que o papel, a missão deste ciclo de debates é, a exemplo da proposta da ONU, criar uma caixa de ressonância, fazendo chegar às pessoas que não têm conhecimento ou consciência disso o que o cooperativismo pode fazer por elas. Esse é o nosso propósito em um evento como este e em outros tantos. Estamos diante de uma clara demonstração do potencial das cooperativas, que não se restringe a Minas Gerais ou ao Brasil. Algumas tantas cooperativas aqui representadas poderiam nos dar o seu testemunho, o relato de sua experiência, suas boas práticas, a fim de disseminar a ideia de que vale a pena contar com as cooperativas na produção de um mundo melhor.

Esses dias, eu falava na Crediminas que existem alguns sinais dos tempos. Por exemplo, o Occupy Wall Street é um movimento que reflete a exaustão em que as pessoas, o mundo, sobretudo o capitalista, encontra-se em relação à famigerada ambição dos capitais e dos bancos - estes, naturalmente, representados. Por isso ocorreu no centro financeiro de Wall Street. Isso gerou uma impressionante migração de contas dos bancos para o cooperativismo. Ocorreu também na Av. Paulista, contudo a imprensa não divulgou tanto, sabe-se lá por quê.

O Prêmio Nobel de Economia foi dado a uma mulher, que defende ser possível ter um bom desempenho por meio de uma administração coletiva - como nas cooperativas. E ela fez as suas experiências em cooperativas madeireiras e de pesca.

Muhammad Yunus, Prêmio Nobel da Paz, falava do microcrédito. Reparem: um Nobel da Paz falando de microcrédito. Isso porque se entende que, se socializarmos as soluções das pessoas, até mesmo financeiramente, produziremos a paz e evitaremos, assim, que casos que um dia ocorreram - como na Alemanha e, potencialmente, na Coreia do Norte e no Irã - voltem a ocorrer, ou que alguns indivíduos, a exemplo do que conhecemos no passado - Hitler -, possam emergir e organizar os desassistidos, que potencialmente seriam um grande exército. O cooperativismo trabalha pela prevenção da paz social. Temos que investir. E isso só se dará através da educação. Educação, educação e educação.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Sr. João Carlos Leite.

O Sr. João Carlos Leite - Vou tentar responder às duas perguntas que falam da intercooperação e da educação cooperativista, porque os dois temas se interligam. Sou a favor da prática. Pergunto aos senhores: quantas cooperativas educacionais existem em Minas Gerais? Não sei. Quem já foi a alguma cooperativa para perguntar se ela precisa de apoio? Cooperativa educacional para simplesmente reduzir custo para o aluno não deveria ser chamada de cooperativa educacional. Cooperativa educacional é aquela que alia, além da educação pedagógica básica, princípios do cooperativismo, ensinando às crianças valores e princípios da cooperação, a sua importância, a importância da educação empreendedora. O nosso mestre maior disse que o que falta é liderança. Eu aprendi com meu pai que cavalo velho trota, mas não marcha. Só marcha quem é novo. Então, se as grandes cooperativas agropecuárias não são capazes de unir uma cooperativa educacional para formar liderança, eu questiono esses treinamentos que são dados a cavalo velho.

Quem conhece a nossa cooperativa educacional tem o sonho de ver as lideranças que nascem nas salas de aula. Quando acontece um problema, a capacidade que os alunos têm de autoavaliar o problema e resolver, se eu fosse contar, não sairia daqui. Esse é o exemplo simples e básico. Todos falam em educação, mas enfiar a mão no bolso e botar dinheiro, como a Saromcredi faz, quero ver quem faz. Para custear 130 alunos, a Saromcredi vai investir, só na cooperativa educacional, R\$450.000,00, este ano. E para os alunos de São Roque, se quiserem fazer graduação em Piumhi, Formiga ou Arcos, nós arcamos com R\$4.000,00 por mês de contribuição de óleo diesel, para baratear. Isso é intercooperação. Eu viajo por aí e não vejo mudança. Em Belo Horizonte existe a Coopemg, mas não sei se ela tem ajuda de grandes cooperativas daqui. Mas acho que a comunidade de Belo Horizonte deveria pensar que a Coopemg poderia ser a gestora de grandes líderes do cooperativismo.

Eu poderia citar outros exemplos de cooperação. Vejo cidades que têm cooperativas de crédito que não se comunicam com as cooperativas agropecuárias e os associados são os mesmos. E o problema é um só: a vaidade. O Prof. Inocêncio fala que sou humilde. Minha mãe me ensinou que a humildade é o caminho para o sucesso. Então, deve ser por isso que estou aqui. Se for um projeto pessoal meu, com a minha vaidade, ele não vai para frente. Se for para o bem da coletividade, eu tomo a frente, vou até o fim. O que vejo é a vaidade de dirigentes que querem aparecer e se esquecem da coisa maior, que é o cooperado. Para que existe cooperativa se não for em prol do cooperado? Se se tirarem todas as cooperativas, essa instituição de natureza jurídica morre. Isso é intercooperação, que começa para eliminar vaidades e orgulhos.

Não pensem que não temos problemas com as cooperativas agropecuárias. Temos, mas nós brigamos, discutimos e, no final, fazemos tudo em prol da comunidade.

Talvez seja esse, na minha opinião, o sucesso de São Roque: exemplo de intercooperação. Há cooperativas agropecuárias que não movimentam a cooperativa de crédito, porque o dirigente da cooperativa agropecuária não gosta do Presidente. E daí? É um problema pessoal dele, mas não da cooperativa, não da comunidade. Falta entendimento e compreensão.

Outra pergunta que está aqui é do meu companheiro Onésimo: "Qual é o resultado final por associado, no ano de 2011, da Saromcredi?" Não sei dizer qual é o resultado por associado. Sei dizer que, no ano passado, deu R\$2.500.000,00 de sobras, valor já líquido, excetuando-se o Fates, que foi para os investimentos na educação em São Roque. Crescemos R\$2.500.000,00. A Saromcredi, segundo seu estatuto, há vários anos destina 70% das sobras para o fundo de reserva. A assembleia aprovou esses 70%, apesar de a lei falar em, no mínimo, 10%. Temos um medo danado de perder a Saromcredi, como já perdemos outros bancos. O que vale não é a minha cota capital; o que vale é a minha instituição, a cooperativa que presta serviços. Por isso é que temos 70%. Quinze por cento vão para o Fates, conforme o Banco Central determina, e 15% sobram para os cooperados, divididos, segundo aquele cálculo matemático, de acordo com a proporcionalidade dos movimentos de cada cooperado. Especificamente não sei responder a essa pergunta. Sei que, no ano passado, crescemos R\$2.500.000,00 e, neste ano, vamos crescer mais de R\$4.000.000,00, já tirando o Fates. E acho que está de bom tamanho para São Roque.



Posso dizer para os senhores que não sei há quantos anos não mexemos em taxas de juros. Os bancos estão dizendo que baixaram, mas já tínhamos baixado lá atrás, e fico brigando com os meus Diretores, dizendo que a taxa está grande. Digo para baixarmos a taxa porque, quanto mais baixa a taxa, mais movimentação vamos fazer, mais negócios vamos fazer, e estaremos ganhando na escala. É uma eterna briga entre o conselho, que é estratégico, e os Diretores, que são executivos e, claro, têm bonificação em cima dos resultados, e é assim que tem de ser. Mas estamos lá no conselho para ponderar essa bonificação e esses resultados.

Pergunta do meu companheiro Silas: “Na sua visão, qual é o maior desafio a ser superado para o avanço do cooperativismo?” Talvez seja este: mostrar o que somos para a sociedade. Não somos banco, não queremos ser banco. Em São Roque, todo mundo fala que a Saromcredi é o banco deles, mas eles estão querendo dizer que somos chiques, que superamos uma fase de miséria e de pobreza lá de trás. E banco é “status”, nada mais. Temos um banco, mas todo mundo sabe que a Saromcredi, na verdade, é uma cooperativa de crédito. E a gente afirma isso. Quando vejo um cooperado falar banco, também falo banco, mas sabendo que, para mim, banco é um Oscar que ganhamos: saímos da pobreza, da miséria para uma condição melhor. Mas jamais, com certeza, esqueceremos que somos filho da miséria.

Sobre oportunidade, uma pergunta: “Qual é a maior oportunidade a ser explorada?” Justamente esta: mostrar para os nossos cooperados e para a nossa comunidade que não somos banco. Não precisamos ter vergonha de dizer que somos cooperativistas, que somos dirigentes de uma instituição financeira não bancária. Temos de mostrar para a sociedade o que é um banco e o que é uma cooperativa. Banco investe na cidade? Apontem-me uma cidade em que o banco investe? Nenhuma. Certo, o Bradesco tem uma fundação. Tudo bem, mas ele deduziu aquilo do Imposto de Renda. No dia em que tirarem do Imposto de Renda essa dedução, ele não vai aplicar esse dinheiro lá.

Então, vamos mostrar quem somos e por que existimos. Esse é o nosso diferencial, pois a taxa de juros já está igualada, e os serviços vão ficar mais baratos também, igualar-se-ão. E a pergunta que fica no ar para o cidadão comum é a seguinte: vou para uma cooperativa ou para um banco? Qual é a vantagem de um e de outro? E, nessa hora, temos que estar prontos. Ao falar de nós, não me refiro apenas a nós, dirigentes, mas também aos funcionários, colaboradores e cooperados, pois custa muito barato reaplicar uma mensagem dessas. A Sarom Crédito tem um programa de capacitação interna, por meio do qual estou tentando transformar 77 funcionários em 77 Joõezinhos. Isso é muito mais barato que usar papel. Queremos o boca a boca, como os vendedores da Avon, da Natura. É importante disseminar, mostrar o que somos. Essa é a grande oportunidade que nós, cooperativas de crédito, temos.

Certamente temos desafios e precisamos eliminar coisas estranhas. Dá para entender a existência de duas centrais de crédito do Sicoob em Minas Gerais? Temos o Sicoob ligado à Cecremge e o ligado à Crediminas. Tudo isso graças à vaidade pessoal. Sei que já existe um movimento. Vocês devem juntar esses dois e posicionar essas duas centrais, com seus números financeiros dentro da economia do Estado, para ver o grande potencial que já temos em Minas Gerais. Façam esses cálculos.

Essas são nossas oportunidades, e temos de eliminar certas mazelas internas para poder avançar mais. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, João Carlos. Com a palavra, o Márcio Villefort, para responder às perguntas.

O Sr. Márcio Olívio Villefort Pereira - Temos aqui a pergunta do Arimar Gontijo, da Faculdade Novos Horizontes: “Qual esforço coletivo as cooperativas têm feito para capacitar e preparar gestores de cooperativas em nível superior?” Esse é um trabalho de conscientização que a central tem feito e tentado repassar para as cooperativas, visando à conscientização dos dirigentes quanto à necessidade de capacitar sua equipe em todos os níveis. Um patrãozinho acabou de falar que sua cooperativa fornece uma bolsa de estudo de graduação para o seu pessoal. A maioria das cooperativas investe nesse sentido, dando bolsas de estudo a fim de capacitar sua equipe, pois, apenas por meio da educação, garantiremos o crescimento sustentável e a perenidade das cooperativas.

Já foi falado pelo Inocêncio e pelo Dr. Ronaldo que as cooperativas têm de ter resultados, e têm mesmo. Apenas dessa forma poderemos investir internamente em capacitação. Se elas não mostrarem resultado, como terão Fates? E, sem ele, como investirão? Então, temos feito esse trabalho, sendo que o maior é o de conscientização da necessidade de se captar, pois essa é uma questão de sobrevivência em um mercado agressivo como o de hoje, que estamos vivenciado.

O Ronaldo Horta, do Sicoob Creditável, pergunta: “O sistema Sicoob tem algum projeto para transformar os Municípios mineiros em exemplo nacional, levando a experiência de São Roque para todos os Municípios em um futuro próximo?” Ronaldo, a Cecremge tem feito esse trabalho no programa Terceira Dimensão. Estarão lá oito cooperativas falando sobre casos de sucesso, ou seja, sobre suas ações que geram sucesso e podem ser levadas para as demais.

O Joãozinho tem dado muitas palestras sobre sua experiência. Sempre que é requisitado, não mede esforços para estar presente aos eventos.

O sistema Sicoob está desenvolvendo agora, em outubro, um novo planejamento que contempla muita coisa em termos de divulgação do cooperativismo em nível nacional.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Dr. Márcio. A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais manifesta seus agradecimentos aos expositores, às autoridades, aos demais participantes e ao público em geral, convidando todos a participar conosco, a partir das 14 horas, neste Plenário, da continuação do ciclo de debates. A partir das 17 horas, no Teatro da Assembleia, teremos a apresentação teatral “Capital X Trabalho: cooperativismo”, conforme programação definida. Muito obrigado e um bom almoço para todos.

Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.



ATA DO EVENTO REALIZADO NA 74ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 6/11/2012

Presidência dos Deputados Tenente Lúcio, Anselmo José Domingos e Antônio Carlos Arantes

Sumário: Destinação da interrupção dos trabalhos ordinários - Composição da Mesa - Registro de presença - Esclarecimentos sobre a dinâmica dos trabalhos - Palavras do Sr. João Israel Neiva - Palavras do Sr. Tiago Nascimento de Lacerda - Palavras do Sr. Márcio Lopes de Freitas - Palavras do Deputado Antônio Carlos Arantes - Palavras do Sr. Alusson Paulinelli - Palavras do Sr. Edson de Oliveira Braga Filho - Esclarecimentos sobre os debates - Debates.

Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O Sr. Presidente (Deputado Tenente Lúcio) - Destina-se esta parte da reunião à realização do ciclo de debates “Cooperar 2012 – Ano Internacional das Cooperativas”, com os seguintes objetivos: comemorar o ano de 2012, declarado pela ONU como o Ano Internacional das Cooperativas; apresentar e divulgar o cooperativismo e suas possibilidades; identificar os desafios enfrentados e os sucessos obtidos pelos diversos ramos do cooperativismo; apresentar sugestões para o fortalecimento do cooperativismo.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos para compor a Mesa os Exmos. Srs. Deputados Antônio Carlos Arantes, Presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo de Minas Gerais - Frencoop-MG -; e Anselmo José Domingos, 1º-Vice-Presidente da Frencoop-MG; Tiago Nascimento de Lacerda, Secretário de Estado Extraordinário da Copa do Mundo; João Israel Neiva, Superintendente de Cooperativismo e Apoio ao Setor Terciário da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais, representando o Subsecretário de Indústria, Comércio e Serviços da referida Secretaria, Sr. Marco Antônio Rodrigues da Cunha; Márcio Lopes de Freitas, Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB -; Alusson Paulinelli, ex-Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Presidente Executivo da Associação Brasileira dos Produtores de Milho - Abramilho -; Edson de Oliveira Braga Filho, Diretor-Presidente do Instituto Brasileiro de Pesquisas e Estudos Ambientais e Cooperativos - IBPEAC -; Ronaldo Scucato, Presidente do Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais - Sistema Ocemg -; e Professor Wendel, Vereador eleito em Belo Horizonte.

Registro de Presença

O locutor - Registramos a presença, neste ato, das Exmas. Sras. Patrícia Miranda Maia Prado, Diretora da Desenvolvimento do Artesanato da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico; e Gláucia Maria Carneiro Rodrigues, da Diretoria de Apoio ao Comércio e Serviços; e do Exmo. Sr. Everton Alves Pereira, assessor técnico.

Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos

O Sr. Presidente - Gostaria de dar as boas-vindas a todos os presentes. Esclareço que, após as exposições, abriremos espaço para apresentação de sugestões ou questões presenciais por escrito ou oralmente e de outras enviadas pelo formulário “Participe Agora”, disponível pela internet no portal da Assembleia Legislativa. Para melhor organizarmos o debate, ainda durante a fala dos expositores, os participantes poderão encaminhar suas sugestões por escrito em formulário próprio, que está sendo distribuído pela equipe de apoio. Aqueles que desejarem fazer sua intervenção oralmente deverão especificar isso no formulário e, para registro, entregar o conteúdo da intervenção também por escrito. Informamos aos telespectadores da TV Assembleia que também poderão participar. Basta acessar o portal da Assembleia, “www.almg.gov.br”, abrir a página do ciclo de debates, preencher o formulário de participação e enviar sua contribuição. Informo aos participantes que as apresentações dos palestrantes estarão disponíveis após o evento, na página do ciclo de debates, no portal da Assembleia Legislativa.

Palavras do Sr. João Israel Neiva

Boa tarde. Gostaria, em primeiro lugar, de agradecer à Assembleia Legislativa a gentileza do convite que fizeram à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, para falar sobre esse importante tema. Cumprimento o Deputado Tenente Lúcio, na pessoa do qual cumprimento a Mesa e todas as representações da sociedade e do cooperativismo aqui presentes.

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico entende que o cooperativismo brasileiro tem crescido de maneira singular sob o comando eficiente da Organização das Cooperativas do Brasil. E o setor de cooperativismo de Minas Gerais tem acompanhado esse crescimento sob a batuta incansável e focada do Sr. Ronaldo Scucato, Presidente da Ocemg. Quando se fala em cooperativismo, lembramos-nos de que muitas pessoas se relacionam como cooperativas rurais e agrícolas. Hoje as cooperativas urbanas, que atuam nas áreas de saúde, de educação, de infraestrutura, de transporte e de turismo, têm desempenhado papel preponderante na formação de novas associações e cooperativas e na inserção de pessoas. Entendemos que, com esse movimento existente para os grandes centros, essas cooperativas urbanas têm crescido e se desenvolvido bastante. Grande número de pessoas estão se associando a essas cooperativas. Além das cooperativas rurais, agrícolas e urbanas, podemos citar também a importância das cooperativas de crédito, que oferecem empréstimos a taxas bastante subsidiadas e acessíveis para os pequenos empreendimentos.

Estamos hoje com três grandes eventos: um, de curtíssimo prazo; outro, de médio prazo; e um terceiro, de longo prazo. Em curtíssimo prazo temos a Copa das Confederações, que será realizada dentro de oito meses, tendo Belo Horizonte como um dos palcos principais. Num prazo de um ano e oito meses, ainda envolvendo a Capital e várias cidades do interior, temos a Copa do Mundo Fifa, que deverá apresentar uma grande oportunidade de negócios para nossas cooperativas. Em longo prazo, apesar de não ser realizada em Belo Horizonte, temos as Olimpíadas. O que aprendermos e implantarmos, durante a Copa das Confederações e a Copa do Mundo, poderá ser muito bem replicado em 2016, durante as Olimpíadas.

A importância da Copa das Confederações e da Copa do Mundo para Minas Gerais é tão grande, que o Governador criou a Secretaria Extraordinária para a Copa do Mundo, que hoje é dirigida pelo Secretário Tiago Lacerda, que creio está aqui presente. Não sei se ele falará também. O que entendemos como oportunidade para nossas cooperativas apresentarem durante a Copa das



Confederações e a Copa do Mundo? Em primeiro lugar, acreditamos que as cooperativas devem estar preparadas para se inserirem no contexto dessas copas. E se preparar como? Sabendo o que pode ser mostrado e, diante do que será mostrado, o que é viável para difundir o conhecimento dos produtos dessas cooperativas, sejam eles serviços, sejam eles produtos agrícolas como café, cachaça etc. Fundamentalmente temos de estar preparados com investimentos, com planejamentos, porque, de graça, não existe nada. É necessário investimento e preparação.

Falando das cooperativas, fiz uma lista de cooperativas que, segundo entendo, poderão aparecer durante esse evento. A lista está mais ou menos em ordem alfabética. Não há prioridade de uma sobre a outra. Citamos a cooperativa de artesanato. Dentro da própria Secretaria de Desenvolvimento Econômico, temos uma Superintendência de Artesanato, que cuida de quase tudo o que acontece no Estado em termos de produção artesanal. Entendemos que esse artesanato poderá ser mostrado tanto para os públicos mineiros e brasileiros quanto, mais e principalmente, para o público estrangeiro, que aqui se fará presente. Para isso será necessária uma preparação minuciosa. Além disso, os espaços onde os produtos serão apresentados precisam ser bem divulgados para que haja afluência de pessoas.

Quanto às cooperativas de produtos, citamos a cachaça artesanal, a cafeicultura e os produtos lácteos. Existem várias cooperativas de cachaça. Faço parte da Câmara Técnica da Cachaça, da Secretaria de Agricultura, e considero essa uma oportunidade ímpar para que a nossa cachaça de alambique seja divulgada mundialmente. Os mineiros e brasileiros conhecem bastante a cachaça, mas é uma luta fazer com que ela seja conhecida fora do Brasil. Portanto é uma tremenda oportunidade para mostrarmos a cachaça ao estrangeiro que aqui estiver. Isso poderá ser feito por meio de brindes, de degustação e de uma série de abordagens a serem feitas. Para que isso ocorra, necessitaremos de planejamento. Estamos trabalhando de mãos dadas com a Ocemg, com a Frente Parlamentar do Cooperativismo e com as cooperativas de cachaça, para que se faça o melhor para o setor, com um menor número de investimentos.

No que se refere à cafeicultura e aos produtos lácteos, ocorre a mesma coisa. Apesar de esses setores já serem consagrados na área da produção agrícola, poderíamos ter grande divulgação do café brasileiro, do café mineiro e de produtos mineiros. Sabemos – não sou especialista em café – que Minas Gerais e o Brasil são grandes produtores de café, mas o valor agregado não está aqui, mas em outras localidades.

Relativamente às cooperativas de serviços, citamos três setores importantes: garçons e afins, limpeza urbana e saúde. Existem várias cooperativas de catadores, de selecionadores de lixo, de coleta seletiva. Durante o período da Copa do Mundo e da Copa das Confederações, o volume de material a ser catado, recolhido e reciclado será fora do padrão. Então, essas cooperativas, que já existem, cuja presença é marcante na vida da cidade, têm de ser exploradas.

Já comuniquei com o pessoal da área de trabalho para criarmos condições de capacitar motoristas de táxi, garçons, atendentes de hotéis e tudo o mais. Como eu disse, isso vai depender de uma sinergia. Procuraremos agir desde que sejamos demandados. A Secretaria de Desenvolvimento Econômico, por meio da Superintendência de Cooperativismo, está trabalhando. Já há um grande contato diário com a Ocemg, com a frente parlamentar. Estamos trabalhando juntos e realizando várias atividades em conjunto, com sucesso. Para que esse sucesso se reflita nos dois primeiros eventos, a Copa das Confederações e a Copa do Mundo, faz-se necessário planejarmos juntos, tanto no planejamento estratégico dos produtos a serem mostrados quanto no planejamento financeiro.

Creio que a Secretaria da Copa terá um papel fundamental, pois não faremos nada sem estar de mãos dadas com a Secopa. Ela saberá e ditará o que podemos fazer, qual será o melhor caminho, para não trabalharmos isoladamente.

Quanto à cooperativa de saúde, entendemos que o público nacional, mineiro e brasileiro, a grande maioria das pessoas, está protegido por algum tipo de plano de saúde, o que é mais tranquilo. Mas a pessoa que vem de fora, o estrangeiro, logicamente chegará aqui protegido por um seguro-saúde. Quem atenderá esse pessoal? Quem atenderá, quando algum deles precisar de um atendimento durante a noite, na madrugada ou nos finais de semana? Posso citar, como experiência, que não é fácil procurar um atendimento no meio da madrugada, por isso as ações têm de ser bem pensadas, treinadas e capacitadas, caso contrário será a imagem de Minas Gerais que refletirá o mau atendimento.

Já fiz o primeiro contato com o setor de saúde da Ocemg, conversei com uma pessoa extremamente capacitada, e começaremos a buscar entendimentos sobre o assunto. O mesmo se aplica à saúde odontológica. O setor de transporte é outro que será muito demandado através dos táxis, “vans” e mesmo do transporte de carga. Serão feitos vários deslocamentos, diversas seleções estarão hospedadas na Região Metropolitana de Belo Horizonte, nos dois primeiros eventos. Acreditamos que a Copa das Confederações será um treinamento e queremos obter quase nota 10. As lições aprendidas poderão ser aplicadas na Copa do Mundo. Chamamos a atenção para o fato de as cooperativas interessadas se apresentarem por meio da Ocemg ou da frente parlamentar e conduzirmos o assunto juntamente à Secopa, para que elas ofereçam produtos e serviços e tirem o melhor proveito dos eventos.

Hoje o cooperativismo é um segmento de alcance inimaginável. O Prof. Roberto Rodrigues considera o cooperativismo mundial tão importante para a paz social e a distribuição de renda, que já merece ser indicado ao Prêmio Nobel da Paz. São essas as expectativas da Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais. Vamos trabalhar de mãos dadas com a Secopa e queremos trabalhar de mãos dadas com a Ocemg e a Frente Parlamentar do Cooperativismo. Ainda tenho sete minutos para falar, mas vou deixá-los de crédito. Agradeço a oportunidade de apresentar as nossas expectativas.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de “slides”.

Palavras do Sr. Tiago Nascimento de Lacerda

Boa tarde. Inicialmente, cumprimento os Deputados Tenente Lúcio, Anselmo José Domingos e Antônio Carlos Arantes, e o ex-Ministro da Agricultura, Deputado Federal Alusson Paulinelli, na pessoa do qual cumprimento os demais membros da Mesa e as pessoas da plateia. Agradeço o convite e parabéns à Assembleia pela iniciativa.

Em 2009, fiz uma palestra na sede da Ocemg sobre as oportunidades para o cooperativismo na Copa. Recordo-me de que, na ocasião, ouvi bastante durante o dia, participei de seminários, até para aprender um pouco mais do funcionamento do sistema. Realmente, vi muitas oportunidades, porque, além de um evento esportivo de futebol, a Copa traz diversas opções de negócio para as



idades-sede, para o Estado e o País. O governo federal, o governo estadual e a Prefeitura encaram a Copa do Mundo como uma grande oportunidade de desenvolvimento econômico, social e cívico para a população. Temos perseguido essa meta mostrando eficiência nos trabalhos de preparação do evento. Estamos falando de questões que vão além das obras em si, como a imagem do Estado em todo o mundo.

Essa exposição internacional é uma grande oportunidade para Minas Gerais e para o Brasil. Penso que, no caso de Minas e Belo Horizonte, por ainda não serem Estado e cidade tão conhecidos no mundo, essa é uma grande oportunidade, pois traz um legado não só de infraestrutura, mas também de imagem, de exposição internacional, de promoção turística, de eventos de negócios e turismo de lazer. Isso já foi mostrado em diversos relatórios de outros eventos internacionais e realmente gera um grande resultado positivo aos locais que sediam grandes eventos esportivos e outros tipos tratados como eventos de grande porte.

Preparei uma exposição mais geral sobre a Copa do Mundo e os trabalhos vinculados a esse evento, por achar ser a melhor forma de as pessoas entenderem e pensarem em algum tipo de oportunidade. Como o palestrante anterior disse, temos diversas frentes de trabalho. A função da Secopa é, claro, acompanhar as obras, principalmente do Mineirão, ações conjuntas entre governo federal e Prefeitura, mas também estimular até internamente no governo e tentar unir as pontas para que todas as Secretarias estejam envolvidas nas ações que possam tirar proveito da Copa do Mundo. Esse é o grande objetivo.

Falaremos aqui dos legados, dos benefícios, um pouco do Mineirão e da expansão da rede hoteleira. Não gosto muito de tratar expansão de rede hoteleira pensando em Copa do Mundo, afinal, ninguém constrói hotel pensando em 30 dias de evento. Isso já era uma necessidade de Belo Horizonte e da Região Metropolitana, independentemente de Copa. A Copa do Mundo chegou trazendo oportunidades de investimento nesse setor, que é fundamental para o desenvolvimento econômico da cidade e do Estado. A Copa é o segundo maior evento esportivo do mundo e o primeiro do futebol. Teremos 12 cidades-sedes no Brasil, na Copa de 2014, além de, possivelmente, 6 cidades-sedes na Copa das Confederações. Na próxima quinta-feira, a Fifa finalmente irá se pronunciar a respeito das cidades de Recife e Salvador, que foram escolhidas com algumas ressalvas. Então, agora, no dia 8, além de anunciar a política de venda de ingressos para a Copa de 2013, a Fifa também decidirá se Recife e Salvador serão sedes. Estamos torcendo para que o sejam, porque, de novo, é a imagem do Brasil que estará sendo divulgada no mundo inteiro. Penso que, se uma sede não obtiver sucesso na preparação e for cortada da Copa de 2013, não podemos pensar que receberemos mais jogos com isso. Não. Acredito que estamos tratando de uma coisa muito maior, que é a credibilidade internacional do Brasil.

Estima-se para a Copa do Mundo 3 milhões de pessoas nos Estados; 18 milhões nas “fans fests”, que são os espaços de exibição pública dos jogos. Isso ficou muito conhecido durante a Copa da Alemanha. Foi uma iniciativa de uma empresa privada na Copa da Coreia e do Japão, em 2002. A Fifa viu o potencial daquilo, com as pessoas enchendo as ruas para assistirem aos jogos, pois nem todos cabiam no estádio. Então, a Fifa abraçou essa ideia da “fan fest”. Isso foi criado em 2006 com um enorme sucesso, por isso temos a certeza de que no Brasil será da mesma forma; 18 mil jornalistas: essa é uma grande oportunidade não só para as cidades, Estados e países, mas também para a população, para quem tem o seu pequeno, médio ou grande negócio. A grande maioria dos jornalistas estrangeiros que cobrem a Copa do Mundo não cobre apenas jogos de futebol. Eles estão atrás de histórias, de pontos de turismo e lazer, querem falar dos costumes típicos das cidades. Sendo assim, creio que Minas Gerais sai ganhando, porque tem muita coisa boa para ser mostrada e muito potencial de crescimento. Como foi dito pelo palestrante anterior, temos coisas interessantes para serem divulgadas.

Ministério do turismo alemão estimou, no primeiro bimestre de 2006, 2,4% de acréscimo no PIB em relação ao mesmo bimestre do ano anterior. Isso está realmente vinculado à Copa. Aí vemos a importância de um evento e tudo que gera em termos de geração de renda. Por causa da geração de empregos, as construções são feitas, e o próprio turismo traz capital externo para o país-sede. Modernização de estádios, com seus custos, na Alemanha, construção de estádios ou reformas. Mais à frente, vou detalhar o caso do Mineirão.

A injeção na economia na África do Sul foi de R\$2.900.000.000,00 bilhões durante a Copa do Mundo, com um crescimento do PIB de 1,7%, além da estimativa de um acréscimo de 2.200.000 turistas no País de 2008 a 2015. O Brasil tem uma estimativa, feita há dois ou três anos, pelo Ministério do Turismo, de 600 mil turistas estrangeiros visitando o Brasil durante a Copa do Mundo. Temos de lembrar também o turismo doméstico, brasileiros circulando entre as cidades-sedes ou outras cidades no Brasil em virtude da Copa do Mundo. Essa é uma estimativa que varia entre 1,2 a 1,5 milhão de turistas. Então, realmente, é uma injeção de ânimo na economia nacional.

No Brasil, num estudo feito pela Ernst & Young, há uma previsão de movimentação adicional de R\$142.000.000.000,00 de 2010 a 2014, de forma direta e indireta, e geração de 3.600.000 ocupações durante um ano. O investimento em infraestrutura, num dado do Ministério do Esporte, é de R\$33.000.000.000,00. Pegaram as obras e ações que estão vinculadas à Copa do Mundo, vínculo que se dá por meio da matriz de responsabilidades do governo federal, que listou nas 12 sedes obras de estádios e de mobilidade urbana. No caso da nossa cidade-sede, temos obras do Mineirão e oito obras de mobilidade urbana. Estudos demonstram que a Copa vai impulsionar o crescimento do PIB em torno de 0,7% e as oportunidades de emprego em torno de 0,5%. Com a nossa base, que já é consideravelmente grande, é um número relevante.

Para Minas Gerais, para a Capital Belo Horizonte, há um estudo da universidade federal que estima um crescimento de 1% e a criação de 38 mil empregos diretos e indiretos. Esse é um dado importante para quem produz algum produto típico ou não, mas que pensa no consumidor final. Pouca gente sabe, mas os maiores compradores de ingressos e visitantes estrangeiros em Copa do Mundo são os americanos. Foram eles que compraram mais ingressos na África do Sul, na Alemanha, na Coreia e no Japão. Isso tende a crescer em virtude de um vínculo direto com o desempenho da seleção americana no futebol, que vem melhorando muito. O próprio Reino Unido, a França e a Alemanha têm números expressivos. Temos de lembrar que a Copa do Mundo no Brasil pode ser encarada como a copa da América do Sul, em virtude de haver muito tempo que não recebemos a Copa aqui, portanto argentinos, paraguaios, uruguaios, com certeza, pela proximidade, devem vir muito ao Brasil.



Sobre o Mineirão, pretendemos receber a obra no dia 21 de dezembro. Esse é o compromisso do consórcio que está construindo e que vai operar o estádio nos próximos 25 anos. A entrega está marcada, então, para o dia 21 de dezembro. A capacidade do estádio ficará em torno de 64 mil assentos. Esse número não está 100% fechado. Como o anel superior do Mineirão teve de ser preservado, por questão de patrimônio, na colocação dos assentos, agora todos os lugares terão assentos, estamos percebendo algum tipo de variação numa parte do anel superior para outra parte. Esse número provavelmente ficará um pouco abaixo de 64 mil para priorizar o conforto, distância mínima para o assento da frente e para o assento do lado. Haverá também camarotes, restaurante panorâmico, capacidade de receber 3 mil jornalistas durante a Copa do Mundo.

O Mineirão tem dois cenários, o estádio para a Copa e o estádio legado. A Copa exige uma estrutura muito maior do que o dia a dia normal do estádio, com os Campeonatos Mineiro e Brasileiro, as Copas Libertadores e do Brasil, exige. Então, faz-se uma estrutura modular, tanto interna quanto externamente, para atender à Copa do Mundo, o que gera uma economia. Quando a Copa termina, o estádio fica um pouco diferente em termos de capacidade jornalística, por exemplo. Não precisamos ter a capacidade de atender a 3 mil jornalistas no dia a dia do Mineirão. Haverá 2.600 vagas de estacionamento. Um grande valor agregado ao Mineirão, uma novidade, é a Esplanada, que as pessoas poderão conhecer. A nossa ideia é abrir no próprio dia 21 o Mineirão para a população conhecê-lo. A Esplanada, realmente, será uma grande praça de convivência e para eventos, cumprindo um papel importante, em razão de uma carência atualmente existente de espaço para eventos.

Para a Copa do Mundo teremos, então, quatro jogos da fase de grupos, na primeira fase da Copa. O sorteio desses jogos será em dezembro de 2013, sempre seis meses antes. Haverá um jogo nas oitavas de final e outro na semifinal. Este é de uma importância tremenda; semifinal movimentada muitos estrangeiros. Mesmo que as seleções que jogarão a semifinal não sejam o Brasil ou a Argentina, o jogo, em nível de importância, só perde para o da abertura e o da final. Então, nesse jogo a Fifa apresenta muita exigência, porque receberemos aqui Chefes de Estado e muitos turistas que o acompanharão e também as “fan fests”. Na Copa das Confederações, teremos dois jogos na fase de grupos e também a semifinal.

No Mineirão, o governo do Estado adotou o modelo da parceria público-privada. Para assegurar a reforma e atender a todas as recomendações da Fifa. O estádio seria do nível do das melhores arenas do mundo, principalmente a fim de atender ao novo paradigma do futebol. Percebemos, mundo afora, que o futebol está, cada vez mais, profissionalizado e sendo encarado não só como esporte, mas também como entretenimento. Então, devemos encarar o torcedor como cliente e apresentar indicadores de conforto e segurança. Todos os indicadores serão atendidos no Mineirão, e a operadora será cobrada pelo governo do Estado para o atendimento desses indicadores, afetando até sua remuneração. Então, o novo Mineirão, sem dúvida alguma, possibilitará o retorno das famílias ao estádio a fim de acompanhar o futebol. Essa parceria público-privada também nos garantiu uma operação profissional. Então, haverá um operador privado. O governo não deve ter como um dos objetivos principais gerir um estádio de futebol, uma arena multiúso. Há órgãos e empresas privadas muito mais especializadas nisso, e o governo atua como um órgão de controle, um órgão de fiscalização.

Então, o Mineirão estará sempre aberto ao público na sua área externa, na esplanada que comentei. Nos dias em que não ocorrerem eventos, haverá ali um espaço de convivência para as famílias e os turistas. Então, a Pampulha está ganhando um belo equipamento de turismo. Acabará aquilo de dizer, quando passávamos próximo ao Mineirão, que o estádio está adormecido. Haverá lojas e restaurantes abertos durante o dia. A operadora Minas Arena já está pensando nessa operação do Mineirão. Como eu disse, o complexo será usado durante os 365 dias do ano; além do futebol, “shows” e outras atividades poderão ser realizadas no local.

Um eixo importante da obra de modernização do Mineirão e da Copa do Mundo é a questão da sustentabilidade, que fica apenas como uma estratégia de “marketing”. O Mineirão está lutando para conquistar o Certificado Leed, que é mundialmente reconhecido. Para isso, vem atendendo, desde o seu projeto básico executivo, a algumas exigências. Houve o aproveitamento dos resíduos e de tudo que foi retirado de lá. Toda a terra retirada para o rebaixamento do gramado em 3,4m e também a parte demolida foram reaproveitadas. A cobertura terá placas fotovoltaicas para o aproveitamento da energia solar. A Cemig tem uma importante parceria com o governo e a Minas Arena nessa ação. Haverá o reservatório para o aproveitamento de água da chuva. Tudo isso será atendido para que o Mineirão conquiste essa certificação Leed, que gera um importante legado para o Estado.

Na rede hoteleira, como disse, foi vista uma oportunidade de expansão não só em termos quantitativos, mas também qualitativos. O cenário que acompanhávamos era de poucos hotéis com um melhor padrão e cobrando preços nem sempre tão justos para aquilo que estavam oferecendo em termos de qualidade de serviço, conforto e segurança. Então, houve um estímulo à expansão da rede hoteleira. Dessa forma, evitaremos perder tantos eventos como os que bateram à porta em Belo Horizonte e Minas Gerais. Em razão da carência de hotéis, esses eventos escolheram outras cidades. Acho que toda essa expansão também serve para um ajuste do mercado atual. Já vimos que hotéis existentes estão se remodelando e investindo em qualidade e expansão.

Isso é importante, além de toda geração de emprego diretamente vinculado à expansão da rede hoteleira. Na questão da capacitação, esse levantamento está sendo atualizado, mas o último número demonstra que existiam 15 mil pessoas em processo de treinamento no Estado, sendo coordenadas por diversas frentes: pela Prefeitura; pelo Estado; pelas parcerias com o governo federal ou com outros órgãos e instituições como o Senac e o Sebrae e os diversos programas de capacitação; pela Abrasel e pela Associação Brasileira da Indústria de Hotéis. É claro que todo esse aprendizado será permanente para as pessoas que dele estão usufruindo e será usado na Copa do Mundo e posteriormente para melhorar o conhecimento, o que ajuda a conquistar melhores empregos. Agradeço e estou à disposição. Muito obrigado.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de “slides”.

O Sr. Presidente - Nós é que agradecemos ao ilustre expositor Tiago Lacerda, esse jovem inteligente que muita esperança nos traz, inclusive para a vitória do Brasil. Você é pé-queite, Tiago. Neste momento, passamos a coordenação dos trabalhos ao Deputado Anselmo José Domingos. Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado Anselmo José Domingos) - Com a palavra, o Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB -, Márcio Lopes de Freitas, para a sua exposição sobre o tema: “Cooperativismo e política, duas forças que se completam”.



Palavras do Sr. Márcio Lopes de Freitas

Muito boa tarde. Em primeiro lugar, quero cumprimentar o nosso Presidente da Mesa, Deputado Anselmo José Domingos, em cuja pessoa cumprimento os membros desta Assembleia. Agradeço-lhe por este evento, uma homenagem especial ao movimento cooperativista. Deixo aqui a minha gratidão e o meu reconhecimento em nome do movimento cooperativista brasileiro por esta homenagem e pelo reconhecimento desta Casa ao nosso movimento.

Também quero cumprimentar, de maneira muito especial, o Deputado Antônio Carlos Arantes, que preside a nossa Frente Parlamentar do Cooperativismo em Minas Gerais. Deputado, muito obrigado pelo trabalho que V. Exa. vem desenvolvendo e pela positiva contaminação cooperativista de sucesso não só aqui na Assembleia, mas também em todo ambiente político de Minas Gerais. Devemos muito a pessoas como V. Exa. O mesmo vale para o Deputado Federal e Prefeito eleito Paulo Piau. Quero cumprimentar e agradecer a todos vocês. Também, de uma maneira muito especial, quero cumprimentar os demais integrantes da Mesa, como o Tiago Lacerda, pela sua exposição e pelo seu trabalho. Cumprimento ainda o João Neiva pela sua apresentação. Por fim, quero cumprimentar um grande líder, o meu líder Alysson Paulinelli, o nosso eterno Ministro da Agricultura, o homem que fez a diferença no resgate da cidadania da agropecuária brasileira.

O convívio com Alysson Paulinelli é sempre motivo de orgulho. Meu pai já o citava como referência. Eu tenho orgulho de poder conviver com ele. Paolinelli, é uma alegria estar com você, trocar ideias e tentar evoluir juntos. Cumprimento todos os dirigentes do movimento cooperativista que estão aqui e os líderes das cooperativas. Como não posso cumprimentar individualmente cada um, cumprimento meu comandante, o Dr. Ronaldo Scucato, que é meu chefe. Ele brinca que sou o chefe dele, mas é o oposto. Sou soldado do cooperativismo em Brasília, e quem coordena as cooperativas em Minas Gerais é ele. Tenho orgulho de ser um soldado de Minas Gerais, sob o comando do Ronaldo Scucato. Ronaldo, é sempre muito bom estar aqui, na terra do cooperativismo mineiro, convivendo com vocês. Cumprimento o timão do Ocemg. Na pessoa do William, cumprimento a equipe fantástica e que me dá muito orgulho pelo belo trabalho que realiza sob o comando do Ronaldo na Ocemg, no SESCOOP, no Sindicato.

Deputados, falarei um pouco sobre a complementariedade e sobre a responsabilidade do movimento cooperativista na atividade política. Para chegar a esse contexto, contarei uma história. Falarei sobre o Ano Internacional do Cooperativismo que estamos vivendo. Entendendo essa questão maior do cooperativismo que está acontecendo no mundo e trazendo-a para o Brasil, podemos chegar à conclusão sobre a importância do movimento cooperativista como base de organização social e alavanca de fomento e de realização da boa política. Todos vocês já me conhecem. Presido o sistema OCB, que é composto pelo movimento cooperativista brasileiro como um todo. Temos um lema: você participa, todos crescem.

Hoje, o cooperativismo está presente em 110 países, que têm registro de cooperativas participantes da Aliança Cooperativa Internacional, conforme declarado na semana passada, em Manchester, onde estávamos eu e o Ronaldo. É um movimento que hoje congrega mais de 1 bilhão de pessoas, se somarmos todos os cooperados, pessoas que trabalham na área e lideranças. Paolinelli, é uma das maiores ONGs do planeta, equivalendo a muitas religiões e crenças. Se acrescentarmos os familiares, os envolvidos, teremos uma tremenda força. O cooperativismo gera mais de 100 milhões de empregos com carteira assinada, dentro das cooperativas. Se considerarmos a capacidade de multiplicação de renda provocada pelas cooperativas em suas regiões, Municípios cooperados e a quantidade de empregos gerados, o número será ainda maior.

Com um movimento desse tamanho, estamos, há muitos anos, buscando o reconhecimento das Nações Unidas para o cooperativismo. Isso vem acontecendo, vem sendo tentado há muito tempo. Desde a época que um conhecido nosso, um líder, Roberto Rodrigues, assumiu a Presidência da Aliança Cooperativa Internacional, ele vem buscando esse espaço na ONU. E, como todos sabemos, o Roberto tem aquele jeitinho, ou seja, ele é mais mineiro do que muitos mineiros aqui; é muito jeitoso, ia sondando e buscando espaço nas Nações Unidas para que o cooperativismo fosse reconhecido. Isso vem sendo difícil. Participei disso porque, na época em que o Roberto era o Presidente da Aliança Cooperativa Internacional, eu era o Presidente da Organização das Cooperativas de São Paulo. O escritório dele, no Brasil, ficava dentro da Ocesp, então, à época, eu tinha o privilégio de conviver com o Presidente da ACI todos os dias, quando ele se encontrava no Brasil. É mais ou menos igual a história de um padre que está com o Papa na paróquia dele, ou seja, ele está convivendo com a pessoa mais importante. Portanto, convivíamos com isso e sabemos que o Roberto tinha o desejo de ver o cooperativismo ser reconhecido pela Nações Unidas, em razão do papel das cooperativas. Nós sabemos o papel que as cooperativas exercem.

Há pouco, antes do evento, eu conversava com o Clóvis, e comentávamos que sabemos do papel social, do papel econômico fundamental no desenvolvimento de cada Município, de cada região, de cada comunidade. Mas como podemos fazer para que os governantes, os políticos, as pessoas que têm poder de decisão e de articulação nos reconheçam? E, reconhecendo-nos, aplainem um pouquinho mais o caminho que as cooperativas têm de seguir. Essa é uma luta, e, dentro dela, o Roberto fazia reivindicações, assim como o outro Presidente da ACI, um italiano, Ivano Barberini, que continuou reivindicando, mas nada conseguiu. Assumiu a Presidência da ACI uma empresa inglesa, a Pauline Green, que continuou com essa reivindicação. Por que isso foi reconhecido só agora, em 2012? É aí que vale a pena contar uma historinha que pouca gente do cooperativismo conhece.

Na realidade, em 2010, tivemos a eleição do que seria o Ano Internacional de 2012. O Ronaldo Scucato esteve comigo na Assembleia da ONU em Nova York, quando foi decidido o Ano Internacional das Cooperativas. Então, isso é fruto de uma história de que todos vocês, do cooperativismo, fazem parte. Isso é fruto do resultado de um trabalho de cooperativas do mundo inteiro, principalmente diante do perfil da crise de credibilidade que nasceu nos Estados Unidos – mais do que crise econômica é uma crise de credibilidade, de identidade. Portanto, essa situação é resultado dessa crise, que criou um embaraço e um descrédito muito grande nas instituições e nos sistemas montados no mundo inteiro. Cada uma das cooperativas teve um papel preponderante. E governantes sérios começaram a perceber que onde havia cooperativa a mitigação dos efeitos da crise foi muito maior do que onde não havia. É uma realidade. Há muita história para se contar sobre isso.

Em setembro de 2008, quando o Banco Lehman Brothers, dos Estados Unidos, quebrou, os bancos privados americanos tiveram saques e fuga de capital da ordem de 45% em 15 dias - o Heli Penido lembra-se disso. Sabem quem absorveu os depósitos na outra ponta, que teve a confiança da população do país mais capitalista do mundo? O sistema Credit Union, o sistema cooperativista de crédito americano, que recebeu os depósitos, Deputado, porque recebeu a confiança da população numa instituição que era da base.

No Brasil não foi diferente. O último trimestre de 2008 e o primeiro trimestre de 2009 - e nos esquecemos facilmente dessas coisas - foram terríveis. Quem é da agricultura lembra que estávamos entrando para fazer uma safra em que não houve uma multinacional nos oferecendo um grama de adubo, um banco oferecendo crédito, nem público nem privado. Quem, seis meses antes, vivia batendo às portas das cooperativas e dos produtores oferecendo crédito, na hora do plantio da safra de 2008, sumiu. Se verificarem as estatísticas, o Sistema Financeira Nacional recuou 6%, no último trimestre de 2008 e no primeiro de 2009. Seis por cento foi o recuo do Sistema Financeiro Nacional. As nossas cooperativas de crédito brasileiras cresceram 26% no mesmo período, e não foi por falta de juízo, mas por responsabilidade que tinham com seus cooperados. Então, elas atenderam aos cooperados na hora em que eles precisavam. Isso, Paolinelli, aconteceu aqui, no Brasil, aconteceu com o crédito e aconteceu na agricultura.

Darei só um exemplo: 2008, nessa fase, foi um ano que começou fantástico. O mundo virava para nós e dizia: “Produz, porque eu quero comprar; faz frango, porque quero comprar frango; faz suíno, porque quero comprar suíno; produz leite, porque quero comprar leite”. O mundo dizia isso ao Brasil, e nos preparamos para isso. As nossas cooperativas se prepararam. Muitas fizeram investimento pensando nesse mercado em expansão. Veio a crise de setembro, o mercado atravessou, e a coisa travou. Em outubro de 2008, lembro-me do Presidente de uma cooperativa de Santa Catarina chamado Mário, cooperativa que vocês conhecem como marca Aurora, Central Oeste Catarinense. O Mário me ligou e disse: “Márcio, não tenho uma geladeira vazia em Santa Catarina. Onde há geladeira, há um frango meu. E faz dois meses que não vendo 1kg de frango para exportação. O mercado parou. O que faço? Não posso parar, o meu cooperado não pode parar”. E o Mário pegou o pessoal que vendia frango para ele na Ásia, no Japão, na China, e trouxe para o Brasil, mandou para a América Latina, repensou a sua estratégia de venda, e foi colocar esses frangos no mercado. Enquanto a BR Foods, financiada pelo BNDES, portanto com recurso nosso, pegou R\$700.000.000,00 no BNDES e parou de alojar pintinho e suíno, porque a operação estava dando prejuízo, não tinha mercado, e ela não tinha compromisso com o produtor, este ficou com as granjas vazias. A Aurora não deixou de alojar nenhum pintinho e se virou. Achou os mercados e buscou a expansão no mercado interno e em outros mercados alternativos.

Por que estou contando isso para vocês? Porque foi isso que fez a diferença, e provavelmente cada cooperativa de vocês aqui teve que se virar de um jeito para dar volta na crise. Isso foi no mundo inteiro, e no mundo inteiro pode ser observado que, onde houve a presença de uma cooperativa, os efeitos da crise foram extremamente mitigados. Na área de consumo, na área de crédito, na área agrícola, na área de serviços e trabalho, isso foi fundamental. Foi quem foi buscar alternativa, porque tem compromisso com a base. E foi por isso que, na Assembleia das Nações Unidas, o reconhecimento foi unânime e deu muito orgulho - o Ronaldo estava lá, junto comigo e com o Senador Moka - ver cada manifestante de cada país do mundo inteiro levantar e apoiar a ideia de comemorar o Ano Internacional das Cooperativas. Então quem fez o Ano Internacional das Cooperativas não foi a vontade da Pauline Grym ou da ACI, mas o dia a dia, a rotina do movimento cooperativista que vocês fazem aqui e que o mundo inteiro tem feito.

Então, é importante dizer isso, porque também precisamos aproveitar a ocasião de ter um reconhecimento das Nações Unidas, bater caixa, tocar tambor e mostrar essa diferença. Não fazemos isso bem feito. O João é um pouco exceção, porque bate um pouco dessa caixa baseado naquela São Roque dele, na história do cooperativismo em São Roque. Então precisamos fazer mais isso e aproveitar... O mundo reconhece a diferença da cooperativa? Temos de bater tambor, tocar caixa, fazer barulho e sermos reconhecidos por essa diferença. Além disso, fazer com que o ano de 2002 não seja um fim em si do reconhecimento, mas o início de um reconhecimento permanente do cooperativismo como atividade importante em todos os setores da economia.

Por isso temos de promover muita coisa, realizar reuniões e trabalhar logomarcas. Aqui há uma série de ações que estamos tentando fazer para chamar a atenção, como sessão solene do Congresso Nacional, um evento como este - aliás, por isso, Deputado, agradeço o reconhecimento -, criar um “hotsite” específico para isso, postar vídeo. Criamos um selo comemorativo do Ano Internacional do Cooperativismo. Na segunda-feira da semana passada, foi lançada a moeda do cooperativismo em Porto Alegre - aliás, fiquei no lançamento e passei a mão nela. Na verdade, peguei um avião para Londres, a fim de levar a primeira moeda e entregá-la para a Pauline Grym, em Manchester, na Inglaterra, numa assembleia, na quarta-feira passada. Neste ano tivemos uma extração da Loteria Federal em comemoração... O meu tempo se esgotou. Desculpe-me, Deputado! Peço que me dê mais um tempo.

Então, podemos destacar uma série de condições e ações que temos. Aqui é para os senhores terem uma ideia do selo, da extração da Loteria Federal no dia do cooperativismo e a moeda a a que muitos dos senhores terão acesso. Na verdade, é uma moeda maravilhosa, linda, com valor de face de R\$5,00, de prata, para colecionador. Dei uma de presente para o Ronaldo Scucato na semana passada. Os senhores terão oportunidade de ter acesso a ela. Realmente é um orgulho. Temos de promover ações para comemorar.

E mais do que isso, com o ano internacional reconhecido, o Roberto Rodrigues foi chamado pela FAO, que é um outro órgão das Nações Unidas e que hoje tem como Diretor-Geral o brasileiro José Graciano, que comandou aquele programa do governo, o Fome Zero. É uma pessoa dedicada e esforçada, nem muito feliz nas ações dele no governo Lula, mas que tem boa-vontade e boa intenção e é amigo do Roberto. Na verdade, convidou o Roberto e o indicou para ser o Embaixador Mundial Especial da FAO para o cooperativismo mundial - estive também nessa assembleia. O Roberto hoje recebeu o título de Embaixador Mundial Especial da FAO para o Cooperativismo. Na verdade, ostentará esse título por dois anos, divulgando e trabalhando a ideia do cooperativismo, principalmente para os países em desenvolvimento, para que seja uma ferramenta cada vez mais útil. Repito: o Roberto está com esse título. Agora mais do que esse título, ele recebeu na assembleia da ACI na semana passada o prêmio Pioneiros de Rochdale, que é o máximo do cooperativismo no mundo. A maior honraria que alguém pode imaginar no cooperativismo é receber esse troféu. Esse prêmio é entregue a cada quatro anos para uma pessoa. É difícil alguém consegui-lo. O Roberto foi agraciado com esse prêmio, Pioneiros de Rochdale, e está muito orgulhoso e feliz por isso. Considero que foi merecido por sua liderança e pelo trabalho que tem realizado no Brasil e no mundo inteiro. Então ele recebeu essa honraria.



Para encerrar e não tomar mais tempo, Deputado - empolgo-me muito, e acho que vocês já perceberam que sou apaixonado por isso -, quero mostrar rapidamente como está esse movimento no Brasil. O sistema que tenho a responsabilidade e a honra de presidir é o que chamamos de OCB, composto por três organismos: Organização das Cooperativas Brasileiras, a OCB propriamente dita; SESCOOP, nosso braço de formação, leste das cooperativas - como Presidente da OCB, sou também Presidente da SESCOOP nacional -; e CNCOOP, entidade sindical patronal das cooperativas.

As cooperativas congregam, hoje, 300 mil empregos diretos no Brasil. Conforme nosso planejamento, haverá um crescimento de cerca de 12% ao ano em geração de empregos. Vivemos em uma república sindical, temos uma Constituição que apoia e incrementa as questões sindicais. Então, tomamos a decisão de constituir uma confederação sindical patronal formada pelos sindicatos, em que cada organização é sindicato e representa sindicalmente as cooperativas do Estado. Temos cinco federações regionais e uma confederação nacional. Com isso, temos, no sistema OCB, reconhecimento pleno e espaço de reconhecimento. Temos diversas atribuições, as quais não deixarei de repassar a vocês. Uma delas consiste, principalmente, em representar o interesse das cooperativas de qualquer ramo de atividade em qualquer parte do Brasil, perante as instituições federais, órgãos públicos e também instituições privadas, e em ter espaço de representação, mantendo o cadastro e o registro das cooperativas e representando-as politicamente - digo isso sem nenhuma vergonha - sendo o "lobby" das cooperativas em Brasília, "lobby" no bom sentido. Isso não é feio, ninguém tem de ter vergonha de fazer isso. Sou o lobista das cooperativas em Brasília, onde estou para trabalhar e para defender os interesses das cooperativas brasileiras.

Temos diversas ações, mas não falarei sobre cada uma delas. Hoje o nosso movimento conta com 6.586 cooperativas registradas no sistema, em três atividades econômicas diferentes, gerando aproximadamente 10 milhões de empregos, 10 milhões de associados. Esse é um dado de 2011. Batemos os 11 milhões de associados em setembro. Isso quer dizer que há cerca de 33 milhões de pessoas, brasileiros, envolvidos em nosso movimento. Trata-se de um movimento que exportou, no ano passado, US\$6.000.000,00 e possui uma movimentação financeira - não gosto de chamar de faturamento - de R\$210.000.000.000,00 a R\$215.000.000.000,00 projetados para este ano. A movimentação financeira do movimento cooperativista hoje é de R\$210.000.000.000,00 a R\$220.000.000.000,00. Portanto, é importante.

Para se ter uma ideia, hoje, mensuradamente, da safra agrícola brasileira de leite e algodão, falando-se em todos os sentidos, 45% de tudo que se produz passou por uma cooperativa. Então, não dá para dizer que haveria agricultura hoje no Brasil se não fosse a estrutura cooperativa brasileira, mesmo com as dificuldades que temos. Se não fossem as nossas cooperativas, não teríamos a agricultura que temos hoje. Ali está demonstrada a relação das cooperativas por ramo, começando com o setor agropecuário, com 1.500 cooperativas, até as cooperativas de turismo e lazer. São dados para deixarmos como informação na Assembleia. Não vou descrever isso.

Quero encerrar, Deputados, amigos da liderança, Ronaldo Scucato, dizendo que temos o reconhecimento das Nações Unidas, temos garrafa vazia para trocar, temos números e informações, temos o nosso faturamento e a nossa movimentação econômica e social. Está na hora de o cooperativismo se fazer um pouco mais presente nas atividades e influenciar mais as políticas públicas. Um setor que representa 33 milhões de brasileiros e que movimenta R\$210.000.000.000,00 precisa de política pública para atender as suas necessidades. E política pública não cai do céu. Sabemos que estamos em uma Casa política. A política reage, dificilmente age. Então devemos ter a capacidade de usar essa nossa rede para nos articularmos e termos representantes legítimos nas esferas políticas do Brasil, em todas as áreas. Nos Municípios, nas Câmaras de Vereadores, nas Assembleias Legislativas e na Câmara Federal, em Brasília, precisamos ter gente nossa, gente como vocês que estão aqui, que assumiram compromissos com o cooperativismo. Como vocês assumiram compromissos com o cooperativismo, as nossas cooperativas têm a obrigação de assumir compromissos com vocês e cobrar ações regulamentadas, articuladas, que possam levar a um desenvolvimento melhor das cooperativas, para que tornem a dar retornos que realmente valiam a pena.

O lema do ano internacional das cooperativas é que cooperativas constroem um mundo melhor. Não tenho dúvida disso. Precisamos fazer que governos, governantes e políticos também não tenham dúvida disso, porque, realmente, as cooperativas constroem um mundo melhor. Mais uma vez, agradeço a oportunidade, coloco-me à disposição e peço desculpas por extrapolar o tempo, Deputado.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

Palavras do Deputado Antônio Carlos Arantes

Este horário seria do Deputado Federal Carlos Melles, Secretário de Obras do Estado, mas, a pedido do Governador, ele está participando do Sindicato de Arquitetura e Engenharia - Sinaenco - falando sobre o estágio das obras da Copa do Mundo. Como, a pedido do Governador, o Secretário deveria estar lá, falaremos sobre o trabalho da nossa Frencoop. Entretanto, antes disso, a Assembleia gostaria de agradecer ao Dr. Julio Gushiken, Gerente Executivo de Relações Institucionais da Ocesp, em São Paulo, que está participando deste ciclo de debates conosco.

Rapidamente lerei a fala do Secretário Carlos Melles e depois entrarei na minha palestra. (- Lê:)

"Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Deputado e amigo Dinis Pinheiro, a quem cumprimento muito especialmente e em sua pessoa transmito uma saudação calorosa aos parlamentares, líderes cooperativistas de todos os segmentos e lideranças classistas, reunidos neste momento especial para o cooperativismo no Parlamento mineiro.

Senhoras e senhores, esta é a primeira vez na história que um ano é dedicado ao setor cooperativista, por força de resolução da Organização das Nações Unidas - ONU -, sobre 'Cooperativas e desenvolvimento social', que declarou 2012 como o Ano Internacional do Cooperativismo. Diante desse momento único, este encontro na Assembleia se reveste de maior importância, pois dá a dimensão do cooperativismo e nos permite uma reflexão ampla sobre sua importância em nossas vidas.

Neste ato em que discutimos cooperativismo e política, recordo-me com emoção do encontro que tivemos com o Papa João Paulo II em Roma, em 1998, quando ele manifestou ser a política autêntica um verdadeiro serviço ao bem comum. Servir é igualmente a



missão do cooperativismo, o poder da cooperação como fator transformador do crescimento econômico e social, tendo no homem o seu foco principal. Então, política e cooperativismo são forças que se completam em favor da justiça social e da solidariedade.

Sempre é importante destacar que cooperar é, de fato, um ato cristão. Nos últimos tempos, fala-se cada vez mais da necessidade de sermos solidários, de unirmos esforços, de trabalharmos em conjunto, de exercitarmos a parceria. Esses valores e conceitos são a essência do cooperativismo. Originalmente, onde estivesse o sistema cooperativo estaria o espírito solidário, a justiça social. Nos tempos modernos, meus caros companheiros de Parlamento, o cooperativismo é personagem importante na busca de soluções nos centros urbanos e no meio rural. Quero testemunhar que, em minha trajetória de vida pública, nos diversos cargos e funções que ocupei, o cooperativismo e os fundamentos cristãos foram e continuam sendo balizadores, norteadores para cumprir a missão de servir ao próximo.

Tenho o orgulho e a responsabilidade de ser um dos poucos Deputados que preside uma cooperativa de café - a Cooparaíso - há 25 anos. Portanto, estou convicto de que ou cooperamos ou não andamos. Somos testemunhas, cada vez mais, do avanço do sistema cooperativo de trabalho, de crédito, de ensino, de serviços, de transporte, de habitação, de saúde, entre tantos outros, além das cooperativas de produção, segmento de maior tradição no Brasil.

No Congresso Nacional, o sistema cooperativista está legitimamente representado por intermédio da Frente Parlamentar do Cooperativismo, a Frencoop, frente que tive a honra e a responsabilidade de poder organizar com os companheiros em 1995, em meu primeiro mandato, e que hoje é uma das frentes mais atuantes desta Casa, tendo se estendido, felizmente, pelo País, haja vista sua força aqui também no Legislativo mineiro.

Antes de organizarmos a Frencoop em 1995, é preciso fazer um registro histórico, e me remeto à Constituinte de 1988, quando alguns valerosos companheiros, como Roberto Rodrigues, Alysson Paulinelli e o falecido Senador Jonas Pinheiro, que se encontravam no Congresso Nacional, conseguiram sustentar pontos que defendiam não apenas o cooperativismo, mas também o ramo mais importante social e economicamente: a produção do agronegócio.

Quero relembrar neste encontro, em que participo do painel 'Cooperativismo e política: duas forças que se completam', justamente as grandes conquistas motivadas pela organização dos Deputados e Senadores na Frente Parlamentar do Cooperativismo, a Frencoop. Criamos a Frencoop em 1995, com 180 parlamentares, e hoje são 340. Com essa organização, conseguimos a criação do Conselho Deliberativo da Política Cafeeira, o CDPC, e também do Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária - Recoop -; criamos o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP -, e o Banco Nacional de Cooperativismo - Bancoob - também foi fruto da organização da frente de Deputados e Senadores, em parceria com o setor cooperativista. Quero ainda destacar a securitização das dívidas como início de um processo de reorganização do setor agropecuário e que deu fôlego ao produtor naquele momento, em 1997 e 1998, e que hoje é motivo de permanecermos unidos até que uma política efetiva seja apresentada para a agropecuária.

Conquistas como o Pronaf, o Procap e o Moderfrota são igualmente frutos oriundos do debate político produtivo e solidário proporcionado pelo espírito cooperativista. Enfim, como viram, muitas foram e são as lutas. Não posso, neste dia, omitir um outro grande desafio para nós, qual seja, o rejuvenescimento da legislação brasileira sobre o cooperativismo, que está ultrapassada, é de 1971. Outro desafio é qualificar, cada vez mais, a gestão das organizações. Desta forma, neste encontro da maior importância, devemos sair com o espírito fortalecido para a cooperação, para o fortalecimento das cooperativas, pois as sociedades cooperativas despontam não como alternativas, mas como imperativos de um modelo de desenvolvimento mais compatível com o anseio de sociedades mais justas e solidárias.

Ao encerrar, gostaria de reafirmar minha fé no futuro do cooperativismo, citando uma frase muito feliz do grande estadista brasileiro, ex-Presidente Tancredo Neves, que disse: 'Na cooperativa ninguém perde a sua liberdade; a cooperativa é, em suma, a associação das liberdades'. Deputado Federal Carlos Melles."

Quero agradecer também a presença do Fábio, da Fetrabalho. A Frente Parlamentar do Cooperativismo de Minas Gerais - Frencoop - foi formada a partir da mobilização das lideranças cooperativas mineiras junto à ALMG e, em audiência com o Presidente da Casa, solicitaram a constituição da mesma. Na época, tivemos muito a participação do Deputado Paulo Piau. Hoje, quem ganhou muito foi Uberaba, que o elegeu Prefeito. O nosso setor vai sentir a falta dessa importante pessoa, embora tenhamos muita gente boa lá. Mas o Paulo Piau realmente faz a diferença.

A Frencoop foi lançada há 15 anos, no II Seminário Mineiro de Cooperativas de Crédito Mútuo, realizado em outubro de 1997, na Universidade Federal de Lavras e, logo em seguida, instalada na ALMG, em reunião conjunta dos parlamentares e lideranças cooperativistas na sede da Assembleia Legislativa. Suas principais realizações foram as Leis nºs 12.989, de 1998, 13.741, de 2000 e 14.001, de 2001. Essas três leis permitem a renegociação e o parcelamento em até cem vezes dos valores de dívidas de cooperativas com o Fisco Estadual, além da anistia de multas de mora, isolada e de revalidação e dos juros moratórios. Foi um avanço importante no endividamento de cooperativas com o Fisco Estadual.

A Lei nº 13.722, de 2000 permitiu ao servidor público receber salários, pagamentos, proventos e pensões por intermédio de cooperativas de crédito. Foi uma ação também importante para o fortalecimento de nossas cooperativas de crédito, principalmente nas cidades do interior que não possuem banco. Nessas cidades as cooperativas de crédito puderam fazer esse trabalho. A Emenda à Constituição do Estado nº 53, de 2002 possibilitou o recolhimento de tributos e demais receitas públicas do Estado por cooperativas de crédito, permitindo que elas sejam agentes de tributos estaduais. Outra conquista importante também para o cooperativismo através da nossa Frencoop.

A Lei nº 14.200, de 2002 dispõe sobre as atividades das empresas de asseio e conservação e dá outras providências. Era uma lei existente, mas havia aqui, na Assembleia, uma movimentação, talvez defendendo alguns interesses, para acabar com isso. Faria com que várias cooperativas de trabalho perdessem a possibilidade de prestação de serviços e de uma série de oportunidades de trabalho. A reação dos Deputados da Frencoop permitiu a manutenção dos interesses das cooperativas e dos trabalhadores. A inclusão da Ocemg e do Sebrae no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado foi feita através da Lei nº 14.943.

A Lei nº 15.025, de 2004 e o Decreto nº 43.723, de 2004 dispõem sobre a consignação em folha de pagamento de servidor público ativo, inativo e pensionista do Estado e dá outras providências. Foi também uma forma de fortalecer o cooperativismo e, ao mesmo tempo, o próprio servidor público, porque a cooperativa é a casa dele, onde normalmente a atenção é maior. A Lei nº 15.075, de 2004 e o Decreto nº 44.009, de 2005 instituíram a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo, sancionada em memorável ato solene do ex-Governador Aécio Neves no Palácio da Liberdade. Para que vejam a importância dessa lei, o próprio ex-Governador Aécio Neves fez questão de fazer a assinatura lá no Palácio da Liberdade. Isso mostra que o governo mineiro realmente tem um espírito cooperativista.

Principais pontos da lei mineira de cooperativismo: estabelecer a inclusão de conteúdos e atividades sobre o cooperativismo nas escolas estaduais de ensino médio. O João Carlos já dá uma aula disso em São Roque. Hoje, qualquer escola deveria ter o cooperativismo em seu currículo. Então precisamos criar, cada dia mais, uma mentalidade cooperativista e promover nossas escolas. Essa é uma ação apoiada pela Frencoop e pelo governo do Estado. Garantiu à Ocemg a designação de um vogal na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – Jucemg. Essa também foi uma ação importante para o nosso cooperativismo. Criou o Fundo de Apoio ao Cooperativismo do Estado de Minas Gerais – Fundecoop -, que hoje é legal. Precisamos alimentar nosso Fundo. Ele já existe, mas ainda está meio vazio. Precisamos colocar recursos nesse fundo. Instituiu o Conselho Estadual do Cooperativismo – Cecoop, na estrutura da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico. O Dr. João Neiva tem feito um bellissimo trabalho conosco. O Dr. Marco Antônio Rodrigues preside esse Conselho, no qual nos reunimos quase todo mês para discutir problemas e ações. Temos conseguido bastantes avanços em nosso Cecoop. Também faço parte desse Conselho.

Garantiu a participação de cooperativas em licitações da administração pública, em igualdade de condições com os demais participantes, ação que é defendida até hoje junto ao Tribunal de Contas do Estado. Isso é recente. Foi uma das nossas batalhas na Assembleia. Havia uma grande contradição. As cooperativas deveriam ter atenção diferenciada. Não direi “privilégio”, mas deveria haver uma preferência quando da participação das licitações públicas. No entanto, pelo contrário, elas estavam sendo impedidas de participar dessas licitações públicas. Deve-se promover a igualdade e a distribuição de renda. Nas cooperativas estão seus associados, que dela participam. Por meio de uma ação ativa da Frente, coordenada junto à nossa Ocemg - não é, Dr. Ronaldo? -, conseguimos viabilizar a participação. Hoje isso já não é mais problema. Cooperativa nenhuma podia participar de licitações na Copasa, o que hoje já é possível. Autorizou as cooperativas de crédito a recolher tributos estaduais com remuneração pela prestação do serviço. Essa foi uma forma de ampliar os serviços das nossas cooperativas de crédito. Estabeleceu diretrizes para o poder público criar condições que possibilitem aos servidores públicos ativos e inativos e aos pensionistas receberem remuneração, provento ou pensão por meio de cooperativa de crédito. Esse foi outro grande avanço que deu igualdade às cooperativas, a fim de que tivessem todo esse público para o qual prestar serviço. Isso é muito importante para os servidores também.

Resolução da Assembleia Legislativa nº 5.229/2005, que incluiu o tema “cooperativismo” como comissão permanente na Assembleia Legislativa, na Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo. O cooperativismo era tratado, nas comissões, de forma secundária. Ele não era titular. Estamos viabilizando a titularidade do cooperativismo junto às comissões permanentes desta Casa. Requerimento à Mesa da Assembleia foi aprovado em Plenário. Conseguiu-se a instalação da Comissão Especial do Cooperativismo. Foi feito um amplo diagnóstico do setor no Estado, retratando os 13 ramos do cooperativismo. Na nossa Frente Parlamentar, há 13 ramos. Um parlamentar está à frente de cada ramo.

Proposta, apresentada pela Frencoop e acatada pelo Poder Executivo em lei delegada, transferiu a Superintendência do Cooperativismo da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - Sedese - para a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, tratando o cooperativismo como economia, e não, como assistência social e filantropismo. Essa também foi uma forma de valorização. Uma cooperativa, como a Cooparaiso, promove o progresso, o desenvolvimento. Ela não está ali para fazer ação social para pessoas que não têm acesso a emprego e a trabalho. No nosso entendimento, havia uma contradição a toda a proposta do cooperativismo. Hoje cooperativismo é promoção do progresso e do desenvolvimento. Onde há progresso e desenvolvimento, é fácil fazer o social.

Participação efetiva na criação de Frencoops municipais em Ituiutaba, Uberaba, Cássia, Gurinhatã. Já iniciou tratativas para a criação da Frente Parlamentar do Cooperativismo na Câmara Municipal de Belo Horizonte. Com a eleição do Vereador Wendel, com quem temos uma ligação próxima e que foi apoiado por nós, vamos trabalhar com ele e com outros Vereadores para que se crie também a Frente Parlamentar do Cooperativismo na Câmara Municipal de Belo Horizonte.

Aqui está a antiga logomarca da Frencoop e a atual, que insere o símbolo universal do cooperativismo dentro do Parlamento mineiro. Frente Parlamentar do Cooperativismo de Minas Gerais - Frencoop-MG. A composição da Frencoop é representada por 61 Deputados entre os 77, o que demonstra grande força do cooperativismo no Poder Legislativo Estadual. A diretoria da Frencoop 2011-2015 é: como Presidente, eu, Deputado Antônio Carlos Arantes; o 1º-Vice-Presidente, o Deputado Anselmo José Domingos, que faz um bellissimo trabalho, com o Deputado Fabiano Tolentino, que, além de ser 2º-Vice-Presidente, é membro da Comissão de Agropecuária da Assembleia e um Deputado bastante atuante. A coordenação da Frencoop 2011-2015 é: coordenador-geral - será eleito novo parlamentar com a ida do Deputado Doutor Viana, efetivo da Frente, para o Tribunal de Contas; coordenador do ramo de crédito: Deputado José Henrique; coordenador do ramo de saúde: Deputado Rômulo Viegas; coordenador do ramo agropecuário: Deputado Romel Anízio, do Triângulo Mineiro; coordenadora do ramo do trabalho: Deputada Rosângela Reis; e coordenador do ramo educacional: Deputado Bosco.

Para encerrar, quero fazer uns complementos. Primeiramente, agradeço ao Dr. Márcio Lopes de Freitas por vir enriquecer o nosso ciclo de debates. A sua vinda foi muito importante, porque o senhor representa a maior força do cooperativismo no Brasil, a nossa OCB, que faz um bellissimo trabalho. Agradeço ao Dr. Ronaldo Scucato, que, desde a nossa primeira iniciativa, não teve dúvida da participação, da parceria e da ação - por isso deu certo; ao Deputado Anselmo, parceiro de primeira hora, de todos os níveis deste evento e de todas as ações do cooperativismo realizadas aqui; ao Dr. João Neiva, que também é parceiro do SESCOOP; e ao Dr. Alysso Paulinelli. Vou antecipar minha fala para deixá-lo falar um pouco mais.



Dr. Alysso Paulinelli, há pouco tempo estava vindo de Sacramento, da região do Triângulo; vi aqueles baixadões bonitos e lembrei-me do senhor. Aquelas áreas, no passado, eram improdutivas e de pouco valor econômico. Hoje, são áreas muito produtivas, cujo valor econômico é um dos maiores do mundo. Parabéns, Dr. Alysso. Realmente o senhor fez a diferença no País e no mundo. Atualmente a agricultura brasileira é respeitada em todo o mundo. E o senhor foi a pessoa mais importante de todo esse processo de transformação da agricultura brasileira. Aliás, o Dr. Márcio de Freitas fez questão de dizer isso.

Para encerrar, temos de comemorar o fato de a ONU entender a importância do cooperativismo no mundo e dedicar este ano ao cooperativismo. É importante analisarmos que esse é o caminho e reconhecermos que os avanços são grandes. Precisamos estar juntos cada vez mais. Neste mundo capitalista, no sistema globalizado, a cada dia, ficamos “mais pequenos”. O homem virou uma máquina: sempre tem de produzir mais e ganhar menos. E para que ele se torne grande, não há outro caminho - não conheço - a não ser por meio do cooperativismo. E mesmo assim estamos vendo muitos setores passando ainda por muitas dificuldades, o que nos preocupa muito. O Clóvis está me olhando e sabe que essa é uma realidade. O Clóvis é de Lavras. No setor de leite, se o governo federal - Dr. Márcio, sei da sua preocupação e da sua luta - não reagir, muitas cooperativas vão desaparecer. Atualmente elas estão no vermelho, não por falta de competência, mas porque as contas não fecham.

Os grandes laticínios estão ficando pequenos. Hoje vemos a indústria do leite em situação complicadíssima. Se não houver uma ação de proteção aos produtores e às cooperativas por parte do governo federal, o brasileiro pagará caro, o leite encarecerá ainda mais, o pequeno produtor será extinto e apenas os grandes ficarão. Temos essa preocupação, já fomos à Secretaria de Fazenda, já discutimos o assunto e sabemos que a ação maior cabe ao governo federal. A Frencoop e o setor cooperativista têm de agir. Caso contrário, será tarde. O custo de produção sobe a cada dia. Esta semana, fui comprar fertilizante e vi como o preço subiu. Mas os preços dos nossos produtos não subiram. Ao contrário, estão caindo, como o do café. Essa é outra grande preocupação. O cooperativismo nessa hora é decisivo.

Vemos ainda a seca no Norte de Minas. Assisti hoje ao “Globo Rural”, às 6 horas da manhã. A cooperativa de Montes Claros, que captava 150 mil litros, hoje está captando 50 mil litros. Os produtores estão acabando com seus alimentos e daqui a alguns dias poderão não existir mais. O Heli está aqui e sabe muito bem quais são as dificuldades.

O governo federal anuncia que está preocupado com os produtores e oferecerá benefícios, como o pagamento de R\$80,00 em dois meses. É brincadeira. Melhor não fazer nada. Cento e sessenta reais a mais, para quem já está morrendo, não mudarão nada. É humilhação. No domingo, o programa “Globo Rural” mostrou a entrega do milho a preço mínimo pela Conab. A pessoa faz 10 viagens ao Nordeste para ir até a Conab, pega um documento, vai não sei aonde, volta à Conab, fica na fila, não pode sequer entrar no pátio. Que humilhação! Será que é esse o produtor que o Brasil quer? Temos de repensar as políticas, fazer pressão e perguntar ao governo federal que produtor ele quer que produza os alimentos para o povo brasileiro.

O Renato, da nossa querida Patrocínio, está aqui. Ele é produtor de uma região que é modelo e sabe quanto custa produzir 1 litro de leite. Além disso, precisa competir com os produtos importados. São essas as nossas preocupações. A Frencoop continuará lutando para ser parceira, ver um horizonte melhor e lutar para que as nossas cooperativas continuem de portas abertas, buscando mais associados, ampliando a captação de leite e colocando um produto de qualidade e com preço justo no mercado brasileiro, remunerando bem o produtor. Que a nossa indústria possa aparelhar-se cada vez mais e se tornar competitiva. Muito obrigado.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de “slides”.

O Sr. Presidente - Agradeço a oportunidade de estar com vocês. Agradeço ainda ao Ronaldo Scucato, que sempre nos recebe muito bem. É um prazer conhecer o Márcio. O João Neiva é representante do governo. Faço uma saudação especial ao Ministro Alysso Paulinelli. Sou de Campos Altos, região que se transformou a partir da iniciativa de se levar a Cotia e hoje é bem desenvolvida, houve grandes projetos.

O nosso cerrado lá, que não tinha valor algum, passou a ter. Meus avós e meu bisavô plantavam café nas encostas. Hoje a encosta é praticamente preservada, e o café é plantado em outros locais, nas planícies. Portanto, ficamos muito satisfeitos com a valorização que houve de toda a região: Santa Rosa da Serra, São Gotardo, Ibiá, chegando até Patrocínio, Passos. Então, toda a região sofreu uma influência muito grande com aquele projeto. Conforme o Deputado Antônio Carlos Arantes destacou aqui, trata-se de um reflexo não só para lá, mas para o Brasil inteiro.

Gostaria de aproveitar a ocasião – afinal, temos poucos momentos da vida para agradecer as ações que se perpetuam no tempo. Isso aconteceu no início da década de 70. Eu era menino e me lembro bem; aliás, fui lá visitar. Tantos anos depois, hoje temos oportunidade de agradecer o trabalho que foi realizado, que está trazendo frutos e que certamente dará muito mais cenoura, batata, café, soja e milho. Realmente a região foi muito beneficiada. Muito obrigado a todos pela oportunidade de tratarmos desse assunto. Continuaremos juntos. Neste momento passo a coordenação dos trabalhos ao Deputado Antônio Carlos Arantes.

O Sr. Presidente (Deputado Antônio Carlos Arantes) - Muito obrigado, Deputado Anselmo José Domingos. Passarei a palavra ao nosso eterno Ministro Alysso Paulinelli. O senhor terá 20 minutos, mas, como já antecipei a minha fala, poderá estender-se um pouco mais. Depois te cobro, viu?

Palavras do Sr. Alysso Paulinelli

Cumprimento o Exmo. Sr. Deputado Antônio Carlos Arantes, que, com muita honra, neste momento preside uma memorável sessão em homenagem ao cooperativismo de Minas Gerais. Srs. Deputados, gostaria de pedir permissão para cumprimentar a Mesa e todos os presentes na figura de um jovem que aqui está e que respeito muito, o nosso Presidente da OCB. Conheci o Dr. Márcio Lopes de Freitas em um episódio muito interessante. A admiração que tenho pelo Roberto Rodrigues é inabalável. Considero-o um irmão porque o pai dele foi um dos principais conselheiros que tive, ainda muito jovem, em um Ministério complicado, que poucos duvidavam que tivéssemos condições de administrá-lo. Portanto, o pai do Roberto foi muito mais do que generoso comigo. Ele era um grande conselheiro, um segundo pai que tive.



Quis o destino que, na década de 80, eu conhecesse e me aproximasse muito do filho dele, o Dr. Roberto, que era o Presidente da OCB. Fiquei muito preocupado quando o Roberto me disse que iria sair, que tinha outros compromissos, etc. Depois ele me disse o seguinte: “Fique tranquilo porque estamos trazendo para cá o filho de um grande amigo seu que prestará um grande serviço ao cooperativismo brasileiro. Quero que você o conheça”. Foi assim, Márcio, levado pela mão do Roberto, que conheci essa figura por quem tenho respeito e admiração, como temos pelo Scucato em Minas. Tenho um profundo respeito pelo Márcio, pois ando por este país inteiro e sei o que ele está fazendo. Nada melhor do que a Assembleia Legislativa de Minas Gerais trazê-lo aqui para ter a oportunidade de mostrar o que é o cooperativismo brasileiro, a convicção e a fé que tem nesse movimento e o que pode o cooperativismo brasileiro fazer para que este País continue a crescer. Portanto gostaria, na minha fala, de homenagear o Dr. Márcio Lopes de Freitas.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, meu amigos que estão aqui, quase todos grandes companheiros de longas lutas, quero agradecer a oportunidade de vir falar hoje sobre dois temas que são fundamentais para o País: o cooperativismo e o movimento preservacionista e conservacionista que o Brasil vem assumindo nos últimos anos. Quanto ao primeiro, creio que os senhores já tiveram uma ideia do potencial do que temos no Brasil. Se os senhores observarem, aqui também o cooperativismo tem assumido uma posição de trincheira na luta pela preservação dos valores individuais.

O nosso querido Secretário Carlos Melles lembrou uma frase de que não me esqueço, cunhada na cabeça do grande Tancredo Neves. Estando aqui na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, creio que nada melhor do que repeti-la. Tancredo disse que a cooperativa é um movimento da liberdade individual de cada participante e que a cooperativa, portanto, é a união das liberdades. Ele que tinha fixação pela liberdade do povo brasileiro. É impressionante essa definição.

Se tivermos oportunidade de conhecer as diversas cooperativas que se espalham pelo Brasil em todos os segmentos da produção, especialmente no rural, veremos como é importante esse movimento. As dimensões continentais deste país nos colocam distantes uns dos outros, com dificuldades extremas em logística, em serviços, essenciais a nossa produção, mas as cooperativas têm conseguido exercer o papel moderador unindo todos os seus participantes não pelo valor de sua produção, não pela riqueza de cada um, mas pela pessoa, pelo respeito que se dá ao indivíduo que decide participar desse fabuloso movimento que no mundo hoje representa muito.

Se o cooperativismo foi uma barreira ao avanço de um comunismo extremista, está sendo também, Dr. Márcio, uma trincheira e um avanço de um capitalismo avassalador. É a moderação e precisa, por isso, ser reconhecido. No Brasil, temos de nos orgulhar, pois há uma liderança, no cooperativismo, graças a Deus, reconhecida na pessoa de nosso querido Roberto. A sua presença tem sido de capital importância no movimento cooperativista internacional. Ainda agora, como Embaixador da FAO, está exercendo um papel de suprema importância na abertura de novas frentes em que se conjugam o econômico e o social no mesmo diapasão. Nós, brasileiros, temos de nos orgulhar disso. Devemos reverenciar a pessoa do Dr. Roberto Rodrigues, um paradigma que o País tem. O cooperativismo brasileiro representa muito na soma do esforço individual de cada um. Diria até mais: o sofrimento individual de cada produtor está ajudando a sustentar este País, em um dos períodos de maior crise. Praticamente incólume, o Brasil hoje é indiscutivelmente um exemplo ao mundo que se debate diante de uma das mais graves crises internacionais.

Falou-se aqui de maneira muito objetiva. Estamos na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, um Estado pioneiro. Há a necessidade do reconhecimento desse movimento e da re colocação das políticas públicas para evitar os danos irreparáveis que estão ocorrendo ainda em muitos dos segmentos do cooperativismo brasileiro. O Estado de Minas Gerais, que detém hoje mais de 30% da população de leite, sofre as consequências de um abandono na produção dos principais produtos da alimentação, produção que deveria ser estratégica. É estranho porque estratégica tem sido a importação de um leite, em um sistema de “bypass”, que nos assusta e destrói o produtor brasileiro. Parece que não há o reconhecimento de que, na maioria das cooperativas - e estou vendo várias ligadas ao leite -, o leite é o salário da família que ali vive. Não havendo renda, não há salário. Ainda nesse fim de semana, visitando o meu vizinho, que com a família é um dos exemplares tiradores de leite, ouvi dele, pesaroso: “Doutor, essas vacas estão comendo as outras”. Perguntei que história era aquela. Ele está vendendo as vacas para que as que restarem não morram, e ele terá de recompor o seu rebanho.

Espero que essa advertência chegue aos ouvidos dos nossos Deputados e governantes, porque Minas é a principal bacia leiteira do País, por isso tem a responsabilidade de liderar um movimento para evitar uma catástrofe, o abandono da pecuária leiteira, como está ocorrendo. Temos de repensar a política do leite e de outros produtos, porque o produtor nada tem a ver com a comercialização nem as cooperativas estão sendo capazes de influenciá-la. Isso tem de ser revisto.

Pensar que hoje o invólucro do produto vale mais que o que se paga para o produtor é espantoso. Será que não temos de chamar a atenção para a situação das empresas que vendem invólucros e das que vendem conteúdo? Creio que há necessidade, sim, companheiros, de um grito de advertência. Os governos socialistas como se anunciam parecem não conhecer o sistema produtivo brasileiro. Isso nos enerva e entristece. Não quero que essa nossa fala se projete como uma crítica apenas, mas como uma advertência, porque quem vai pagar por isso, no final das contas, é o consumidor que vai voltar a tomar leite importado, como aconteceu na década de 70. A metade do leite consumido no Brasil era leite reconstruído vindo da Europa, com cinco anos de idade, apropriado para se fazer ração animal. O Brasil comprava esse leite que era reconstituído e entregue à população. Provavelmente não tenha tantos anos de vida, mas tenho certeza de que ainda voltarei a ver esse quadro se não houver um reconhecimento e medidas imediatas.

O outro ponto que gostaria de realçar diz respeito à preservação dos nossos recursos naturais, mal posta na discussão nacional. O que o País acabou de fazer numa discussão pífia e ignorante nos envergonha. Aliás, isso envolveu inclusive a própria Presidenta da República. Estou falando da votação do Código Florestal. Como estabelecer uma lei que englobe tudo para um país como o Brasil, que tem distintamente pelo menos seis biomas?

Meus amigos, esta semana escrevi um artigo dizendo que espero também um código urbano. Entretanto espero que, no código urbano, não sejam estabelecidas as mesmas regras para São Paulo - uma cidade com 22 milhões de habitantes - e para o Município de Picos, no Piauí. Isso porque os princípios são absolutamente iguais. Como estabelecer as mesmas regras para o bioma da Amazônia e



para o semiárido brasileiro? Isso estabelece uma discussão absolutamente ignorante: se 25m, se 20m, se 15m. Isso denegriu o Brasil lá fora, pois um governo inteiro joga com seu prestígio para dizer que são 15m, e não 10m.

Enquanto isso, temos aqui a instituição de maior prestígio internacional, reconhecida não por mim, que ajudei a criá-la, mas pelo Sr. Barack Obama, que veio ao Brasil dizer: “Não vim aqui para trazer benefício, vim aqui para pedir ao Brasil que ajude o mundo. Aqui vocês desenvolveram a tecnologia da produção de uma agricultura tropical que o mundo não conhece, a única capaz de fornecer alimentos com preservação ambiental e energia renovável, o que é desejado pelo mundo. Ajudem seus vizinhos da América Latina” - palavras dele. “Ajudem seus irmãos da África” - expressão do Lula. Ajudem os outros povos tropicais que não têm esse conhecimento. É esse país reconhecido lá fora pelo homem da maior potência, que vem a público, com sua maior autoridade, estabelecer um pífio diálogo de brigas, de desentendimentos para dizer que são 15m, e não 10m, não permitindo que a Embrapa fosse pelo menos consultada. Será que é isso que faremos no Brasil?

Embora meu tempo tenha terminado, peço ao Presidente para citar um exemplo ocorrido comigo, que deve ser alardeado. Em 1974, conseguimos uma autorização para contratar os primeiros mil profissionais que iriam montar a estrutura da Embrapa. Numa luta infernal com o antigo Departamento de Administração de Pessoal – Dasp -, após dois meses conseguimos que aqueles que tinham pós-graduação entrassem direto, enquanto os que não tinham fossem classificados para fazer os cursos onde existissem. Pasmem, em 1974. Esse concurso foi alardeado no Brasil e no exterior, tanto que apareceram três estrangeiros e um naturalizado. Apenas 52 profissionais tinham curso de pós-graduação naquela época. Fomos obrigadas a recebê-los todos. Mais de 900 da Embrapa foram fazer seus cursos fora, 460 das instituições estaduais e 92 professores. Foram lá fora para conhecer a ciência em seu mais alto grau, mais tecnologia e inovação a ser aplicada no bioma brasileiro. Os senhores sabem que isso deu certo: o Brasil criou em pouco mais de 20 anos o que o mundo levou 4 mil anos para fazer, e fizemos melhor.

Meus amigos, hoje o Brasil já forma 12.500 doutores por ano, mais de 3.000 nas áreas de Ciências Agrárias e Biológicas, que estão aí à disposição do País, para buscar e conhecer as riquezas que Deus nos deu. Outro dia, fazendo uma palestra na Embrapa, eu fui advertido. A minha sensação é a de que hoje, ao abrir uma vaga na Embrapa, devem aparecer mais de 53 doutores ou pós-graduados que, na década de 1970, corrigiram-me. A cada vaga aparecem mais de 150 doutores na disputa do cargo. Alguns deles prestam concursos para cargos que nada tem a ver com seu conhecimento. Será que nós, brasileiros, podemos continuar a promover esse desperdício e aplaudir intensamente a decisão da Presidente no seu programa de Ciência sem Fronteira? Ela disse que quer treinar 7 mil doutores lá fora. Parabéns! A minha preocupação é com o destino dessas pessoas que estão sendo capacitadas, que serão motoristas de táxi ou de caminhão, como estamos vendo hoje, como ocorre com alguns que aqui se formaram; ou se teremos programas de pesquisas, articulados em verdadeiras plataformas voltadas a que sejamos capazes de conhecer pelo menos os seis biomas principais que temos: Amazônia, o trópico semiárido no Nordeste, o cerrado, a mata atlântica, os pampas, e a região úmida do Pantanal. Será que não seremos capazes de conhecer esses biomas?

Meus amigos, estão colocando em uma discussão séria como esta que o mundo hoje depende do pior viés político, o viés ideológico, para deturpar o que já conseguimos fazer. Não podemos aceitar isso. A intocabilidade defendida por muitos, em nossos recursos naturais, significa ignorância. A capacidade e a competência geradas pelo conhecimento são a única forma de identificarmos os recursos naturais que recebemos de Deus, os quais não podemos destruir nem abandonar.

O mundo hoje está muito carente. Vejam esta advertência: o mundo hoje está muito carente dos recursos naturais, que já são escassos. E aqueles que adotarem as teses errôneas da intocabilidade desses recursos deverão, provavelmente em pouco tempo, perdê-los para os que forem competentes e capazes de manejá-los adequadamente. Não há outra alternativa. Entendo como competência conservacionista a nossa capacidade de conhecer esses biomas e saber como manejá-los, os seus e os nossos recursos naturais, que são a água, o solo, a planta e os animais, sem destruí-los, mas, pelo menos, tirando deles as riquezas que Deus nos deu. Imaginar a Amazônia brasileira, hoje com 22 milhões de habitantes - defino de forma diferente, o trópico úmido brasileiro tem 12 milhões -, sem nenhuma capacidade de conhecimento para o manejo desses recursos, é condená-la à miséria, à ignorância e à incompetência.

Agradeço à Assembleia por este convite que me fizeram, tocando em dois assuntos tão importantes para o nosso país nos dias de hoje. Esta é a Casa onde Minas precisa fazer, mais uma vez, valer a liderança que teve e que deve continuar a ter no cenário nacional, para apresentar teses objetivas, que não sejam as manipulações que estamos vendo. Em que país deu certo a formação de regras absolutamente estapafúrdias? Controlá-las por um fiscalismo incompetente, que na maioria das vezes só leva à corrupção e ao roubo.

Meus amigos, agradeço, peço perdão pelo exagero do tempo, mas entendi que precisaria deixar aqui a voz de quem já caminhou na sua profissão por 52 anos. E espero, se Deus me der vida e saúde, continuar a caminhar. Mas creio que tenho a responsabilidade de advertir, especialmente uma Casa, uma escola política como esta, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, para que daqui surjam os primeiros gritos libertários que Tancredo tanto defendeu. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Edson de Oliveira Braga Filho

Boa tarde a todos e a todas. É um privilégio estar nesta Casa, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Estado onde nasci, Estado onde estou. É um privilégio ver a Assembleia Legislativa de Minas, por meio da iniciativa dos Deputados, proporcionar, neste Ano Internacional das Cooperativas 2012, a inserção de um tema que é muito caro à sociedade brasileira e mundial. Finalizo este evento como um privilégio, após ouvir aulas magnas da mais alta competência, em que todos nós tivemos o privilégio de aprender, e muito, para poder mudar esse processo. Na pessoa do Deputado Antônio Carlos Arantes, quero agradecer esta oportunidade e homenagear o ex-Ministro Alysson Paulinelli; o Sr. Márcio Lopes, da OCB, que realiza um brilhante trabalho; e o Dr. Ronaldo Scucato, Presidente do sistema Ocemg.

O nosso tema é “Sustentabilidade e negócios”. O primeiro ponto a ser discutido e apresentado é a necessidade de termos uma visão realista para este momento que o mundo atravessa. Aliás, uma visão realista dentro de uma nova ordem mundial que começou a ser construída na crise e que foi bem abordada pelo Dr. Márcio em setembro de 2008, num mundo que terá de reconstruir-se novamente. Nessa crise, serão necessários pelo menos mais 10 ou 20 anos para que as coisas comecem a caminhar dentro dessa visão realista,



desse novo momento e dessa nova concepção política, jurídica, econômica, social, ecológica, ambiental e cooperativista em todos os demais segmentos. É preciso termos em mente que cenas como essa não podem se repetir em nosso país. É necessário caminharmos de forma a abordar as questões deste país de maneira mais séria, com políticas mais competentes destinadas a esses interesses.

Temos várias oportunidades que lhes apresento no “designer” gráfico, na mineração, no nióbio. Aliás, aqui faço um pequeno interregno. Somos o único e o maior produtor de nióbio do planeta, e há necessidade de tecnologia para a produção de aeronaves e estações espaciais. Todos esse itens - petróleo, energias alternativas, agronegócio, habitação, turismo e indústria - são oportunidades para que o cooperativismo esteja presente, assuma seu lugar, seu papel e seu momento de inserção social, de busca pela geração de empregos, lucratividade ou sobra para a comunidade como um todo, numa interligação que veremos mais à frente em relação à questão ambiental, o que denominamos de cooperativas ambientais dentro do instituto. Ministro Alysson Paulinelli, esse instituto tem doutores e mestres do mais alto nível e competência nas duas áreas, trabalhando e pesquisando, há seis anos, a implementação de cooperativas ambientais em nosso país. Ainda temos a fusão do que exponho e as cooperativas ambientais, a política nacional de meio ambiente, que é datada de 1981, e a do cooperativismo, que é 10 anos anterior e vem numa visão realista há muito tempo.

A fala que foi mencionada pelo Ministro de Tancredo Neves demonstra exatamente a visão de futuro para uma nova ordem que já se vinha formando. A política nacional de resíduos sólidos está aí para ser implementada. A maioria dos Municípios brasileiros sequer conseguiu alcançar qualquer coisa nesse sentido. O Ministério Público vem - e continuará - autuando os Municípios principalmente pelo não cumprimento. A Capital de São Paulo não conseguiu alcançar 10% da meta de desenvolvimento. Como foi citado, as cooperativas ambientais estão presentes efetivamente na concepção da criação e da aplicação da política nacional de resíduos sólidos, bem como da logística reversa, que é outra oportunidade de se colocar para o cooperativismo, para abrir nova mentalidade e novas frentes de trabalho e de atuação.

No final deste ano, a cidade de Vitória será a primeira Capital do Brasil a ter 100% de saneamento ambiental. O grande problema agora é fazer com que a população providencie as ligações para essa rede. Então temos de ter acesso à informação, à educação e à cidadania ambientais. Além disso, um mercado inexplorado de crédito de carbono.

O Brasil era o primeiro integrante dos Brics e hoje lamentavelmente é o quarto colocado, senão o último, em decorrência da falta de política que concilie o mercado interno com a política internacional. Temos o mercado de Reed também à disposição. As cooperativas de suinoculturas e cafeiculturas, por uma série de opções, podem estar utilizando o mercado de crédito de carbono e o mercado de Reed como uma alternativa a mais para a produtividade. Temos as florestas plantadas e a questão que o Ministro aborda com muita propriedade. Os recursos hídricos foram abordados de péssima forma na questão do novo Código Florestal sem nenhum estudo.

E aqui me permito um parêntese: chegamos a ter o absurdo, num dos vetos, da informação de que, por falta de informação técnica, veta-se o artigo. Isso é surreal. Não é possível em um país com o nível de doutores, mestres, tecnologias e a respeitabilidade que foi colocada para o mundo, ter uma justificativa dessa num veto presidencial. A biodiversidade brasileira é de uma imensidão sem precedentes no mundo, a ser “devidamente explorada”, no intuito de trazer benefícios, conhecimento técnico e científico em prol do desenvolvimento da sociedade e geração de divisas, geração de lucros e da implementação de uma política nesse sentido, que não é implementada no Brasil. A biodiversidade está à disposição para, usando-se a sabedoria, as técnicas que temos, trazer benefícios, e não da maneira como está no momento.

Com isso, há a questão dos investimentos internos e externos. Enquanto estamos vendo no atual cenário... O Ministro Alysson fala com muita propriedade de um cenário negro, com nuvens e turbulências, o que será realmente catastrófico se não houver uma correção rápida de rota em todos os setores, em alguns mais ainda do que o Ministro Alysson expôs. Temos de observar o crédito agrícola, que é importantíssimo para a produtividade e a inserção do agronegócio.

Outro ponto que precisa ser analisado pelo Itamarati, que é o encarregado dessas negociações e tem um passado e um presente de privilégios muito grandes pela sua alta competência, são as barreiras ambientais ao comércio internacional dos produtos agrícolas. Essa é outra fonte, outro foco que precisa ser discutido, colocado na pauta, apresentado à sociedade organizada como alternativa, como forma de discussão de como fazer, como colocar o nosso produto lá fora.

Aqui estão demonstrados alguns mecanismos, como certificação ambiental. É preciso que notemos um dado interessante. O século XXI é o século de dois fatos: o da área ambiental, e coloco a cooperativa junto, porque para mim as duas áreas trabalham simetricamente; e o da área dos direitos humanos no mundo como um todo, nessa transformação que estamos observando. Temos à disposição tecnologias verdes, que cada vez mais começam a assumir um espaço e a ter uma verdade de ação contínua nesse momento; temos uma nova relação entre consumidor e empresa, que precisa ser analisada nesse contexto como um todo; temos novas gerações sendo formadas, criadas, posicionadas de uma outra forma. Tive o privilégio de conversar lá fora com um parceiro, colega que disse que a filha dele lhe faz questionamentos em relação a essa nova verdade, a essa questão do capitalismo, do Código Florestal, dos momentos e do que ele faz como agronegócio. É preciso haver treinamento, informação nesse sentido. Nessa nova geração, as pessoas vêm muito mais sábias e muito mais rápidas. A tecnologia e a globalização produzem novos conhecimentos a um toque, como estamos fazendo aqui: com um toque aqui, mudo de página, navego, viajo para onde quero. Então, o alcance da nossa mentalidade, o alcance do conhecimento e da informação é muito amplo, precisa ser aplicado através da educação com informação, através da mobilidade urbana com urbanismo, através da saúde, como exposto pelos meus antecessores, da infraestrutura e da logística, que é totalmente inexistente no nosso querido Brasil.

Voltando, estamos tratando de sustentabilidade com negócios. E por que não negócios com sustentabilidade? É uma pergunta que fica no ar: por que não trabalharmos os negócios com sustentabilidade? Por que não trazermos o cooperativismo nessa visão e trazermos a questão ambiental também nesse processo, como muito bem abordado? Para isso precisamos ter políticas públicas integradas. Precisamos primeiramente ter política pública, que não temos política pública no Brasil. O que isso faz? Provoca um vácuo, um eco no pretérito e não traz nenhum benefício; pelo contrário, traz grandes malefícios que custarão às futuras gerações, como diz o art. 225 da Constituição Federal, problemas graves. Como bem dito por todos, o consumidor, o povo pagará esse preço, que é alto, muito alto.



Não estamos numa marolinha, mas muito próximo ao “tsunami” como sociedade, em um processo em que o Brasil é uma das maiores vedetes, uma das maiores vertentes do mundo hoje. Política pública integrada é fundamental para que a sociedade avance. Uma das coisas que sempre repito é que precisamos criar uma agenda positiva. Construir uma agenda de sustentabilidade onde os negócios empresariais e com a visão ampla do gestor público sejam um dos instrumentos na sua composição; uma agenda econômica ambiental empresarial; um aperfeiçoamento da legislação, não o caos que estamos vendo neste país. Devemos respeitar os Poderes devidamente constituídos: Legislativo, Judiciário e Executivo. Com isso, precisamos ter ética, dignidade e consciência da nossa ação como cidadão e cidadã para exigir, por meio dos instrumentos legais e do Estado Democrático de Direito, aquilo a que temos direito como cidadãos deste país.

E aí temos outra palavrinha-chave que parece que esqueceram neste país: “planejamento”. Esse é o segredo. O Brasil não planeja. O Brasil não tem política de governo, não tem política de Estado. Perdemos para o Chile nesse quesito e estamos atrás do Peru em vários índices. Precisamos urgentemente rever o nosso planejamento, o que queremos ser em 2050, quando formos a 5ª economia do Planeta, e temos um IDH que é o 84º. Como queremos trabalhar essas questões que envolvem o crescimento da nação que é a 6ª economia e caminha a passos largos para ser a 5ª economia?

Uma nova ordem realista. A sustentabilidade de negócios necessita de políticas públicas definidas para a possibilidade de inserção e de alavancagem da economia, gerando empregos e renda, lucros e impostos bem-aplicados, a otimizar a “expansão do desenvolvimento sustentável”, e uma nova ordem realista que tenha amplitude e visão mundial nas relações de negócios internos e externos e na preservação, entre eles os bens e serviços ambientais como a nova modalidade que está para ser regulamentada e que pode perfeitamente ser associada ao cooperativismo, apoiados pelos elementos Avaliação de Impacto Ambiental - AIA -, Avaliação Estratégica Ambiental - AEA - e Zoneamento Econômico Ecológico - ZEE. Nenhum dos três foi implementado no Brasil, mas poderiam perfeitamente possibilitar, facilitar e otimizar todo o processo criativo e tecnológico de geração de novas frentes de trabalho e de uma política séria. Isso forma o tripé para sua execução, em uma interação que obviamente envolve a questão humana.

Coloco o art. 225 da Constituição Federal como sustentabilidade do conforto porque, a partir do momento em que se tiver a dimensão dele e ele começar efetivamente a ser aplicado não apenas na teoria, mas na prática, teremos uma zona de conforto em que será possível avançar cada vez mais. Qual é o objetivo? Estimular a atividade empresarial também através das cooperativas. Estamos no Ano Internacional do Cooperativismo, foi uma luta ferrenha para chegar até aqui. E 2010 foi o Ano Internacional do Meio Ambiente, também patrocinado pela ONU. Nesse processo se pode criar uma interligação, uma interação entre os dois anos, 2010 e 2012, e construir, dentro dessa nova visão realista, uma nova ordem em que haja um crescimento como objetivo final. Precisamos integrar e cooperar, isso vai gerar uma otimização. As setas desta tela estão um pouco diferentes de propósito, porque essa cooperação e essa integração não acontecem nos entes federados nas suas três esferas. Não há uma fala na sociedade, no governo e nas entidades do terceiro setor. É preciso respeitar as peculiaridades locais, como dito no Código Florestal. É preciso olhar a parte hidrográfica, geográfica e geológica de cada bioma que nem sequer foi respeitado. Como muito bem abordado pelo Ministro Alysson Paulinelli, não se respeitaram os seis biomas, não é possível crescer, não é possível interagir, não é possível participar desse novo momento com esse tipo de visão. É preciso haver definição de competência, percepção do impacto do empreendimento antes de fazê-lo para gerar a lucratividade, uma otimização e crescimento racional, diminuição de custos e investimentos maiores.

O Município continua sendo a base, a oportunidade para o caminho dos negócios, obviamente com a sua sustentabilidade. São mais de 5 mil Municípios. É preciso perceber a dimensão disso. É preciso perceber a importância do Estado nesse processo como um todo. Nós temos um momento crítico: ações para transformar. A Constituição de 1988 nos traz uma renda “per capita” de US\$20.000,00 para sua complexidade. Vamos atingir essa renda depois de 2050, provavelmente. A previsão é termos uma renda de US\$13.500,00 em 2025. É preciso que o Estado perceba isso e tenha uma agenda de trabalho, uma ação de governo e um planejamento governamental a longo prazo. Como exemplo, a Finlândia tem uma renda “per capita” de US\$40.000,00 enquanto temos uma renda “per capita” de US\$4.000,00, ou seja, 10% da renda “per capita” da Finlândia. As populações são diferentes, os direitos sociais, plenos e outros estão em construção, dando a dimensão do que estamos falando.

Aqui trago um importante programa que estamos analisando por meio do instituto, programa ABC de Baixo Carbono, que traz uma oportunidade, sobretudo para as cooperativas. É um programa apresentado pelo governo federal com R\$3.200.000.000 disponíveis para ser implementado. É um trabalho muito interessante, e poderão ser utilizados o crédito de carbono, o RED e outros fatores que foram citados, que estão à disposição da comunidade e das cooperativas.

Qual é o alvo de tudo isso? O que queremos para o nosso país? Qual é o objetivo de estarmos aqui, em um momento fantástico, único e primoroso, com uma visão pragmática e de futuro que a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais adota ao trazer os eminentes palestrantes? Qual é o alvo? O que queremos? Temos de pensar nisso, temos de analisar as ações e o que está sendo feito, o que podemos mudar nesse processo como um todo.

Temos algumas opções que precisam ser mais bem trabalhadas: o PIB Ecológico, que vem sendo discutido há 10 anos; a implementação efetiva dos serviços ambientais, em parceria com o cooperativismo; e a Bolsa de Valores Socioambiental, movida pela Bovespa, que capta - por meio da apresentação de projetos relevantes e de uma análise interna da Bovespa por um grupo de doutores, assim que o projeto é aprovado - investidores nacionais ou internacionais para executá-lo no Brasil sem custo nenhum para quem o apresentar. O que falta são projetos efetivamente de nível excelente para serem apresentados e aprovados. O dinheiro está sobrando. Precisamos trabalhar, trazer esses doutores, esses mestres para atuar nessa área.

Temos aqui uma fala sobre desenvolvimento humano sustentável. Precisamos pensar no ser humano nesse processo, na sua criatividade. Temos as cooperativas ambientais, que são a interação entre esse lado humano e o cooperativismo. Temos o lado econômico, que é a necessidade do crescimento com estabilidade. Não é possível crescer uma média de 0,8% ou 1% como vem ocorrendo nas últimas décadas; o País não suporta isso. Precisamos ter participação social, combate à pobreza, qualidade de vida e governabilidade que provoque o desenvolvimento sustentável com inclusão.



Para finalizar, temos alguns índices que chamo de contrastes. Somos a 6ª economia do Planeta; temos o 84º IDH do mundo; somos o 156º em pagamentos de tributos, e as empresas têm de trabalhar 5 meses por ano, levam 120 dias de preparação; somos o 121º na realização de novos negócios; somos o 116º na execução de contratos. Isso é surreal. Não somos cumpridores de contrato. Quem vem de fora, quem tem essa experiência se assusta quando percebe isso. Os contratos são feitos para não serem cumpridos, para acabarem na Justiça, que não tem condições de cumprir com o volume. Somos o 109º em registro de propriedades. Prestem atenção nas falas do Alysso Paulinelli e do Márcio com relação a esse dado. Somos o 104º na obtenção de crédito. São dados de 20 dias atrás.

Precisamos refletir. Temos R\$60.000.000.000,00 em investimentos no Brasil em 2012, apesar desses números todos. Perdemos em posição para a Argentina, que viu uma das piores crises econômicas e sociais da sua vida; para a Rússia, para a China e para a África do Sul, que fazem parte do Bric. Estamos em 130º lugar. Qual é o panorama? É duro, mas podemos transformá-lo, basta querer. Basta implementarmos uma política verdadeira. Basta, enquanto sociedade, participarmos de movimentos como esse, patrocinados pela Frencoop, que nos permite discutir as opções e oportunidades. Basta efetivamente acompanharmos o que acontece. Basta efetivamente cobrarmos e participarmos com iniciativa própria dos problemas e soluções que se apresentam.

Quero agradecer a cada um dos senhores e das senhoras a oportunidade de apresentar a ideia do instituto e o trabalho que estamos desenvolvendo. Coloco o trabalho do Instituto Brasileiro de Pesquisas e Estudos Ambientais e Cooperativos à inteira disposição dos senhores e das senhoras. Foi um privilégio e uma honra ter este momento de troca de energia e de oportunidade, que vou levar no meu coração e na minha mente pelos outros dias. MUITÍSSIMO AGRADECIDO.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de “slides”.

Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - Iniciaremos os debates. Cada participante disporá de até 2 minutos para a sua contribuição. Lembramos que a leitura e a apresentação oral de questionamentos aos expositores são feitas de acordo com o volume de inscrições recebidas. As inscrições já foram encerradas. Faremos as perguntas em bloco, começando pelas orais. Depois passaremos a palavra aos membros da Mesa para que possam responder a elas.

Debates

O Sr. Presidente - Temos duas perguntas, uma dirigida ao Dr. Márcio Lopes de Freitas e outra ao Dr. Alysso Paulinelli. A pergunta ao Márcio será feita oralmente pelo José Ramos dos Santos, do Sicoob Cofal, aqui da Assembleia. Por favor, dirija-se ao microfone.

O Sr. José Ramos dos Santos - O ramo de crédito é um dos que mais se destacou entre os 13 ramos do cooperativismo. E a nossa experiência é a partir das centrais. Chegamos à situação de ter mais de uma central por Estado, como já foi comentado pelo João. São 13 ramos cooperativistas, portanto há um desenvolvimento sustentável em vários ramos cooperativistas. Isso interessa não só ao governo, mas também à população como um todo, à sociedade e a todas as organizações privadas. A criação de centrais cooperativistas para cada ramo, na sua opinião, não contribuiria mais para a educação, a formação, a informação e o profissionalismo desses ramos, uma vez que as centrais trazem consigo a figura da padronização, que auxilia em uma série de situações?

O Sr. Presidente - Dr. Márcio, aproveite para fazer as suas considerações finais porque já estamos marcados para o Teatro. Então, por favor, dê sua resposta.

O Sr. Márcio Lopes de Freitas - Agradeço, Deputado Antônio Carlos Arantes. Agradeço a pergunta também, que é extremamente oportuna. É hora de a gente começar a tratar isso com um pouco mais de seriedade. O Paulinelli listou algumas questões fundamentais que nos ajudam na reflexão. Tudo que ouvi aqui nos ajuda na reflexão.

Hoje vivemos em um mundo novo, em uma geração nova. Temos hoje uma agricultura de nova geração, porque temos agricultores de nova geração. Temos um cenário diferente. E temos de repensar também as nossas estruturas. As nossas estruturas operacionais, as nossas cooperativas, como aconteceu nas nossas cooperativas de crédito, nasceram singulares e tinham de ser regionais, quase comunitárias, até à cola da confiança, senão não nasciam. Se não tivessem aquela cola da confiança local e fossem pulverizadas na sua base, não teria nascido o cooperativismo que temos hoje, principalmente na área de crédito no Brasil. As coisas estão mudando, as necessidades são outras, os cenários são outros.

Não tenho dúvida de que o cooperativismo de crédito buscou um processo de centralização, de confederação e busca mais: busca a união das confederações e, ousado dizer, a união dos bancos cooperativos no Brasil. E vamos alcançar isso por maturidade, por evolução. Isso não é diferente nos outros ramos. Acho que o cooperativismo de crédito vem obedecendo a esse processo de evolução. O órgão regulador das nossas cooperativas de crédito, que é o Banco Central, nos regula propiciando e facilitando o desenvolvimento da cooperativa que está no processo centralizado. É necessário ajustes diante das distorções. As nossas centrais precisam evoluir, baixar custos, não esquecer da razão de sua criação.

O sistema precisa tornar-se um pouco mais aglutinado, copiando um termo que vocês, de Minas Gerais, conhecem bem. Essa é uma invenção do Ronaldo Scucato. O cooperativismo brasileiro tem de se aglutinar mais, tem de se organizar mais, tem de se coordenar mais. Acho que temos de buscar a diminuição do número de cooperativas singulares. O novo cenário global nos indica isso para poder haver economicidade e escala. O papel da centralização é interessante para isso.

Infelizmente os dedos da mão não são todos iguais. Na área do leite, por exemplo, já chegamos a ter, no Brasil, 68% da captação em cooperativa. As cooperativas eram organizadas em centrais estaduais, e todas numa confederação nacional. O Ministro Alysso Paulinelli lembra-se bem dessa época. Meu pai foi Presidente dessa confederação. Isso foi na época em que o Ministro Paulinelli era Ministro, nos anos 70. As forças foram se revertendo, as centrais foram se dissolvendo, muitas vezes por questões pessoais e políticas. O sistema foi enfraquecendo, e o cooperativismo de leite chegou a ter somente 27% do mercado de captação. Está havendo um processo de recuperação. Hoje já está atingindo 37%. Acho que fechará 2012 com 40%. Isso mostra, com clareza e objetividade, que, se o sistema não se unificar, não se centralizar, se não houver escalas, por meio de centrais, fusões ou incorporações de cooperativas, não haverá futuro.

Nesse mundo globalizado que o Paulinelli citou muito bem, nesse capitalismo ou nesse liberalismo acelerado que o mundo vive, não há espaço para amadorismo. Não é mais questão de sentimento e vaidade. Bobeou, o cachimbo vai embora, cai mesmo. Não podemos mais brincar com isso. Temos de ter competência, gestão profissional, foco no negócio. Às vezes não dá mais para prevalecer aquela questão comunitária, local, municipal. É preciso pensar maior, pensar na economicidade, pensar no resultado para o cooperado. É isso que temos de buscar.

Agradeço a oportunidade, Antônio Carlos, de estar aqui com amigos como você – assim o considero -, como o Paulinelli, como o Ronaldo Scucato. A todos que estão aqui na Mesa, agradeço a oportunidade de aprender. Há muita coisa a ser feita. Antes de vermos o que o governo pode fazer por nós, temos de verificar o que podemos fazer por nós mesmos. Acho que temos muito a fazer. Temos de ser competentes, eficientes, eficazes. Precisamos levar resultados para nossa gente.

Hoje temos condições e ferramentas para chegar a isso. Dessa forma teremos capacidade de influenciar um pouco mais, capacidade de oferecer nosso trabalho e nosso resultado, além de cumprir a meta que as Nações Unidas desenharam para nós, que é fazer um mundo melhor por meio do cooperativismo. Muito obrigado pela oportunidade e boa tarde a todos.

O Sr. Presidente - Obrigado, Dr. Márcio Lopes de Freitas, Presidente da OCB, pela brilhante participação no nosso ciclo de debates. Para a última pergunta, passo a palavra ao Ronaldo Horta, da Creditábil. A pergunta dele será dirigida ao Dr. Alysson Paulinelli. Peço ao Dr. Paulinelli que responda a pergunta e já faça as considerações finais.

O Sr. Ronaldo Alves Horta - Ministro Paulinelli, há pouco tempo, tivemos um grande debate em Minas Gerais pela criação do Parque Nacional do Gandarela. E o Instituto Chico Mendes deu uma demonstração de desconhecimento do nosso ecossistema, querendo implantar em uma área 99,1% conservada um parque nacional, retirando dali as 23 famílias, que centenariamente vêm conservando a região.

Nós, cooperativistas, que somos o homem pelo homem, não podemos admitir que o Estado nos proíba de usar os recursos naturais que Deus nos concedeu. O momento é histórico para Minas Gerais, porque levantamos a bandeira e corremos diversas cidades em defesa da não constituição do parque, mas da exploração racional dessa área. Pergunto: o senhor não acha que o sistema cooperativista pode contribuir muito para o efetivo conhecimento do desenvolvimento dos nossos sistemas ambientais, trazendo uma visão nova para os olhos vendados da administração pública, especialmente a federal?

Sou Ronaldo Horta, participei ativamente do governo Tancredo Neves com V. Exa.

O Sr. Alysson Paulinelli - Qual o nome do parque?

O Sr. Ronaldo Alves Horta - Parque Nacional do Gandarela.

O Sr. Alysson Paulinelli - Ronaldo, tenho muito prazer em responder sua pergunta. Tenho também muitas indagações sobre a criação desses parques. Em algumas das definições do governo, acho que ele tenta estabelecer que exemplares da nossa biodiversidade sejam preservados por nós, produtores. Eu me disponho a isso. Tenho na minha propriedade 250ha de mata virgem e a preservo com o maior carinho. Mas sei que isso é caro e difícil. Para eu fazer assim, se não tiver outra fonte, não dá, pois a fazenda não rende o suficiente para fazer o que faço. Sei que muitos produtores não têm a segunda gaveta. Tenho porque fui professor, aposentei-me como professor e hoje sou um consultor, aliás, com projetos internacionais, e dá para tirar da gaveta e fazer a conservação e a preservação que são necessárias.

Acredito que precisamos ter um diálogo mais aberto com o governo, para definir quais são os exemplos de biomas que precisamos preservar, não na totalidade. O que se tem na mente é não tocar em nada. Não querem que mexam em mais nada. A mentalidade mineira é de que não se pode arrancar mais nenhuma árvore do cerrado. Não é isso. Precisamos ver quais os cerrados precisam ser reservados e preservados e se há, na região, condições de a iniciativa privada fazer isso. Se não há, o governo tem de assumir o trabalho.

Veja bem o que vou dizer: para fazer um parque, o governo tem de respeitar a Constituição. Essas 23 famílias...

O Sr. ... - Vinte e três mil famílias.

O Sr. Alysson Paulinelli - Pior ainda. Essas 23 mil famílias que compõem 91,1% desse parque viveram em função dessa terra. Foi ali que investiram. O que eles têm é um bem de raiz. É espantosa a displicência do governo na criação dos chamados parques, Resecs. Se fossem quilombolas e outros, não precisaríamos desapropriar. Acho isso um crime. A Constituição é muito clara e dá direito ao governo de questionar a legitimidade do título. Nenhuma ação judicial permite entrar lá, colocar o pessoal para fora e dizer que virou parque. Ora, isso é uma demonstração de força absolutamente indefensável perante a Constituição! O governo tem o poder de decretar qualquer área sendo de interesse social e desapropriá-la, indenizando as pessoas que lá estão.

Hoje vimos que não existe nenhuma seleção de documentos. Conheço algumas reservas indígenas que têm documentos do próprio governo legitimando as áreas. A pessoa pode ter feito grandes investimentos no local. Quem quiser conhecer a Raposa do Sol, em Roraima, verá o que aconteceu. Foi engraçado, porque a maioria dos índios não queria. Hoje eles estão desempregados, sua condição de vida é muito pior que antes. É preciso colocar um basta nisso. Sei que há alguns projetos de lei na Câmara inibindo essa ação. Todas as desapropriações teriam de passar por lá e só poderiam ocorrer com a identificação da validade dos títulos e a devida e necessária indenização dos investimentos e das benfeitorias em dinheiro e da terra nua em títulos da dívida agrária. Isso é o mínimo que se pode desejar.

Você tem toda a razão. Estou vendo essa ação ser feita a martelo. No Sul da Bahia, vários produtores foram postos para fora pela polícia. Os gados foram mortos, algumas casas foram derrubadas e outras, apropriadas por terceiros. A meu ver, isso é um arripio à Constituição. Estamos num país em que um parecer do Advogado-Geral da República muda a Constituição. Em dezembro do ano passado, tivemos o problema da compra de terras por estrangeiros. Fico um pouco preocupado porque, muitas vezes, sou acusado de ter participado de um governo da ditadura. Não me lembro de termos feito esse tipo de intervenção ditatorial. Acho até que houve excessos na política. Se eu continuei lá, isso foi porque o meu Presidente se dispôs a fazer uma democracia que fosse respeitada a partir da lei constitucional.



Você tem toda a razão. Tem de haver um movimento para coibir esse tipo de ação, que, por sinal, é grande. Casualmente lhe citarei o que chegou em minhas mãos e que levei à Câmara dos Deputados para denunciar. Estava sendo projetada a criação de três Resecs em Minas Gerais, sendo que uma delas era da sempre-viva. A alegação era de que a sempre-viva mantinha muitas famílias, etc. Não sei se conhecem bem esse processo. Na verdade, a sempre-viva dá somente no campo de baixa rentabilidade, e é preciso que se queime o campo, senão ela não nasce. Fiquei muito curioso, fui a Brasília e, por intermédio de um advogado, consegui cópia do processo. Havia um fato muito interessante. Primeiro, descobri que Minas Gerais tem uma reserva em Diamantina de mais de 50.000ha para preservar a sempre-viva. Então fui até lá visitar a reserva, que tinha dois funcionários; um jipe fundido com o motor aberto, o que me pareceu há mais de um ano, pois o motor já estava todo enferrujado; e um outro que estava sem pneus e guardado porque não tinha como andar. Dos dois funcionários, um estava de férias e também não consegui falar com o outro, porque ninguém o achou. Esse é o parque que temos da sempre-viva em Minas Gerais. Aliás, se tiver alguém de Diamantina aqui, gostaria que pudesse me ajudar, pois gostaria muito.

Então, pronto; você vai me ajudar. Pois bem, o processo para a formação desse parque, que se situa na serra... - eu lhe darei o nome certinho -, começava assim: "a sempre-viva é uma flor da qual dependem várias famílias, etc., etc., etc., e que precisa ser preservada". Esse processo foi formado em Goiás. Falavam ainda: "o nosso Estado" - e isso está lá na Câmara, na Comissão de Agricultura, onde depusitei esses documentos - "precisa proteger os catadores por um sindicato, o Instituto Cerrado, de Goiás". Na frente tinha um atestado de um bispo de uma cidade de Goiás: "o nosso Estado não pode deixar de ter um centro de preservação, etc., etc., etc.". E ele assina mais na frente um atestado de um professor da universidade: "o cerrado brasileiro tem..., é um campo, etc.". E lá ele diz: "o nosso Estado precisa de ter uma reserva". Tudo de Goiás. Esse processo estava correndo no Ibama em Brasília - se tiver alguém do Ibama aqui, peço que me ajude, inclusive tenho cópias - para formar uma área de 32.000ha em Minas Gerais de uma Resec para a sempre-viva.

Estou contando esses fatos porque isso precisa ser investigado. Quem me deu esse documento foi em confiança, mas achei tudo tão grave que fui lá e denunciei. No entanto ele não foi para a frente. Infelizmente também não foi para a frente a ideia da formação desse parque. É assim que estão sendo formados os parques nacionais. Precisamos cuidar disso. Você tem toda a razão. Estamos sendo incompetentes no acompanhamento de algumas ações que nos envolvem. Precisamos ser mais cuidadosos, porque o radicalismo tem feito misérias em nome de não sei quê.

Perguntei porque, na hora em que você falou, tive a impressão de que se tratava dos Parques da Serra da Canastra e da Serra do Espinhaço. O Sr. Jânio Quadros decretou isso em 1960 e essa questão passou a ser polêmica. Queriam arrancar de lá o pessoal. Como sou da região e vi o que estava ocorrendo, ao assumir o Ministério, chamei o Presidente e lhe disse sobre esse caso, que gostaria de analisar. Consegui identificar, preservando o que se queria, que era a nascente do Rio São Francisco. Com 72.000ha resolvíamos. Fiz um esforço grande. Mandamos avaliar, fizemos todo o processo, identificamos os títulos e pagamos. Ressaltei que não poderíamos pagar o valor de mercado. Disse que teria autorização para pagar um determinado valor. Quem se sentisse prejudicado que procurasse a Justiça e recorresse, pois tinha chances de ganhar. Estão voltando agora com um briga tremenda para desalojar os outros. Estão querendo tirá-los à força, sem indenização. Quem é de lá sabe disso. Acho que a culpa é nossa. Estamos muito lentos, lerdos na avaliação desses processos. Devemos participar mais. O senhor tem toda a razão, não só do movimento cooperativista, mas de todo o movimento político em que for necessário.

Agradeço a oportunidade, Deputado. Para mim foi uma satisfação muito grande estar aqui. Fiquei muito bem impressionado com o esforço que a Assembleia Legislativa está fazendo no nosso movimento cooperativista, visando à preservação dos nossos recursos naturais. Estou sempre à disposição. Tenho uma agenda sempre lotada, mas, sempre que for possível, estarei aqui com muito prazer, trazendo aquilo que é uma experiência que estou coletando há 52 anos de profissão. Agradeço. Aprendi bastante, como disse o Dr. Márcio. Vi palestras importantes aqui, que me valeram muito. Entendo, principalmente, a angústia que estamos vivendo, mas acho que a culpa maior é nossa. Temos de reagir a essa displicência constitucional, a esse abandono da lei. Há uma lei constitucional que tem de ser preservada.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Dr. Alysson Paolinelli. As perguntas que foram direcionadas ao Tiago Lacerda podem ser encaminhadas pelo "e-mail" tiagolacerda@copamg.gov.br, porque ele teve de se ausentar. Pediria licença aos representantes da Mesa para que apenas o Dr. Ronaldo Scucato fizesse as considerações finais rapidamente. Há uma peça teatral, e as pessoas têm hora para ir embora. Estando todos de acordo, com a palavra, o Dr. Ronaldo Scucato. Após sua fala, iremos nos deslocar para o teatro, localizado na saída do próximo andar, à direita. Faça, por favor, o encerramento da parte do Plenário.

O Sr. Ronaldo Scucato - Meus amigos, vou falar em pé para ser visto, alto para ser ouvido e pouco para ser aplaudido. Parabéns à Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Parabéns ao Deputado Antônio Carlos Arantes pela feliz ideia de homenagear o cooperativismo pelo seu ano internacional. Parabéns a todos os palestrantes, ao Ministro e ao meu chefe geral e amigo e herança recebida do Dr. Rubens de Freitas, meu amigo também, seu pai, Márcio. Deixo meus cumprimentos a todos os cooperativistas, à minha turma, a todos os meus gerentes presentes, ao meu Diretor William, aos Presidentes de cooperativas, ao Deputado Antônio Carlos Arantes, ao Deputado Anselmo José Domingos e aos demais Deputados. Parabéns ao recém-eleito Vereador com expressiva votação, Professor Wendel. É preciso repetir eventos como este, para que a sociedade tome mais conhecimento dos benefícios que traz o cooperativismo. Parabéns a todos. Um abraço e muito obrigado.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Dr. Ronaldo. Muito obrigado a todos. Que Deus os encaminhe no retorno a seus lares. Muito obrigado. Foi uma grande alegria estar aqui com vocês.

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL DA DÍVIDA PÚBLICA, EM 8/8/2012

Às 16h14min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Adelmo Carneiro Leão, Antônio Júlio e Bonifácio Mourão, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Adelmo Carneiro Leão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Antônio Júlio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no “Diário do Legislativo” na data mencionada entre parênteses: ofícios do Sr. Gilberto Fernandes de Araújo, Presidente da Câmara Municipal de Itamarandiba, e da Sra. Sandra Imaculada, Presidente da Câmara Municipal de Santos Dumont, enviando a esta Casa Legislativa moção de congratulações pela iniciativa do movimento pela renegociação da dívida do Estado de junto à União (31/5/2012); do Sr. Leonardo Maurício Colombini Lima, Secretário de Estado de Fazenda, encaminhando informações referentes aos Ofícios nºs 945, 954 e 955/2012/SGM (23/6/2012); das Sras. Maria Coeli Simões Pires, Secretária de Estado de Casa Civil e Relações Institucionais, encaminhando documentação em resposta ao Ofício nº 953/2012 (6/7/2012); Luzia Toledo, Deputada da Assembleia Legislativa do Espírito Santo, encaminhando documento denominado “Carta do Espírito Santo – Renegociação Já” (13/7/2012); e do Sr. Douglas Szefer, Diretor de Gestão Interna do Gabinete-Adjunto de Gestão e Atendimento (substituto), acusando o recebimento da correspondência denominada “Renegociação Republicana”, enviada por esta Casa (21/7/2012). Na oportunidade, os membros presentes discutem sobre o tema desta Comissão. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de novembro de 2012.

Adelmo Carneiro Leão, Presidente – Antônio Júlio - Bonifácio Mourão.

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 16/10/2012

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Adalclever Lopes, Celinho do Sinttrocel e Gustavo Valadares, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Ivair Nogueira. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Adalclever Lopes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Gustavo Valadares, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no “Diário do Legislativo”, na data mencionada entre parênteses: das Sras. Maria Coeli Simões Pires, Secretária da Casa Civil, Marcelo Augusto Freire, Gerente de Mercado da Ultragaz (23/8/2012) e Noécia Abreu Lemos, Presidente da associação dos Moradores dos Bairros Progresso I e II e Vila Juliana (6/9/2012), e dos Srs. José Elcio dos Santos Monteze, Diretor-Geral do DER-MG, Djalma Bastos de Moraes, Presidente da Cemig, Jorge Ernesto Pinto Fraxe, Diretor-Geral do Dnit (17/8/2012), Josué Costa Valadão, Secretário Municipal de Governo de Belo Horizonte (9/8/2012), João Alves da Silva, (6/9/2012). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, o parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Segurança Pública, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 728/2011 (relator: Deputado Celinho do Sinttrocel, em virtude de redistribuição); e o parecer pela aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.878/2012 (relator: Deputado Celinho do Sinttrocel, em virtude de redistribuição). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.550, 3.580, 3.583, 3.588, 3.595, 3.682, 3.684 e 3.685/2012. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.558, 2.609 e 3.076/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos da Deputada Liza Prado em que solicita seja encaminhado ao Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais, à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas e à Controladoria-Geral do Estado pedido de providências para averiguar possíveis denúncias de cobrança irregular de taxa de conservação de estradas municipais no Município de Além Paraíba, e dos Deputados Rogério Correia em que solicita seja encaminhado ao Governo do Estado pedido de informações sobre quais obras serão executadas na Cidade Administrativa, o valor dessas obras, a forma de contratação e o responsável pelos custos das obras; seja encaminhado ao Governo do Estado pedido de informações sobre o andamento da elaboração do projeto de expansão e modernização do Trem Metropolitano de Belo Horizonte e Região Metropolitana, em especial sobre qual o planejamento e o valor de cada etapa dessa obra; qual a forma de contratação; se licitação, quando foram realizadas e quais empresas foram as vencedoras do processo; quais as empresas serão responsáveis por cada etapa das obras; quem são os responsáveis pelos custos das obras; qual a origem dos recursos utilizados até agora e a previsão total de recursos para viabilização das obras; e qual a participação da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte; Célio Moreira, em que solicita seja realizada visita da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas à sede operacional da MRS Logística S.A., no Município de Juiz de Fora, para dar continuidade às discussões da atual situação do viaduto localizado na Rua Hum, na confluência com a Rua Flor de Pitangueira, no Bairro Independência, região do Barreiro; em que solicita seja encaminhado ao Superintendente Regional do DNIT pedido de providências para que seja implantado redutor de velocidade nas proximidades do Bairro Itapoã, no Km 478, da BR-040, no Município de Caetanópolis; seja realizada reunião de audiência pública da



Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas para debater a situação do transporte coletivo do Município de Vespasiano, especialmente do Bairro Lar de Minas; seja realizada reunião de audiência pública da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, no distrito de Vila Pereira, para debater a situação e a possibilidade de asfaltamento da Rodovia 418 no trecho que liga o Município de Carlos Chagas ao distrito de Vila Pereira no Município de Nanuque; Délio Malheiros em que solicita seja realizada reunião de audiência pública da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas para debater as novas regras para o desempenho da função de mototáxi e motofrete, previstas na Resolução nº 356 do Conselho Nacional de Trânsito – Contran -; Ivair Nogueira, do Deputado Dilzon Melo e do Deputado Anselmo José Domingos em que solicitam seja realizada reunião de audiência pública da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas para debater assuntos relacionados a valor de pedágio e qualidade de serviços da MG 050; Adalclever Lopes em que solicita seja realizada reunião de audiência pública da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas para debater a proposta de revisão do PPAG-2012/2015, exercício 2013, no âmbito da Rede de Infraestrutura; em que solicita que seja realizada visita da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas às obras realizadas dentro dos programas Apoio ao Desenvolvimento Municipal, Apoio aos Municípios em Obras de Infraestrutura e Investimentos Especiais em Municípios Estratégicos, implementados pelo Governo do Estado de Minas Gerais; Adalclever Lopes e do Deputado Ivair Nogueira em que solicitam seja encaminhado à Copasa pedido de informações sobre: se a Copasa se utiliza, para adução e distribuição de água e coleta de esgotos, bem como em seu sistema, de tubos, conexões e válvulas de ferro fundido; quais são os fornecedores de tais produtos; qual a modalidade de licitação utilizada para a aquisição dos materiais. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de novembro de 2012.

Anselmo José Domingos, Presidente - Fabiano Tolentino - Ivair Nogueira - Luzia Ferreira.

ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 17/10/2012

Às 15 horas, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Liza Prado e os Deputados Antônio Carlos Arantes, Fabiano Tolentino e Dalmo Ribeiro Silva (substituindo a Deputada Ana Maria Resende, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Antônio Carlos Arantes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Fabiano Tolentino, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.669/2011 (relator: Deputado Fabiano Tolentino, em redistribuição) na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com as Emendas nºs 1 a 5, que apresenta. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de novembro de 2012.

Antônio Carlos Arantes, Presidente - Fabiano Tolentino - Liza Prado - Romel Anízio.

ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 7/11/2012

Às 9h45min, comparece na Sala das Comissões o Deputado Bosco, membro da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Bosco, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a debater a proposta de revisão do PPAG 2012-2015, exercício 2013, no âmbito da Rede de Ciência, Tecnologia e Inovação e a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir o Sr. Evaldo Ferreira Vilela, Secretário Adjunto de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e Gerente do Programa Estruturador Tecnologia e Inovação Rumo à Economia do Conhecimento, que é convidado a tomar assento à mesa. Convida ainda para compor a mesa o Sr. Octávio Elísio Alves de Brito, Presidente da Unesco-Hidroex. O Presidente, como autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra ao convidado para sua exposição. Neste momento, registra-se a presença do Deputado Carlin Moura. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 2012.

Bosco, Presidente – Paulo Lamac – Glaycon Franco – João Vítor Xavier.

ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 7/11/2012

Às 10h55min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados Doutor Wilson Batista e Marques Abreu, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Wilson Batista, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Marques Abreu, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão e comunica o recebimento das seguintes correspondências: ofícios do Cel. BM Osmar Duarte Marcelino, Presidente do Tribunal de Justiça Militar do Estado, justificando sua ausência na reunião do dia 19/9/2012; do Deputado Federal Walter Tosta solicitando agendamento de reunião de audiência pública. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, no 1º turno, o parecer pela aprovação, do Projeto de Lei nº 2.796/2012 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Marques Abreu, em virtude de redistribuição). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 3.470/2012, que recebeu parecer por sua aprovação. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 2012.

Doutor Wilson Batista, Presidente - Pompílio Canavez - Marques Abreu.

ATA DA 21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA O ENFRENTAMENTO DO CRACK, EM 7/11/2012

Às 15h40min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Liza Prado e os Deputados Paulo Lamac e Luiz Henrique (substituindo o Deputado Célio Moreira, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Paulo Lamac, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Liza Prado, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios do Sr. Márcio Araújo de Lacerda, Prefeito Municipal de Belo Horizonte, agradecendo o convite para participar do lançamento do Movimento para Fortalecer as Famílias de Minas Gerais contra o Crack; das Comissões de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Participação Popular, convidando a Comissão para participar de reunião de audiência pública conjunta destinada à apresentação da proposta de revisão do PPAG 2012-2015, no dia 5/11/2012, às 14h30min, no Plenário; do Deputado João Leite convidando esta Comissão para participar de reunião de audiência pública destinada a debater a proposta de revisão do PPAG 2012-2015, no dia 13/11/12, às 9h30min, no Teatro da Assembleia; e de correspondência publicada no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses: ofícios das Sras. Elisa Smaneto, Diretora de Gestão Interna do Gabinete Adjunto de Gestão e Atendimento da Presidência da República, e Sérgio Barboza Menezes, Delegado de Polícia Federal (11/10/2012). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos dos Deputados Adelmo Carneiro Leão em que solicita seja realizada visita ao ambulatório de internação de pacientes encaminhados para desintoxicação, por ordem judicial, do Complexo de Saúde Mental do Hospital Galba Veloso, para obter esclarecimentos sobre denúncias de agressão aos funcionários do Centro de Atendimento ao Trabalhador e sobre suas condições de trabalho e para conhecer o tratamento oferecido aos internos; Paulo Lamac (2) em que solicita seja realizada audiência pública no Município de Coronel Fabriciano para discutir o avanço do "crack" na região e as ações do poder público e da iniciativa privada para seu enfrentamento; em que solicita seja realizada audiência pública para discutir o reaproveitamento dos hospitais-colônias do Estado para tratamento de usuários de "crack". Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de novembro de 2012.

Paulo Lamac, Presidente - Liza Prado - Doutor Wilson Batista.

ATA DA 20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 12/11/2012

Às 14h45min, comparece na Sala das Comissões a Deputada Luzia Ferreira, membro da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Luzia Ferreira, declara aberta a reunião e, nos termos regimentais, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a debater o programa "Criativa Birô", que tem por objetivo fortalecer a economia criativa no Estado e a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as sras. Manuella Machado, Superintendente de Interiorização da Secretaria de Estado da Cultura, representando a Secretária, Sra. Eliane Denise Parreiras Oliveira; Aparecida dos Reis Maria, Assessora do Ministério da Cultura, representando as sras. Cesária Alice Macedo, Chefe da Representação Regional do Ministério da Cultura em Minas Gerais e Cláudia Sousa Leitão, Secretária de Economia Criativa do Ministério da Cultura; e os srs. Cássio Batista Pinheiro de Barcelos, Assessor da Presidência da Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte, representando o Presidente, Sr. Leônidas José de Oliveira; e Rômulo Duque de Azevedo, Presidente do Sindicato dos Produtores de



Artes Cênicas de Minas Gerais - Sinparc -, que são convidados a tomar assento à mesa. Na condição de autora do requerimento que deu origem ao debate, a Presidente, Deputada Luzia Ferreira, tece as considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião e cumprida a finalidade desta, agradece a presença dos convidados e dos demais participantes, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 2012.

Carlos Mosconi, Presidente - Rômulo Veneroso - Pompílio Canavez.

ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 14/11/2012

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Ana Maria Resende (substituindo o Deputado Antônio Carlos Arantes, por indicação da Liderança do BTR) e os Deputados Lafayette de Andrada, Luiz Henrique e Gilberto Abramo, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Lafayette de Andrada, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Ana Maria Resende, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres em fase de redação final e acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designa como relator o Deputado Lafayette de Andrada: Projeto de Resolução nº 3.499/2012 e Projeto de Lei nº 3.396/2012. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Resolução nº 3.499/2012. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 3.499/2012, que recebeu parecer por sua aprovação. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 2012.

Lafayette de Andrada, Presidente - Antônio Carlos Arantes - Duarte Bechir.

ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 14/11/2012

Às 14h42min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Rosângela Reis e os Deputados Carlos Pimenta e Pompílio Canavez, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, a Deputada Luzia Ferreira e o Deputado Délio Malheiros. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Rosângela Reis, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlos Pimenta, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a conhecer e discutir as pretensões profissionais dos biólogos que atuam no Estado de Minas Gerais, especialmente no que tange à reivindicação da classe quanto à criação de um piso salarial para a categoria, e comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses: das Sras. Adriana Rigon Weska, Diretora de Desenvolvimento da Rede de Ifes/Sesu/MEC (1º/11/2012), e Maria Coeli Simões Pires, Secretária de Casa Civil (1º/11/2012), e do Sr. Josué Costa Valadão, Secretário de Governo do Município de Belo Horizonte (9/11/2012). O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 3.516/2012 (Deputado Pompílio Canavez) e 3.106/2012 (Deputado Carlos Pimenta), ambos em turno único. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Jefferson Ribeiro da Silva, Vice-Presidente do Conselho Regional de Biologia - 4ª Região, e Igor Alex de Souza Noronha, Assessor Institucional, representando o Sr. Gladstone Correa de Araújo; Fabiano Augusto Assunção Silva, Presidente do Sindicato dos Biólogos de Minas Gerais; Felipe Campos de Melo Iani, Diretor do Sind-Saúde/MG; e Filipe Marcos Horta Nunes, Presidente da Associação Mineira de Biólogos, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Délio Malheiros, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.522/2012, com a Emenda nº 1 (relatora: Deputada Rosângela Reis). Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 1.209/2011 e 3.477 e 3.482/2012, que receberam parecer por sua aprovação. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 3.790/2012. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.299, 1.388, 1.573, 2.270, 2.327 e 2.711/2011; 2.979, 3.299, 3.309, 3.322, 3.325, 3.334, 3.335, 3.341, 3.382, 3.385, 3.400, 3.408, 3.409, 3.416, 3.424, 3.431, 3.433, 3.447 e 3.449/2012. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Celinho do Sinttrocel em que solicita seja realizada reunião de audiência pública da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social para discutir a situação estrutural dos Conselhos Tutelares no Estado de Minas Gerais. São recebidos, para posterior apreciação, três requerimentos do Deputado Celinho do Sinttrocel em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social para discutir o projeto que prevê o "Acordo Coletivo Especial"; seja realizada audiência pública da Comissão do



Trabalho, da Previdência e da Ação Social para debater as condições de Saúde do Trabalhador no Estado de Minas Gerais, em comemoração do Dia Mundial em Memória das Vítimas de Doenças e Acidentes do Trabalho - 28 de abril; e seja encaminhado ofício aos Deputados Federais pelo Estado de Minas Gerais, solicitando apoio na aprovação do Projeto de Lei nº 3.592/2012, de autoria do Senador Paulo Paim, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de comerciário. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece aos convidados e demais participantes pela presença e pelas informações prestadas, agradece o comparecimento dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 2012.

Rosângela Reis, Presidente – Carlos Pimenta – Celinho do Sinttrocel.

ATA DA 34ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 20/11/2012

Às 9h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo e Rogério Correia (substituindo o Deputado Paulo Lamac, por indicação da Liderança do PT), membros da supracitada Comissão. Está presente também o Deputado Adelmo Carneiro Leão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir o conflito agrário ocorrido no acampamento Terra Prometida, no Município de Felisburgo, ocasião em que foram assassinados cinco trabalhadores rurais sem terra. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Maria Gomes dos Santos, membro do acampamento Terra Prometida, representando o Sr. Jorge Rodrigues Pereira, membro desse acampamento; Beatriz da Silva Cerqueira, Presidenta da Cut-Minas; e os Srs. Alvimar Ribeiro dos Santos, Assessor de Projetos Sociais da Mitra Arquidiocesana de Montes Claros, representando Dom José Alberto Moura, Arcebispo Metropolitano de Montes Claros; Carlos Alberto Menezes de Calazans, Superintendente Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, representando o Sr. Carlos Mário Guedes de Guedes, Presidente; Afonso Henrique de Miranda Teixeira, Procurador de Justiça e Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Conflitos Agrários do Ministério Público de Minas Gerais; Emílio José Lacerda, Presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos – Conedh; Aton Fon Filho, membro do Setor de Direitos Humanos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST -, representando o Sr. João Pedro Stédile, Diretor Nacional; Deputado Federal Padre João; Frei Gilvander Luiz Moreira, Assessor da Comissão Pastoral da Terra, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Rogério Correia, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 2012.

Durval Ângelo, Presidente – Paulo Lamac – Duarte Bechir.

ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 20/11/2012

Às 14h37min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Délio Malheiros, Fred Costa, Lafayette de Andrada, Duílio de Castro (substituindo o Deputado Gustavo Corrêa, por indicação da Liderança do BAM) e Pompílio Canavez (substituindo o Deputado Rogério Correia, por indicação da Liderança do PT), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Délio Malheiros, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Lafayette de Andrada, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento de ofício do Sr. Bruno Fernandes Vasconcelos, representante dos candidatos aptos e não convocados no concurso público para o cargo de escrivão de polícia, sugerindo emenda ao orçamento de 2013 da Polícia Civil nas rubricas que tratam desde os gastos com a convocação para o curso de formação policial até aquelas que tratam dos gastos fixos gerados com a nomeação e efetivo exercício do cargo. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projeto de Lei Complementar nº 27/2012, em 1º turno (Lafayette de Andrada) e Projetos de Lei nºs 3.452 e 3.461/2012, no 1º turno (Deputado Gustavo Corrêa). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 3.461/2012, em 1º turno, é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do Deputado Gustavo Corrêa, aprovado pela Comissão. Na fase de discussão do parecer do relator, Deputado Lafayette de Andrada, que conclui pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 27/2012, no 1º turno, com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, o Presidente defere o pedido de vista do Deputado Pompílio Canavez. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.077/2012 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Fred Costa). O Projeto de Lei nº 3.393/2012, em 1º turno (relator: Deputado Lafayette de Andrada), é convertido em diligência à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 3.411/2012 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Ivair Nogueira), e 3.452/2012 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Gustavo Corrêa). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.745, 3.771, 3.777 e 3.781/2012. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte



(Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Foram recebidos pela Presidência, para posterior apreciação, requerimentos dos Deputados Ivair Nogueira em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 3.500/2012, que institui a Gratificação de Incentivo à Pesquisa e Docência e a Gratificação de Função de Pesquisa e Ensino, no âmbito da Fundação João Pinheiro, e Rogério Correia em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para obter esclarecimentos sobre o fechamento de agências de atendimento do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais nos Municípios mineiros. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Paulo Lamac em que solicita seja realizada reunião de audiência pública conjunta da Comissão de Administração Pública com a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, para discutir as alterações previstas no novo estatuto do servidor, no que tange às condições de trabalho dos servidores que exercem atividade acadêmica, e Adelmo Carneiro Leão em que solicita a realização de reunião de audiência pública com a finalidade de debater a política remuneratória dos servidores públicos estaduais. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 2012.

Gustavo Corrêa, Presidente - Sargento Rodrigues - Duarte Bechir - Sebastião Costa.

ATA DA 23ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 20/11/2012

Às 14h54min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Zé Maia, Gustavo Perrella, Adalclever Lopes (substituindo o Deputado Antônio Júlio, por indicação da Liderança do PMDB) e Duarte Bechir (substituindo o Deputado João Vítor Xavier, por indicação da Liderança do Bloco Transparência e Resultado), membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Luiz Henrique, Lafayette de Andrada e Tenente Lúcio. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no “Diário do Legislativo”, na data mencionada entre parênteses: ofícios do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (366) (9/11/2012); e dos Srs. Antônio José Gonçalves Henriques, Diretor Executivo do Fundo Nacional de Assistência Social (4), e Wanderley Ávila, Presidente do Tribunal de Contas do Estado (15/11/2012). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei Complementar nº 24/2012 e o Projeto de Lei nº 3.461/2012 são retirados da pauta por determinação do Presidente da Comissão por não cumprirem pressupostos regimentais. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela ratificação do regime especial de tributação encaminhado pela Mensagem nº 294/2012, o qual conclui pela apresentação de projeto de resolução (relator: Deputado Gustavo Perrella); e são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.598/2011 (relator: Deputado Duarte Bechir); 2.818 e 3.071/2012 (relator: Deputado Adalclever Lopes); 3.085/2012 (relator: Deputado Zé Maia) e 3.213/2012 (relator: Deputado Gustavo Perrella), todos na forma do vencido no 1º turno; e 3.248/201 (relator: Deputado Duarte Bechir); e pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 3.452/2012 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça; e 3.538/2012 (relator: Deputado Zé Maia). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Resolução nº 3.528/2012, que recebeu parecer por sua aprovação. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 2012.

Zé Maia, Presidente – Gustavo Perrella – Hélio Gomes – Ulysses Gomes.

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 21/11/2012

Às 9h2min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Lafayette de Andrada, Antônio Carlos Arantes e Duarte Bechir, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Lafayette de Andrada, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Duarte Bechir, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres sobre proposições em fase de redação final e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 302, 1.702 e 2.555/2011 e 2.916 a 2.919/2012 (Deputado Duarte Bechir); 2.058, 2.959, 3.320, 3.451, 3.475, 3.476 e 3.534/2012 (Deputado Antônio Carlos Arantes). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 302, 1.702 e 2.555/2011, 2.916 a 2.919, 2.058, 2.959, 3.320, 3.451, 3.475, 3.476 e 3.534/2012. Suspende-se a reunião. Às 10h35min, são reabertos os trabalhos com a presença da Deputada Ana Maria Resende e dos Deputados Gilberto Abramo e Luiz Henrique. O Presidente, Deputado Luiz Henrique, informa que não há mais nada a ser tratado, agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 2012.

Luiz Henrique, Presidente - Luzia Ferreira - Antônio Carlos Arantes.



ATA DA 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 21/11/2012

Às 11h10min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Gustavo Corrêa, Sargento Rodrigues e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Gustavo Corrêa, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sebastião Costa, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os Deputados citados a seguir: Projetos de Lei nºs 3.500/2012, no 1º turno (Deputado Sebastião Costa), e 3.521/2012, no 1º turno (Deputado Duarte Bechir). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. A Presidência informa que faz retirar da pauta da reunião o Projeto de Lei Complementar nº 27/2012 e o Projeto de Lei nº 3.393/2012, por falta de atendimento a pressupostos regimentais, e os Projetos de Lei nºs 3.077, 3.411 e 3.452/2012, por terem sido apreciados em reunião anterior. O Projeto de Lei Complementar nº 31/2012 e o Projeto de Lei nº 3.461/2012 são retirados da pauta, atendendo-se a requerimento do Deputado Lafayette de Andrada aprovado pela Comissão. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 3.500/2012 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Sebastião Costa) e 3.521/2012 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Duarte Bechir). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, hoje, dia 21, às 14h30min, para apreciar o parecer sobre o Projeto de Lei Complementar nº 27/2012, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 2012.

Sargento Rodrigues, Presidente - Luiz Henrique - Sebastião Costa - Liza Prado - Glaycon Franco.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para o Enfrentamento do Crack

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Liza Prado e os Deputados Vanderlei Miranda, Célio Moreira e Doutor Wilson Batista, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 26/11/2012, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a participação de convidados, para discutir modelos de justiça terapêutica no Brasil e discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 22 de novembro de 2012.

Paulo Lamac, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Tiago Ulisses, Antônio Júlio, Gustavo Perrella, João Vítor Xavier, Romel Anízio e Ulysses Gomes, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 26/11/2012, às 14 horas, no Auditório Antônio Rodrigues D'Oliveira, em Itajubá, com a finalidade de debater a pauta de prioridades para a superação dos entraves e o atendimento das principais demandas para o desenvolvimento das atividades das pequenas e microempresas da região Sul de Minas, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 22 de novembro de 2012.

Zé Maia, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Paulo Lamac, Duarte Bechir, Glaycon Franco e Rômulo Viegas, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 26/11/2012, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a participação de convidado, para obter esclarecimentos sobre denúncia de perseguição sofrida pelo advogado Dino Miraglia Filho, supostamente praticada pelo Delegado de Polícia Civil Márcio Nabak, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 22 de novembro de 2012.

Durval Ângelo, Presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****“MENSAGEM Nº 324/2012*”**

Belo Horizonte, 22 de novembro de 2012.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Encaminho a Vossa Excelência, para exame e deliberação dessa Egrégia Assembleia Legislativa, o Projeto de lei incluso que autoriza a abertura de crédito suplementar até o valor de R\$74.016.941,00 (setenta e quatro milhões dezesseis mil novecentos e quarenta e um reais), em favor do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

O crédito suplementar em questão destina-se a cobrir despesas de pessoal e encargos sociais, outras despesas correntes e inversões financeiras, utilizando como fonte de recursos o remanejamento de Recursos Ordinários do Tesouro Estadual, de Recursos Diretamente Arrecadados, bem como o excesso de arrecadação de receita da Taxa de Fiscalização Judiciária.

Tendo em vista que a Lei Orçamentária Anual não contém dispositivo que autorize o Poder Executivo a abrir, diretamente, crédito suplementar ao orçamento do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, referida medida só é viável mediante proposta legislativa, o que ora se cumpre.

São essas, Senhor Presidente, as razões que me levam a propor o presente Projeto de lei.

Reitero a Vossa Excelência as considerações de estima.

Antonio Augusto Junho Anastasia, Governador do Estado.

PROJETO DE LEI Nº 3.592/2012

Autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, até o valor de R\$74.016.941,00 (setenta e quatro milhões dezesseis mil novecentos e quarenta e um reais), para atender a:

I - despesas de pessoal e encargos sociais, no valor de R\$3.000.000,00 (três milhões de reais);

II - outras despesas correntes, no valor de R\$11.016.941,00 (onze milhões dezesseis mil novecentos e quarenta e um reais); e

III - despesas de inversões financeiras, no valor de R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais).

Art. 2º - Para atender ao disposto no art. 1º serão utilizados recursos provenientes:

I - da anulação de dotação orçamentária de inativos e pensionistas, de Recursos Ordinários do Tesouro Estadual, no valor de R\$3.000.000,00 (três milhões de reais);

II - da anulação de dotação orçamentária de custeio, de Recursos Diretamente Arrecadados, no valor de R\$11.016.941,00 (onze milhões dezesseis mil novecentos e quarenta e um reais); e

III - do excesso de arrecadação de receita da Taxa de Fiscalização Judiciária, do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, no valor de R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais).

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.”

- Publicado, vai o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira para os fins do art. 204 do Regimento Interno.

* - Publicado de acordo com o texto original.

“MENSAGEM Nº 325/2012*”

Belo Horizonte, 21 de novembro de 2012.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para exame dessa Egrégia Assembleia Legislativa, emenda ao Projeto de Lei nº 3.500, de 2012, em tramitação nessa Casa.

A emenda visa criar mil e trezentos cargos de provimento efetivo da carreira de Assistente Administrativo da Polícia Militar, instituída pela Lei nº 15.301, de 10 de agosto de 2004, para viabilizar a realização de concurso público para provimento de cargos integrantes do quadro administrativo da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais.

A alteração tem por finalidade assegurar que as atividades de natureza administrativa da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais sejam desempenhadas pelos servidores das carreiras da área meio da Corporação.

São essas, Senhor Presidente, as razões que me levam a propor as emendas ao Projeto de Lei nº 3.500, de 2012.

Reitero a Vossa Excelência as considerações de estima.

Antonio Augusto Junho Anastasia, Governador do Estado.

EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 3.500/2012

Acrescente-se, onde convier, o seguinte artigo ao Projeto de Lei nº 3.500/2012:

Art. (...) - Ficam criados mil e trezentos cargos de provimento efetivo da carreira de Assistente Administrativo da Polícia Militar, instituída pela Lei nº 15.301, de 10 de agosto de 2004.



Parágrafo único - Em decorrência do disposto no “caput”, o quantitativo de cargos da carreira de Assistente Administrativo da Polícia Militar passa a ser de mil quinhentos e trinta e quatro.”

- Publicada, fica a mensagem em poder da Mesa, aguardando a inclusão da proposição em ordem do dia.

* - Publicado de acordo com o texto original.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.515/2012

Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Relatório

De autoria do Deputado André Quintão, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação dos Produtores Agrícolas Individuais do Barro Azul – Apadiba –, com sede no Município de Governador Valadares.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.515/2012 pretende declarar de utilidade pública a Associação dos Produtores Agrícolas Individuais do Barro Azul – Apadiba –, com sede no Município de Governador Valadares, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo contribuir para o desenvolvimento daquela comunidade.

Com esse propósito, a instituição combate a fome e a pobreza; realiza atividades produtivas, como o plantio de grãos e hortas comunitárias; incentiva a educação, encaminhando crianças, jovens e adultos para a escola; representa o assentamento perante órgãos públicos e privados, defendendo seus interesses e buscando soluções para os seus problemas.

Tendo em vista o importante trabalho social desenvolvido pela Apadiba, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.515/2012, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 2012.

Fabiano Tolentino, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.518/2012

Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Relatório

De autoria do Deputado Gustavo Perrella, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação dos Agricultores Familiares de Piedade e Região – Aafapre –, com sede no Município de Ouro Preto.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.518/2012 pretende declarar de utilidade pública a Associação dos Agricultores Familiares de Piedade e Região – Aafapre –, com sede no Município de Ouro Preto, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo promover o desenvolvimento social, econômico e cultural daquela comunidade.

Com esse propósito, a instituição implementa programas de produção, beneficiamento e comercialização de produtos agropecuários e projetos de assistência social, especialmente para a geração de ocupação e renda; defende a proteção da família, da infância, da maternidade, da adolescência, da juventude e da velhice; busca alternativas para a melhoria da qualidade de vida e de trabalho de seus assistidos; incentiva atividades agropecuárias e artesanais; promove a valorização da cultura, do lazer e do esporte como instrumentos de cidadania; luta pela preservação do meio ambiente e pelo desenvolvimento sustentável.

Tendo em vista o importante trabalho social desenvolvido pela Aafapre, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.518/2012, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 2012.

Liza Prado, relatora.

**PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 3.558/2012****Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária
Relatório**

De autoria da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, o projeto de resolução em epígrafe ratifica regime especial de tributação concedido ao setor de fabricação de material elétrico para instalação em circuito de consumo, nos termos do art. 225-A da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975.

Publicada no “Diário do Legislativo” em 20/11/2012, foi a proposição encaminhada a esta Comissão para deliberação, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 18, combinada com o art. 103 do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto em exame objetiva ratificar regimes especiais de tributação, referentes ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS –, concedidos ao setor de fabricação de material elétrico para instalação em circuito de consumo e comunicados pelo Governador do Estado por meio da Mensagem nº 245/2012, publicada no “Diário do Legislativo” em 7/6/2012. A mencionada mensagem encaminhou exposição de motivos, elaborada pela Secretaria de Estado de Fazenda – SEF –, que demonstra a necessidade da adoção de medidas de fomento e de proteção do setor, sujeito a impactos negativos em decorrência de políticas econômicas instituídas por outros Estados da Federação, relativamente ao ICMS.

Nos termos do art. 225-A da Lei nº 6.763, de 1975, e nas hipóteses de seus arts. 32-A a 32-H, caso o regulamento preveja a concessão de benefício por meio de regime especial, este deverá ser ratificado pela Assembleia Legislativa, na forma e nos prazos previstos nos parágrafos do art. 225 da mesma lei. Este artigo faculta ao Poder Executivo a adoção de medidas necessárias à proteção da economia do Estado caso outra unidade da Federação conceda benefício ou incentivo fiscal ou financeiro-fiscal não previstos em lei complementar ou convênio celebrado nos termos da legislação específica. Seu § 1º determina que o expediente com exposição de motivos para a adoção de medida que incida sobre setor econômico deve ser enviado à Assembleia Legislativa pela SEF. Essa medida, conforme o disposto em seu § 2º, deve ser ratificada por esta Casa no prazo de 90 dias, por meio de resolução. Nos termos de seu § 6º, cabe à SEF, ainda, o envio trimestral à Assembleia da relação das medidas adotadas e dos contribuintes sobre os quais elas incidiram.

Conforme consta em exposição de motivos adicional da SEF, a concessão do regime especial é precedida da assinatura de protocolo de intenções no qual o contribuinte se compromete a se instalar ou a expandir sua unidade em Minas Gerais. A exposição de motivos informa ainda que, no primeiro trimestre de 2012, foram concedidos regimes especiais às empresas fabricantes de material elétrico signatárias de protocolo de intenções, os quais somam, aproximadamente, R\$7 milhões e gerarão cerca de 104 empregos diretos e 18 indiretos.

Em contrapartida, por meio de regime especial de tributação, foi concedido crédito presumido, relativo ao ICMS devido nas vendas de produtos industrializados realizadas por centro de distribuição, resultando em carga tributária efetiva de 3%, nos termos do art. 32-A, inciso IX, da Lei nº 6.763, de 1975, e do art. 75, inciso XIV, do Regulamento do ICMS. Foi também concedido diferimento do ICMS devido nas importações de máquinas e equipamentos sem similar produzido no País e de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem sem similar concorrencial produzidos no Estado; e nas aquisições internas de máquinas, equipamentos, matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, adquiridos de estabelecimentos industriais mineiros ou de centros de distribuição a estes vinculados, localizados no Estado; bem como do ICMS relativo ao diferencial de alíquotas devido nas aquisições de máquinas e equipamentos provenientes de outras unidades da Federação, sem similar produzido no Estado, nos termos do art. 8º e das alíneas “a” e “b” do item 41 da Parte 1 do Anexo II do Regulamento do ICMS.

Segundo a exposição de motivos, os benefícios são concedidos de forma individualizada, a requerimento do contribuinte. A análise do tratamento tributário a ser concedido avalia o benefício oferecido por outra unidade da Federação, bem como o impacto na produção, na arrecadação e no emprego no Estado.

Tendo em vista as razões apresentadas nas exposições de motivos, somos favoráveis às medidas de fomento da indústria de fabricação de material elétrico para instalação em circuito de consumo, mantendo o entendimento anterior.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Resolução nº 3.558/2012 em turno único, na forma original.

Sala das Comissões, 22 de novembro de 2012.

Tiago Ulisses, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 3.562/2012**Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária
Relatório**

De autoria da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, o projeto de resolução em epígrafe ratifica regime especial de tributação concedido ao setor de refrigerantes, nos termos do art. 225-A da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975.

Publicada no “Diário do Legislativo” em 20/11/2012, foi a proposição encaminhada a esta Comissão para deliberação, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 18, combinado com o art. 103 do Regimento Interno.

Fundamentação

O regime especial de tributação concedido ao setor de refrigerantes foi comunicado pelo Governador do Estado, por meio da Mensagem nº 296/2012, publicada no “Diário do Legislativo” em 11/10/2012, que encaminhou exposição de motivos, elaborada pela Secretaria de Estado de Fazenda – SEF –, por meio da qual foi justificada a adoção de medidas de proteção, tendo em vista a prévia



assinatura de protocolo de intenções, no qual as empresas do referido setor se comprometeram a investir aproximadamente 284 milhões de reais no Estado.

Também segundo a exposição de motivos, em contrapartida, o citado regime especial concedeu a essas empresas carga tributária efetiva de 6%, por meio da concessão de crédito presumido, relativo ao ICMS devido nas saídas tributadas – vendas internas ou interestaduais, transferências interestaduais e outras saídas tributadas dos produtos industrializados relacionados em protocolo de intenções, realizadas pelos centros de distribuição, nos termos do art. 75, inciso XIV, do Regulamento do ICMS.

A exposição observa que o tratamento tributário mencionado não é estendido a todo o setor, mas somente às empresas signatárias do citado protocolo de intenções. Além disso, apesar de prevista na legislação mineira, a medida é concedida mediante regime especial, de forma individualizada, analisada a requerimento do contribuinte. A análise do tratamento tributário a ser concedido, ainda segundo o mesmo documento, avalia não só o benefício oferecido à empresa por outra unidade da Federação, como também o impacto na produção mineira, tendo em vista os produtos a serem fabricados e o setor a que a empresa pertence, bem como o impacto na arrecadação de receita pelo Estado, caso o benefício seja estendido a outros fabricantes dos mesmos produtos.

Cumpra observar que, nos termos do art. 225-A da Lei nº 6.763, de 1975, nas hipóteses dos arts. 32-A a 32-H da mesma lei, caso o regulamento preveja a concessão do benefício por meio de regime especial, este deverá ser ratificado pela Assembleia Legislativa, na forma e nos prazos previstos nos parágrafos do art. 225 da citada lei. O art. 225, por sua vez, faculta ao Poder Executivo a adoção de medidas necessárias à proteção da economia do Estado, caso outra unidade da Federação conceda benefício ou incentivo fiscal ou financeiro-fiscal não previstos em lei complementar ou convênio celebrado nos termos da legislação específica. O § 1º desse artigo determina que o expediente com exposição de motivos para a adoção de medida que incida sobre setor econômico deve ser enviado à Assembleia Legislativa pela SEF. Conforme o disposto no § 2º do mesmo artigo, essa medida deve ser ratificada por esta Casa no prazo de 90 dias, por meio de resolução. Nos termos do § 6º do mencionado dispositivo, cabe à SEF, ainda, o envio trimestral à Assembleia da relação das medidas adotadas e dos contribuintes sobre os quais elas incidiram.

No caso específico em estudo, o regime especial concedido fundamenta-se no inciso IX do art. 32-A da Lei nº 6.763, de 1975, que dispõe o seguinte:

“Art. 32-A – Fica o Poder Executivo autorizado a conceder crédito presumido do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS –, na forma, no prazo e nas condições previstos em regulamento:

(...)

IX – por meio de regime especial, ao estabelecimento signatário de protocolo firmado com o Estado, de modo que a carga tributária, nas operações de saída por ele promovidas, resulte em, no mínimo, 3% (três por cento);”

Tendo em vista os argumentos referidos, mantemos o nosso entendimento, emitido no exame da Mensagem nº 296/2012, do Governador do Estado, sobre a necessidade de proteger a economia do Estado e, em especial, o contribuinte mineiro do setor de refrigerantes.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Resolução nº 3.562/2012, em turno único.

Sala das Comissões, 22 de novembro de 2012.

Tiago Ulisses, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 3.569/2012

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária Relatório

De autoria da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, o projeto de resolução em epígrafe ratifica regime especial de tributação concedido ao contribuinte mineiro do segmento econômico de fabricação de fios, cabos e condutores elétricos isolados, nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975.

Publicada no “Diário do Legislativo” em 20/11/2012, foi a proposição encaminhada a esta Comissão para deliberação, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 18, combinada com o art. 103 do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto em exame objetiva ratificar regimes especiais de tributação, referentes ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS -, concedidos ao setor de fabricação de fios, cabos e condutores elétricos isolados e comunicados pelo Governador do Estado por meio da Mensagem nº 308/2012, publicada no “Diário do Legislativo” em 11/10/2012. A mencionada mensagem encaminhou exposição de motivos, elaborada pela Secretaria de Estado de Fazenda - SEF -, que demonstra a necessidade da adoção de medidas de fomento e de proteção do setor, sujeito a impactos negativos em decorrência de políticas econômicas instituídas por outros Estados da Federação, relativamente ao ICMS.

A concessão de regimes especiais está fundamentada no art. 225 da Lei nº 6.763, de 1975, que faculta ao Poder Executivo a adoção de medidas necessárias à proteção da economia do Estado caso outra unidade da Federação conceda benefício ou incentivo fiscal ou financeiro-fiscal não previstos em lei complementar ou convênio celebrado nos termos da legislação específica. O § 1º desse artigo determina que o expediente com exposição de motivos para adoção de medida que incida sobre setor econômico deve ser enviado à Assembleia Legislativa pela SEF. Essa medida, conforme o disposto em seu § 2º, deve ser ratificada por esta Casa no prazo de 90 dias, por meio de resolução. Nos termos de seu § 6º, cabe à SEF, ainda, o envio trimestral à Assembleia da relação das medidas adotadas e dos contribuintes sobre os quais elas incidiram.



Segundo informa a exposição de motivos, o Estado de Mato Grosso do Sul, por meio da Lei Complementar nº 93, de 2001, concedeu crédito fiscal presumido de ICMS em diversas operações que beneficiaram o setor de fabricação de fios, cabos e condutores elétricos isolados, provocando um desequilíbrio concorrencial. A concessão unilateral de benefícios fiscais referentes ao ICMS por determinada unidade federativa, de acordo com a exposição, torna as condições de concorrência dos contribuintes nela situados melhores do que as dos contribuintes localizados em outras unidades da Federação, já que provoca redução nos preços das mercadorias. Com isso, as empresas beneficiadas passam a vender mais tanto em seu território quanto no do nosso Estado, dificultando as vendas dos produtos mineiros. A consequência disso pode ser a perda de investimentos, de arrecadação de impostos estaduais e municipais e de empregos no Estado.

A exposição de motivos salienta que o referido benefício afronta o disposto no art. 155, § 2º, inciso XII, alínea "g", da Constituição da República e na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, uma vez que foi concedido sem a aprovação do Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz. A referida norma constitucional, continua a exposição, visa à harmonia entre os entes federados ao evitar a chamada guerra fiscal.

A rápida reação do governo estadual é defendida pela exposição de motivos como forma de neutralizar os efeitos econômicos e sociais negativos da competição desleal e fortalecer o mercado interno, preservando a capacidade de ocupação de mão de obra, de produção e, conseqüentemente, de arrecadação do ICMS pelo Estado.

Os regimes especiais de tributação, conforme informa a exposição, são concedidos de forma individualizada, a requerimento do contribuinte, podendo dar ensejo a cargas tributárias diversas. Isso porque a análise do tratamento tributário a ser concedido avalia não só o benefício oferecido à empresa por outra unidade da Federação como também o impacto na produção mineira, tendo em vista os produtos a serem fabricados e o setor a que pertence a empresa, e o impacto na arrecadação de receita pelo Estado caso o benefício seja estendido a outros fabricantes dos mesmos produtos. No caso específico do setor fabricante de fios, cabos e condutores elétricos isolados, foi concedido, por meio de regimes especiais de tributação, crédito presumido, resultando em carga tributária efetiva de 2%.

Mantemos o entendimento favorável às medidas de proteção do setor fabricante de fios, cabos e condutores elétricos isolados, já defendido por esta Comissão na apreciação da Mensagem nº 308/2012.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Resolução nº 3.569/2012 em turno único, na forma original.

Sala das Comissões, 22 de novembro de 2012.

João Vítor Xavier, relator.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 2.573/2011

Comissão de Cultura

Relatório

De autoria do Deputado Gustavo Valadares, o Projeto de Lei nº 2.573/2011 confere ao Município de Itabira o título de Capital Estadual do Tropeirismo.

A proposição foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Cultura. A primeira delas, em requerimento aprovado em 24/4/2012, solicitou que o projeto fosse baixado em diligência à Secretaria de Estado de Cultura para que esta se manifestasse sobre a necessidade da medida nele prevista e avaliasse se o teor da matéria estava em sintonia com as políticas culturais adotadas para a área.

A Comissão de Constituição e Justiça emitiu parecer concluindo pela constitucionalidade, juridicidade e legalidade da matéria com a Emenda nº 1, que apresentou.

Vem a proposição agora a esta Comissão, nos termos do art. 102, XVII, "b", combinado com o art. 188, do Regimento Interno, para receber parecer quanto ao mérito.

Fundamentação

O projeto em tela objetiva conferir o título de Capital Estadual do Tropeirismo ao Município de Itabira. Segundo o autor da proposição, esse Município "foi rota de tropeiros que se dirigiam de Ouro Preto a Diamantina utilizando-se de uma das mais importantes vertentes da Estrada Real".

Itabira, situada na região Central do Estado, sempre foi conhecida como a Cidade do Ferro, por ter sido o local de origem da Cia. Vale do Rio Doce; como a cidade das esmeraldas, do ouro, do paládio, da prata, do quartzo e do granito e como a terra natal do grande escritor Carlos Drummond de Andrade. No entanto, é em um de seus Distritos, Ipoema, que está ressurgindo uma das manifestações culturais mais antigas e tradicionais do Brasil: o tropeirismo.

Fundado em 13/4/1893, o Distrito de Ipoema tinha o nome primitivo de Santo Afonso da Aliança, em homenagem à família Afonso, que teria concedido as terras onde foi erguida a primeira capela. Constante do Livro do Tombo da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, que se encontra na Biblioteca Pública do Estado de Minas Gerais, o Distrito de Ipoema era famoso entreposto comercial e fazia parte de uma espécie de corredor de escoamento de produtos agrícolas do Norte de Minas para a cidade do Rio de Janeiro, antiga Capital Federal. O trajeto compreendia o Arraial do Tijuco, hoje Diamantina; a Vila do Príncipe, hoje Serro; Conceição do Mato Dentro, Morro do Pilar, Itambé do Mato Dentro, Senhora do Carmo, Ipoema, Caeté, Sabará, Ouro Preto e Rio de Janeiro.

Sediado na localidade de Ipoema, o Museu do Tropeiro foi criado em 2003 e se originou de uma exposição organizada para receber a expedição Spix & Martius, cujo objetivo era fazer um levantamento do patrimônio cultural e natural da Estrada Real a partir do séc. XVIII.

Abrigado em uma casa do séc. XVIII que pertenceu ao tropeiro conhecido como "Sô" Neco, o Museu contém hoje mais de 700 peças, entre as quais se incluem objetos usados durante as viagens dos tropeiros, além de documentos desses comerciantes, como certidões de casamento e livros de compra e venda. O local também se transformou em um espaço de convivência com múltiplas



funções, servindo de palco para apresentações artísticas e culturais, além de local de degustação da culinária regional. É também por meio do Museu que se dá a interação entre a comunidade e o visitante, em manifestações culturais dos grupos Sons da Tropa, Grupo Folclórico das Lavadeiras, Estaladores de Chicote, Meninos Trovadores e Comitiva do Berrante.

Conforme nos ensina o sítio eletrônico do Museu do Tropeiro de Ipoema, os tropeiros transportavam produtos de primeira necessidade à região das minas de ouro e de diamantes, na qual, nos sécs. XVII e XVIII, houve um grande afluxo de portugueses, paulistas e escravos e, como consequência dessa migração populacional, uma escassez daqueles produtos.

Em suas viagens, os tropeiros utilizavam os muare ou burros, que eram o único meio de transporte possível na região, devido às irregularidades do terreno. Em Minas Gerais, a média de carga por animal era entre 8 e 10 arrobas, ou seja, entre 120kg e 150kg, podendo uma tropa levar 24 toneladas de carga, por viagem.

Com o tempo, os tropeiros foram ganhando a confiança da população e se tornaram não só transportadores de cargas, mas também mensageiros e até mesmo negociantes. Trabalhavam por conta própria, respeitavam seus clientes e eram reconhecidos por sua grande responsabilidade.

O Município de Itabira e o seu entorno são, portanto, importantes marcos na história do País. Eis por que o acatamento do projeto de lei em análise é de fundamental importância para o desenvolvimento cultural, a valorização e a difusão do conjunto das manifestações culturais mineiras.

No entanto, a simples concessão, por via legal, do título de Capital Estadual do Tropeirismo ao Município de Itabira não nos parece assegurar a efetividade de tal denominação. Por ser o acautelamento e a preservação do patrimônio cultural, conforme estabelece o § 2º do art. 216 da Constituição Federal, uma competência do Poder Executivo, entendemos que se fazem necessários estudos e procedimentos administrativos dos órgãos estaduais afetos à matéria para que essa titularidade se conclua. Essa é a razão pela qual apresentamos ao final deste parecer a Emenda nº 2.

Parece-nos que tais procedimentos não serão obstáculo para a concessão do título, em razão de a Secretaria de Estado de Cultura, por meio da Superintendência de Ação Cultural, ter se manifestado favoravelmente ao projeto de lei em exame, em resposta à diligência solicitada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Por fim, somos favoráveis à Emenda nº 1, apresentada pela Comissão precedente, que determina a supressão do parágrafo único do art. 1º da proposição em comento, uma vez que o referido parágrafo determina, de forma impositiva, que o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais destine recursos orçamentários e pratique ato administrativo específico, o que resultaria na ingerência do Poder Legislativo em matéria da competência constitucional privativa do Poder Executivo.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.573/2011 com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, e a Emenda nº 2, que apresentamos a seguir.

EMENDA Nº 2

Acrescente-se o seguinte art. 2º, passando o art. 2º a vigorar como art. 3º:

“Art. 2º – Cabe ao Poder Executivo, no âmbito de sua competência constitucional e legal, proceder a estudos e tomar as providências necessárias para a efetivação da titularidade prevista no art. 1º.”

Sala das Comissões, 21 de novembro de 2012.

Carlos Mosconi, Presidente - Rômulo Veneroso, relator - Pompílio Canavez.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 3.500/2012

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

O projeto em epígrafe, de autoria do Governador do Estado de Minas Gerais, “institui a Gratificação de Incentivo à Pesquisa e Docência e a Gratificação de Função de Pesquisa e Ensino, no âmbito da Fundação João Pinheiro, cria a carreira de Médico da Área de Defesa Social, institui regime de remuneração por subsídio para a carreira de Professor de Ensino Médio e Tecnológico da Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais, reajusta os valores das tabelas de vencimento básico das carreiras do Instituto de Metrologia e Qualidade do Estado de Minas Gerais e dá outras providências”.

A proposição foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. Em seguida, foi o projeto encaminhado à Comissão de Administração Pública, que, em análise de mérito, opinou por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 1, por ela apresentada.

Vem, agora, o projeto a esta Comissão para receber parecer quanto aos aspectos financeiro e orçamentário, em conformidade com o art. 188, combinado com o art. 102, inciso VII, "d", do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em análise visa promover alterações na estrutura remuneratória de diversas carreiras do Poder Executivo Estadual, por meio de criação de gratificações e cargos e de concessão de reajustes.

De acordo com a mensagem que encaminha o projeto, o Governador do Estado assevera que “tal iniciativa tem como objetivo promover ajustes à legislação de pessoal em vigor, tendo em vista o seu aprimoramento e a valorização do servidor”. O Governador destaca, ainda, que os valores relativos ao impacto financeiro da proposição “foram aprovados de acordo com a disponibilidade financeira e orçamentária e são compatíveis com os limites de despesas determinados pela Lei de Responsabilidade Fiscal”.

O art. 1º do projeto institui a Gratificação de Incentivo à Pesquisa e Docência – Giped –, para os ocupantes da carreira de Pesquisador em Ciência e Tecnologia lotados e em efetivo exercício na Fundação João Pinheiro – FGP. A Giped será composta de parcela fixa e de parcela variável e integrará a remuneração de contribuição à aposentadoria.

Ainda no âmbito da FGP, o art. 2º institui a Gratificação de Função de Pesquisa e Ensino – GFPE –, devida, nas condições estabelecidas no projeto, aos ocupantes das carreiras de Técnico em Atividades de Ciência e Tecnologia e Gestor em Ciência e Tecnologia. A GFPE é graduada em quatro níveis em razão da complexidade das atribuições desempenhadas e não integrará os proventos de aposentadoria.

O art. 3º altera o requisito de escolaridade do nível III da carreira de Pesquisador em Ciência e Tecnologia, antes restrita a mestrado, acrescentando a alternativa de pós-graduação “*lato sensu*”.

Já o art. 4º trata das carreiras dos Profissionais de Educação Básica e prevê a supressão da exigência de requerimento do servidor para fazer jus à promoção na carreira.

É previsto, ainda, no art. 5º, reajuste na Gratificação Especial do Gabinete Militar percebida pelos ocupantes dos cargos de Comandante de Avião a Jato, Comandante de Avião, Piloto de Helicóptero e 1º Oficial de Aeronave.

O art. 6º altera o dispositivo da Lei 20.336, de 2012, que inclui determinadas vantagens percebidas pelos ocupantes de cargo de Professor de Educação Superior na remuneração de contribuição a que se refere o art. 26 da Lei Complementar nº 64, de 2002, para cálculo do benefício a ser concedido com base na média das remunerações de contribuição. A modificação amplia a medida para aqueles que se aposentarem com direito à paridade.

De acordo com o art. 7º, o ocupante da carreira de Professor do Ensino Médio e Tecnológico lotado na Fundação de Educação para o Trabalho e Minas Gerais – Utramig – passa a ser remunerado por subsídio, cujos valores constam no Anexo VI do projeto. Os arts. 8º a 16 detalham a medida. Entre o disposto nesses artigos está a previsão de acréscimo de, no mínimo, 5% sobre a remuneração desses servidores e de reajuste anual, condicionado ao art. 4º da Lei nº 19.973, de 2011, ou seja, à variação nominal da receita tributária positiva e à despesa de pessoal da Poder Executivo inferior ao limite prudencial estabelecido na Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

O art. 17 cria 5.291 cargos da carreira de Agente de Segurança Penitenciário, a serem lotados na Subsecretaria de Administração Prisional da Secretaria de Estado de Defesa Social – Seds.

Por meio da alteração da Lei nº 15.301, de 2004, os arts. 18 a 23 instituem a carreira de Médico da Área de Defesa Social, que pertencerá ao Grupo de Atividades de Defesa Social do Poder Executivo. Os artigos seguintes tratam do quantitativo dessa nova carreira, mediante a criação de 178 novos cargos e da transformação de 22 cargos da carreira de Analista Executivo de Defesa Social. Além disso, os cargos correspondentes às funções públicas da carreira de Analista Executivo de Defesa Social, efetivados por intermédio da Emenda à Constituição nº 49, de 2001, cujos detentores exerçam a função de médico, e os servidores efetivados por meio da Lei Complementar nº 100, de 2007, que exerçam a função de médico e estejam lotados na Seds passarão a integrar a carreira de Médico da Área de Defesa Social.

As tabelas de vencimento básico para a carreira de Médico da Área de Defesa Social constam no Anexo X do projeto, sendo que já estão previstos para essa carreira reajustes de 10% em agosto de 2013 e de 10% em agosto de 2014.

Segundo o art. 34, o vencimento básico da carreira de Médico Perito, no âmbito da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag –, é reajustado em 30,23%, e a essa carreira são aplicados os mesmos reajustes mencionados no parágrafo anterior.

O artigo seguinte reajusta os valores da tabela de vencimento básico de algumas carreiras pertencentes ao Instituto de Metrologia e Qualidade em 15,92%.

Os arts. 36 e 37 flexibilizam o preenchimento de cargos de provimento em comissão de recrutamento limitado da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, pois, quando não se conseguir alcançar o preenchimento nos níveis estabelecidos nas Leis Delegadas nos 174 e 175, ambas de 2007, será possível compensar nos cargos de níveis superiores.

Por fim, o art. 38 estende o pagamento da Gratificação de Desempenho da Carreira de Professor de Educação Superior – GDPES – aos servidores da carreira de Professor de Educação Superior, em efetivo exercício na Fundação Helena Antipoff – FHA.

A Comissão de Constituição e Justiça não detectou óbices de natureza jurídico-constitucional que impeçam a tramitação do projeto, afirmando que “a proposição em análise atende ao disposto no inciso III do art. 66 da Constituição Estadual, o qual confere ao Governador do Estado a iniciativa privativa para propor leis versando sobre a remuneração de cargo e função públicos e o regime jurídico dos servidores públicos da administração direta, autárquica e fundacional”.

Com o intuito de aprimorar a proposição e de adequá-la à técnica legislativa, a Comissão de Constituição e Justiça apresentou o Substitutivo nº 1.

Em sua análise, a Comissão de Administração Pública considerou que a proposta acarretará mais eficiência na prestação de serviços públicos, uma vez que visa a “conferir aos servidores mais estímulo no desenvolvimento do seu trabalho”. No entanto, com o objetivo de aprimorar ainda mais o projeto, apresentou a Emenda nº 1 ao Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

No que concerne à competência desta Comissão para proceder à análise da repercussão orçamentária e financeira do projeto, destaca-se que a implementação da medida proposta implica aumento de despesas com pessoal para o erário, estando, portanto, condicionada aos limites constitucionais e legais.

Segundo o § 1º do art. 17 da LRF, os atos que criem ou aumentem despesa de caráter continuado, como é o caso das despesas de pessoal, deverão ser instruídos com a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que devam entrar em vigor e nos dois subsequentes e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – e da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.

O art. 20, II, “c”, da LRF estabelece que a despesa total com pessoal do Poder Executivo não poderá exceder o percentual de 49% da receita corrente líquida – RCL. Ademais, o parágrafo único do art. 22 estabelece um limite prudencial de 95% do limite total, ou seja, 46,55%, índice a partir do qual medidas corretivas deverão ser adotadas para evitar que o limite máximo seja atingido. Entre elas



está incluída a criação de cargo, emprego ou função, bem como a proibição de aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, ressalvada a revisão geral anual prevista no inciso X do art. 37 da Constituição Federal.

Em cumprimento ao que determina a LRF, o Governador do Estado enviou a esta Casa o ofício OF. GAB.SEC. Nº 580/12, por intermédio da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, destacando que “a repercussão financeira das propostas contidas no referido projeto tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias” e que “o aumento de despesas a ser gerado pelo projeto (...) não afetará as metas de resultados fiscais e é compatível com as diretrizes para a política remuneratória das carreiras do Poder Executivo Estadual, previstas na Lei nº 19.973/2011”.

Ainda de acordo com o referido ofício, o impacto orçamentário-financeiro decorrente da implementação da proposta será de R\$1.116.925,12 para o exercício de 2012, de R\$238.294.764,27 para o exercício de 2013 e de R\$292.268.024,77 para o exercício de 2014.

Importa destacar que, no relatório de gestão fiscal publicado pela Secretaria de Estado de Fazenda – SEF – em 25 de setembro de 2012, as despesas com pessoal do Poder Executivo referentes ao segundo quadrimestre de 2012 encontram-se dentro dos limites legais. Adicionando-se o valor do impacto financeiro da proposta, o valor ainda permanece inferior ao limite prudencial, considerando-se a RCL do referido documento.

No que se refere ao enquadramento legal das despesas com pessoal, de acordo com o Projeto de Lei nº 3.471/2012 – projeto de lei orçamentária para o exercício de 2013 –, encaminhado a esta Casa Legislativa no dia 28 de setembro de 2012, os limites das despesas com pessoal do Poder Executivo para o exercício de 2013 atendem aos ditames legais. Conforme informou a Seplag, os valores referentes ao impacto da proposição já estão previstos no projeto de lei orçamentária para o exercício de 2013, não provocando, portanto, alteração no índice apurado e não caracterizando óbice ao acolhimento da proposta.

Saliente-se, ainda, que a proposição em tela atende ao disposto no art. 169, II, da Constituição Federal, que vincula a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração a autorização específica na LDO, que já concede essa autorização em seu art. 14.

Ademais, o Estado deverá observar o disposto no art. 4º da Lei nº 19.973, de 27 de dezembro de 2011, que estabelece as condições para aplicação de recursos financeiros na política remuneratória. Nesse sentido, destaca-se que, conforme previsto no art. 6º da referida lei, o montante de recursos apurado para a implementação da política remuneratória deverá, de igual modo, custear as despesas com concessão de gratificações, adicionais, aumento ou reajuste de vencimentos e proventos, entre outros.

Por fim, ressaltamos que, por força do art. 169, § 1º, I, da Constituição da República, a aplicação da proposta em análise está condicionada à existência de dotação orçamentária suficiente para atender às despesas dela decorrentes.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.500/2012, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 1, da Comissão de Administração Pública.

Sala das Comissões, 22 de novembro de 2012.

Zé Maia, Presidente – Antônio Carlos Arantes, relator – Sargento Rodrigues – Tiago Ulisses – Ivair Nogueira.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 3.218/2012

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 3.218/2012, de autoria do Deputado Doutor Wilson Batista, que declara de utilidade pública o Conselho de Desenvolvimento Comunitário da Ventania – Codeve –, com sede no Município de Ervália, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.218/2012

Declara de utilidade pública o Conselho de Desenvolvimento Comunitário da Ventania – Codeve –, com sede no Município de Ervália.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Conselho de Desenvolvimento Comunitário da Ventania – Codeve –, com sede no Município de Ervália.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 14 de novembro de 2012.

Lafayette de Andrada, Presidente Duarte Bechir, relator - Luzia Ferreira.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 3.327/2012

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 3.327/2012, de autoria do Deputado Antônio Carlos Arantes, que declara de utilidade pública a Associação dos Apicultores e Meliponicultores de Muzambinho e Região – Apimuz –, com sede no Município de Muzambinho, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.327/2012

Declara de utilidade pública a Associação dos Apicultores e Meliponicultores de Muzambinho e Região – Apimuz –, com sede no Município de Muzambinho.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Apicultores e Meliponicultores de Muzambinho e Região – Apimuz –, com sede no Município de Muzambinho.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 14 de novembro de 2012.

Lafayette de Andrada, Presidente Duarte Bechir, relator - Luzia Ferreira.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 3.337/2012

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 3.337/2012, de autoria do Deputado Doutor Wilson Batista, que declara de utilidade pública a Associação dos Produtores Rurais Colônia Major Vieira e Região, com sede no Município de Cataguases, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.337/2012

Declara de utilidade pública a Associação de Produtores Rurais da Colônia Major Vieira e Região, com sede no Município de Cataguases.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação de Produtores Rurais da Colônia Major Vieira e Região, com sede no Município de Cataguases.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 14 de novembro de 2012.

Lafayette de Andrada, Presidente - Luzia Ferreira, relatora - Duarte Bechir.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 3.338/2012

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 3.338/2012, de autoria da Deputada Rosângela Reis, que declara de utilidade pública a Corporação Musical Santa Cecília, com sede no Município de Timóteo, foi aprovado em turno único, na forma do Substitutivo nº 1.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.338/2012

Altera o art. 1º da Lei nº 7.526, de 31 de julho de 1979, que declara de utilidade pública a Corporação Musical Santa Cecília, da Paróquia de São José, com sede em Acesita.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O art. 1º da Lei nº 7.526, de 31 de julho de 1979, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Corporação Musical Santa Cecília, com sede no Município de Timóteo.”

Art. 2º – A ementa da Lei nº 7.526, de 1979, passa a ser: “Declara de utilidade pública a Corporação Musical Santa Cecília, com sede no Município de Timóteo.”

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 14 de novembro de 2012.

Lafayette de Andrada, Presidente – Luzia Ferreira, relatora – Duarte Bechir.

**PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 3.404/2012****Comissão de Redação**

O Projeto de Lei nº 3.404/2012, de autoria do Deputado Tadeu Martins Leite, que declara de utilidade pública a Associação dos Produtores Rurais do Vale do Rio Verde Grande, com sede no Município de Francisco Sá, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.404/2012

Declara de utilidade pública a Associação dos Produtores Rurais do Vale do Rio Verde Grande, com sede no Município de Francisco Sá.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Produtores Rurais do Vale do Rio Verde Grande, com sede no Município de Francisco Sá.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 14 de novembro de 2012.

Lafayette de Andrada, Presidente - Luzia Ferreira, relatora - Duarte Bechir.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 3.463/2012**Comissão de Redação**

O Projeto de Lei nº 3.463/2012, de autoria do Deputado Rômulo Veneroso, que declara de utilidade pública a Associação Sócio Cultural Canto Livre de Betim, com sede no Município de Betim, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.463/2012

Declara de utilidade pública a Associação Sócio Cultural Canto Livre de Betim, com sede no Município de Betim.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Sócio Cultural Canto Livre de Betim, com sede no Município de Betim.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 14 de novembro de 2012.

Lafayette de Andrada, Presidente – Luzia Ferreira, relatora – Duarte Bechir.

**COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE****COMUNICAÇÃO**

- O Sr. Presidente despachou, em 21/11/2012, a seguinte comunicação:

Do Deputado Dilzon Melo em que notifica o falecimento do Sr. Raimundo Bernardino Filho (Mundinho), ex-Prefeito Municipal de Candeias, ocorrido em 20/11/2012, nesse Município. (- Ciente. Oficie-se.)

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATO DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 19/11/2012, o Sr. Presidente, nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, e 2.541, de 6/8/2012, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Claudius Vinícius Leite Pereira para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Minoria.



TERMO DE ADITAMENTO ADT/137/2012

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Multipães Indústria e Comércio Ltda. Objeto: fornecimento de lanches. Objeto do aditamento: primeira prorrogação com manutenção de preço. Vigência: 60 dias a contar de 8/11/2012. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2009-3990-10.1.